



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



ANDERSON PIRES DE SOUZA

**OS CONJUNTOS RESIDENCIAIS GETÚLIO VARGAS I E II: um exemplo de
contra-hegemonia frente ao processo de expansão portuária no município de
Rio Grande**

Rio Grande
2023

ANDERSON PIRES DE SOUZA

**OS CONJUNTOS RESIDENCIAIS GETÚLIO VARGAS I E II: um exemplo de
contra-hegemonia frente ao processo de expansão portuária no município de
Rio Grande**

Tese de doutoramento apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação Ambiental. Área de concentração: Educação Ambiental.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lúcia de Fátima Socoowski de Anello.

Linha de Pesquisa: Educação Ambiental Não Formal.

Rio Grande
2023

Ficha Catalográfica

S729c Souza, Anderson Pires de.
Os Conjuntos Residenciais Getúlio Vargas I e II: um exemplo de
contra-hegemonia frente ao processo de expansão portuária no
município de Rio Grande / Anderson Pires de Souza. – 2023.
173 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande –
FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio
Grande/RS, 2023.

Orientadora: Dra. Lúcia de Fátima Socoowski de Anello.

1. Educação Ambiental 2. Educação Ambiental Transformadora
3. Habitação de Interesse Social 4. Trabalho Técnico Social
5. Contra-hegemonia I. Anello, Lúcia de Fátima Socoowski de
II. Título.

CDU 332.8

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344



Anderson Pires de Souza

“Os conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II: um exemplo de contra-hegemonia frente ao processo de expansão portuária no município de Rio Grande”

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:

Documento assinado digitalmente
gov.br LUCIA DE FATIMA SOCOOWSKI DE ANELLO
Data: 06/07/2023 21:33:04-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Lúcia de Fátima Socoowski de Anello (PPGEA/FURG)

Documento assinado digitalmente
gov.br SERGIO BOTTON BARCELLOS
Data: 11/07/2023 17:44:15-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos (PPGEA/FURG)

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA ODETE DA ROSA PEREIRA
Data: 11/07/2023 17:56:13-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Maria Odete da Rosa Pereira (PPGEA/FURG)

Documento assinado digitalmente
gov.br DANIELI VELEDA MOURA
Data: 07/07/2023 18:31:18-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Danieli Veleda Moura (PPGO/FURG)

César Augusto Costa

Prof. Dr. César Augusto Costa (PPGPS/UCPEL)

Cristine Jaques Ribeiro

Prof.^a Dr.^a Cristine Jaques Ribeiro (PPGPS/UCPEL)

Documento assinado digitalmente
gov.br DIONE IARA SILVEIRA KITZMANN
Data: 10/07/2023 20:13:39-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Dione Kitzmann (PPGEA/FURG)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meu profundo agradecimento a cada moradora e a cada morador dos Residenciais Getúlio Vargas I e II, aprendi com vocês muito mais do que talvez tenha ensinado. Obrigado por dividir suas histórias, lutas, angústias e esperanças em dias melhores com o meu trabalho e com a minha vida.

Quero agradecer, profundamente, à Coordenadora do TTS PAC-BGV/FURG, Débora Medeiros do Amaral, pela condução dos processos e pela nossa parceria de tantos anos. Sou imensamente grato por tudo, minha querida amiga e companheira de jornada.

Meu agradecimento também se estende, e não poderia ser diferente, à Maria de Fátima Santos da Silva, por ter acreditado que eu me tornaria um educador ambiental, mesmo quando eu mesmo não vislumbrava essa possibilidade. Sou eternamente grato por tudo, querida amiga.

Gostaria de agradecer a minha orientadora, a grande Lúcia Anello, por embarcar nesta longa jornada comigo, considerando que sou seu orientando desde o meu mestrado.

E, por fim, quero agradecer, imensamente, à CAPES por ter fornecido as condições necessárias para que eu pudesse concluir minha pesquisa.

“Esta vila foi construída da noite pro dia. [...] não faz quatro anos, isto era apenas um terreno baldio com meia dúzia de malocas. Depois com a chegada de trabalhadores procedentes de outros municípios, com destino às fábricas de conservas e aos frigoríficos, transformou-se nisto [...]. Existe também muita miséria. Pessoas desempregadas que se alimentam só de chimarrão e canjica de milho. [...]. Se vai contar alguma coisa da Vila do Cedro, diga que isto aqui é uma cidade clandestina.... E se vai escrever sobre nós, diga que somos como um passageiro que embarcou num navio e que é obrigado a esconder-se porque não comprou passagem...”

(Relato dado por moradora da Vila dos Cedro. VILHENA,1949, p.49;56)



Imagem registrada do muro lateral do Residencial Getúlio Vargas II, resultado de uma ação social (oficina de grafite) do TTS realizada com crianças e adolescentes.

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental e se enquadra na linha de pesquisa da Educação Ambiental Não Formal. O objetivo foi compreender o processo de remoção de famílias oriundas de uma ocupação urbana à luz da Educação Ambiental Transformadora, inspirada em teóricos como Frederico Loureiro, Paulo Freire, Henri Acselrad, Ermínia Maricato, Antônio Gramsci, entre outros, e sua relevância na construção coletiva de sociedades sustentáveis. Em contextos marcados por alterações socioambientais, em que comunidades em situação de vulnerabilidade social sofrem os impactos de um processo de reassentamento urbano decorrente da expansão portuária, é importante questionar como isso acontece e as ações desenvolvidas no campo da Educação Ambiental em seu viés Transformador, com a finalidade de superar os desafios e minimizar os efeitos negativos sofridos pela comunidade afetada, além de estimular a formação de sujeitos cientes de sua posição social e das limitações que os oprimem, contribuindo assim para um movimento contra-hegemônico. O desenvolvimento marítimo/portuário localizado na cidade do Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, resultou em deslocamentos humanos em áreas próximas a esse empreendimento e na construção de dois conjuntos habitacionais de interesse social (Programa de Aceleração do Crescimento Bairro Getúlio Vargas - PAC-BGV), localizados no bairro Getúlio Vargas e denominados como Conjuntos Residenciais Getúlio Vargas I e II, mais conhecidos como BGV I e BGV II. Esses condomínios surgiram devido ao crescimento das instalações retroportuárias. Enquanto ocorre um grande aumento na geração de capital e no desenvolvimento de grandes empresas multinacionais do setor portuário público/privado, simultaneamente, há uma precarização das condições de vida das populações afetadas no seu entorno, incluindo condições de trabalho e renda, acesso a bens materiais e a recursos básicos para uma vida digna.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Educação Ambiental Transformadora; Habitação de Interesse Social; Trabalho Técnico Social; Contra-hegemonia.

ABSTRACT

This research was developed within the scope of the Postgraduate Program in Environmental Education and it falls under the research line of Non-Formal Environmental Education. The objective was to understand the process of removing families from an urban occupation in the light of Transformative Environmental Education, inspired by theorists such as Frederico Loureiro, Paulo Freire, Henri Acselrad, Ermínia Maricato, Antônio Gramsci, among others, and its relevance in the collective construction of sustainable societies. In contexts marked by socio-environmental changes, where communities in situations of social vulnerability suffer the impacts of an urban resettlement process resulting from port expansion, it is important to question how this happens and the actions developed in the field of Environmental Education in its Transforming bias, with the purpose of overcoming challenges and minimizing the negative effects suffered by the affected community, as well as stimulating the formation of individuals aware of their social position and the limitations that oppress them, thus contributing to a counter-hegemonic movement. The maritime/port development located in the city of Rio Grande, in the State of Rio Grande do Sul, has resulted in the displacement of human populations in areas close to this enterprise and the constitution of two social housing complexes (Growth Acceleration Program Bairro Getúlio Vargas - PAC BGV), located in the Getúlio Vargas neighborhood and referred to as Conjunto Residenciais Getúlio Vargas I and II, better known as BGV I and BGV II. These condominiums arose due to the growth of retroport facilities. While there is a significant increase in capital generation and the development of large multinational companies in the public/private port sector, simultaneously, there is a worsening of living conditions for the affected populations in their vicinity, including working and income conditions, access to material goods, and basic resources for a dignified life.

Keywords: Environmental Education; Transformative Environmental Education; Social Housing; Social Technical Work; Counter-hegemony.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - <i>Layout</i> do questionário na plataforma <i>Google Forms</i>	109
FIGURA 2 - Foto atualizada do Residencial Getúlio Vargas I.	146
FIGURA 3 - Foto atualizada do Residencial Getúlio Vargas II.	146
FIGURA 4 - Imagem de satélite com a área de amostragem, os condomínios Residenciais Getúlio Vargas I e II (BGV I e BGV II).	147
FIGURA 5: - Imagem de satélite da área desocupada, que deu origem a Av. Pres. Juscelino, que liga a rua Dom Pedro II a BR 392.	148
FIGURA 6 - Alguns problemas enfrentados pelos moradores dos residenciais com relação ao entupimento da rede de esgoto e descarte de resíduos domésticos.	149
FIGURA 7 - Oficina de Educação Ambiental, Assembleia para entrega dos contratos de propriedade dos apartamentos e Feira das mulheres empreendedoras dos Residenciais Getúlio Vargas.	150
FIGURA 8 - Fotos da área ocupada junto ao pátio automotivo do Porto do Rio Grande.	151
FIGURA 9 - Imagens do entorno do pátio automotivo, área oriunda da desocupação, que hoje está localizada uma avenida denominada Pres. Juscelino, que liga a rua Dom Pedro II a BR 392.	152

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Perfil sociodemográfico do Residencial Getúlio Vargas I.	28
TABELA 2 - Estado Civil.	28
TABELA 3 - Escolaridade.....	29
TABELA 4 - Registrados do CadÚnico.....	30
TABELA 5 - Inseridos em Programas Sociais.....	30
TABELA 6 - Programas Sociais declarados.....	30
TABELA 7 - Recebem BPC/LOAS.	30
TABELA 8 - Recebe Bolsa Família/Auxílio Brasil.....	30
TABELA 9 - Atividade remunerada exercida.....	31
TABELA 10 - Outras atividades declaradas.	31
TABELA 11 - Responsabilidade de prover financeiramente a família.	32
TABELA 12 - Outros provedores declarados.	32
TABELA 13 - Atividades extras para complementação de renda familiar.	32
TABELA 14 - Descrição das atividades extras.	32
TABELA 15 - Quantidade de pessoas que moram nos apartamentos.....	33
TABELA 16 - Composição familiar.	34
TABELA 17 - Outras composições familiares.	34
TABELA 18 - Familiar com doença que precise de tratamento médico.	34
TABELA 19 - Processo de mudança para o condomínio.	36
TABELA 20 - Problemas com a estrutura física do apartamento.	38
TABELA 21 - Outros problemas.....	38
TABELA 22 - Adaptação à vida em condomínio.	38
TABELA 23 - Principais problemas enfrentados na organização do condomínio. ...	40
TABELA 24 - Outros problemas.....	40
TABELA 25 - Ciência sobre a taxa de condomínio.	40
TABELA 26 - Despesas que não tem conseguido pagar.	42
TABELA 27 - motivo pelo qual não tem conseguido pagar as despesas.....	42
TABELA 28 - Considerações sobre aspectos que melhoraram com a ida para o condomínio.....	45
TABELA 29 - O que precisa melhorar no condomínio – BGVI.....	46
TABELA 30 - Mudança de vida com a ida para o condomínio.	49
TABELA 31 - Mudou para melhor ou pior.	49

TABELA 32 - Perfil Sociodemográfico do Residencial Getúlio Vargas II.....	50
TABELA 33 - Estado Civil.	50
TABELA 34 – Escolaridade.....	51
TABELA 35 - Registrados do CadÚnico.....	52
TABELA 36 - Inseridos em Programas Sociais.....	52
TABELA 37 - Programas Sociais residencial Getúlio Vargas II.....	52
TABELA 38 - Recebem BPC/LOAS residencial Getúlio Vargas II.	52
TABELA 39 - Recebe Bolsa Família/Auxílio Brasil.....	52
TABELA 40 - Atividade remunerada exercida.....	53
TABELA 41 - Responsabilidade de prover financeiramente a família.	53
TABELA 42 - Outros provedores - residencial Getúlio Vargas II.....	54
TABELA 43 - Atividades extras para complementação de renda.....	54
TABELA 44 - Descrição das atividades extras.	54
TABELA 45 - Nº de pessoas que moram nas residências.	55
TABELA 46 - Composição familiar.	55
TABELA 47 - Outros.....	55
TABELA 48 - Familiar com doença que precise de tratamento médico.	55
TABELA 49 - Processo de mudança para o condomínio.	56
TABELA 50 - Principais problemas enfrentados no processo de mudança.	57
TABELA 51 - Outros.....	57
TABELA 52 - Problemas com a estrutura física do apartamento.	58
TABELA 53 - Outros problemas.	58
TABELA 54 - Adaptação à vida em condomínio.	59
TABELA 55 - Principais problemas enfrentados na organização do condomínio. ...	59
TABELA 56 - Ciência sobre a taxa de condomínio.	60
TABELA 57 - Despesas que não tem conseguido pagar.	60
TABELA 58 - motivo pelo qual não tem conseguido pagar as despesas.....	60
TABELA 59 - Considerações sobre aspectos que melhoraram com a ida para o condomínio.....	61
TABELA 60 - segundo os respondentes, o que precisa melhorar no condomínio. ...	62
TABELA 61 - Mudança de vida com a ida para o condomínio.	63
TABELA 62 - Mudou para melhor ou pior.	63
TABELA 63 - Dia e turno para reuniões.....	63
TABELA 64 - Condições de participar de reuniões virtuais.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATD	Análise Textual Discursiva
BGV I	Residencial Getúlio Vargas I
BGV II	Residencial Getúlio Vargas II
BGV	Bairro Getúlio Vargas
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único
CF	Constituição Federal
COVID-19	Doença por coronavírus 2019
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
Eco-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAURG	Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCD	Pessoa com Deficiência
ProEA	Programa de Educação Ambiental do Porto do Rio Grande
RS	Rio Grande do Sul
SEST SENAT	Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SisProj	Sistemas de Projetos
SUS	Sistema Único de Saúde
TTS	Trabalho Técnico Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 QUESTÃO DE PESQUISA	15
1.2 HIPÓTESE	16
1.3 OBJETIVOS	16
1.3.1 Objetivo Geral	16
1.3.2 Objetivos Específicos	17
2 METODOLOGIA	18
2.1 O Desenvolvimento do TTS de 2019 a 2023: Desafios, Descobertas e Possibilidades	18
2.2 A pesquisa como ação intrínseca ao Trabalho Técnico Social: procedimentos da pesquisa e adaptação metodológica entre o projeto e a pesquisa.....	20
2.3 Movimento 1: o diário de campo como uma prática de investigação e de organização da memória do pesquisador	21
2.4 Movimento 2: a pesquisa quali-quantitativa e sua relação com os sujeitos da pesquisa.....	21
2.5 Movimento 3: a relação comunitária e a práxis do educador no Trabalho Técnico Social	24
2.6 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DO RESIDENCIAL GETÚLIO VARGAS I ..	27
2.6.1 Programas Sociais.....	29
2.6.2 Emprego e Renda.....	30
2.6.3 Organização e Saúde da Família	33
2.6.4 O condomínio: vivências e experiências de uma nova forma de morar	34
2.6.5 Problemas com a estrutura física do apartamento	36
2.6.6 Adaptação à vida em condomínio	38
2.6.7 Principais problemas enfrentados na organização do condomínio	39
2.6.8 Taxa condominial	40
2.6.9 Despesas que os moradores não têm conseguido pagar	41
2.6.10 Considerações sobre aspectos que melhoraram com a ida para o condomínio	42
2.6.11 Aspectos que precisam melhorar nos condomínios	45
2.6.12 Mudança de vida com a ida para o condomínio	47

2.6.13 Reunião de condomínio	49
2.7 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DO RESIDENCIAL GETÚLIO VARGAS II	49
2.7.1 Programas Sociais.....	51
2.7.2 Emprego e Renda.....	52
2.7.3 Organização e saúde da família.....	54
2.7.4 O Condomínio: vivências e experiências de uma nova forma de morar	56
2.7.5 Principais problemas enfrentados com o processo de mudança	57
2.7.6 Problemas com a estrutura física do apartamento	57
2.7.7 Adaptação à vida em condomínio	58
2.7.8 Principais problemas enfrentados na organização do condomínio	59
2.7.9 Taxa condominial	59
2.7.10 Despesas que os moradores não têm conseguido pagar	60
2.7.11 Considerações sobre aspectos que melhoraram com a ida para o condomínio	60
2.7.12 Aspectos que precisam melhorar nos condomínios	61
2.7.13 Mudança de vida com a ida para o condomínio	62
2.7.14 Reunião de condomínio	63
2.7.15 Observações	64
3 O PROCESSO DE EXPANSÃO PORTUÁRIA E O BAIRRO GETÚLIO VARGAS	66
3.1 A expansão portuária sobre o Bairro Getúlio Vargas: Uma análise teórica.....	66
3.2 O Deslocamento territorial dos moradores do Bairro BGV: uma das consequências da expansão do capitalismo portuário.....	68
4 O CAPITALISMO: O PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITAL EM UM MUNICÍPIO PORTUÁRIO	72
4.1 O processo de expansão portuária riograndino: o impacto sobre o Bairro Getúlio Vargas.....	72
4.2 O deslocamento territorial e o processo de gentrificação: um estudo de caso em relação ao Bairro Getúlio Vargas	74
4.3 A Educação Ambiental: uma possibilidade de combate À gentrificação?	75
4.4 A Educação Ambiental Transformadora e o Direito de Acesso à Cidade	79
5 O PROCESSO DE CONVIVÊNCIA DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS BGV I E BGV II: A DESTERRITOLIZAÇÃO CAUSADA PELO PROCESSO DE EXPANSÃO PORTUÁRIA RIOGRANDINO	84

5.1 A desterritorialização causada pelo processo de expansão portuária riograndino: os conjuntos habitacionais BGV I e BGV II	84
5.2 O Estado como instância mediadora do território no sistema capitalista: O impasse para a Educação Ambiental Transformadora	85
5.3 A Noção de Pertencimento: o choque com o aparelho de Estado burguês	88
5.4 O Saber Popular: a representação territorial dos moradores dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II	91
5.5 O Estado: o papel ambivalente entre garantidor ou negador de direitos.....	94
5.5.1 O papel do Estado na existência dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II	94
5.5.2 A Construção de redes de sociabilidade em comunidades periféricas: o caso do BGV	96
6 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA DE VIÉS POPULAR: POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA UMA COMUNIDADE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	100
6.1 A Educação Ambiental Transformadora: possível ferramenta de transformação para uma comunidade em situação de vulnerabilidade social?	100
6.2 O conceito de Utopia e a noção de uma Educação Ambiental Transformadora: limites e possibilidades articulados com o Trabalho Técnico Social – TTS.....	102
6.3 O Trabalho Técnico Social: suas possibilidades e potencialidades em um contexto social de um bairro periférico na cidade de Rio Grande.....	108
7 OS CONJUNTOS HABITACIONAIS BGV I E BGV II: A POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE VIÉS TRANSFORMADOR?.....	113
7.1 A Educação Ambiental de viés popular e transformador: Um estudo de caso dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II	113
7.2 Círculos de Cultura: a possibilidade da criação de uma feira empreendedora como um caminho de emancipação social	117
7.3 Emancipação de comunidades periféricas: O caso dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II	120
7.4 O legado teórico de viés marxista: o entrecruzamento com a Educação Ambiental Transformadora.....	122
7.5 Os conceitos freirianos e a relação com a ideia de Educação Ambiental de viés transformador	124

7.6 As condições de vida atuais dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II: a difícil e complexa arte de conviver e de construir um modelo societário de Educação Ambiental Transformadora.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS	137
ANEXOS	143
APÊNDICES.....	153

1 INTRODUÇÃO

O direito à moradia é um dos direitos mais básicos da espécie humana. Essa conjuntura é inegável de forma objetiva, pois o homem precisa habitar um lugar e, ao fazê-lo, interage com a sociedade e constrói uma identidade que pode ser tanto individual quanto coletiva. Em um país historicamente desigual como o Brasil, analisar a questão da moradia e da posse do solo é algo complexo e dramático tanto do ponto de vista científico quanto humano. Partindo dessa premissa, esta tese visa tratar a Educação Ambiental como práxis transformadora e emancipatória, considerando a organização dos moradores dos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II como uma experiência contra-hegemônica ao capitalismo portuário riograndino.

Antes de conceituar o que se entende por ser a contra-hegemonia, é necessário compreender o que é a hegemonia e como ela se manifesta. Para realizar essa análise, recorreu-se ao legado teórico do filósofo italiano Antônio Gramsci, que estudou esse tema ao longo de sua trajetória intelectual. Gramsci (2001) entende que a hegemonia não é simplesmente uma coerção social, mas sim uma forma de direcionar a cultura, construir valores e normas de conduta que se tornam populares e são aceitas pela maior parte da sociedade. Segundo Gramsci (2001), para a hegemonia se estabelecesse, era necessário que uma determinada classe social liderasse o processo histórico e, por meio disso, conseguisse disseminar suas ideias e sua visão de mundo. Quando as ideias que buscam mudança se espalham e circulam pela sociedade, ocorre a contra-hegemonia, criando uma nova forma de atuação no mundo. Após essa reflexão teórica, destaca-se que, ao investigar as ações realizadas pelos moradores em conjuntos habitacionais, será possível constatar que tais posicionamentos representam a contra-hegemonia frente ao capitalismo econômico-portuário que fundamenta a dinâmica econômica e social do município de Rio Grande.

Falar sobre a importância de uma pesquisa que envolve um complexo processo de reassentamento de centenas de famílias devido aos interesses de expansão do capital no âmbito da Educação Ambiental requer um reflexo sobre o papel dessa área do conhecimento e dos processos educativos não formais ou informais que ela engloba.

Inicialmente, é necessário compreender que a Educação Ambiental é um conceito que perpassa a todas as relações sociais e diz respeito à forma como nos

organizamos e interagimos no mundo. Quando o contexto em que nos movemos é marcado por vulnerabilidade socioambiental e econômica, isso se torna ainda mais evidente. Desse modo, é preciso que haja mais estudos que articulem a Educação Ambiental Crítica e Emancipatória com os dilemas e demandas comunitárias, além de considerar a possibilidade de ações que contrariem a visão materialista e egoísta que caracteriza os principais valores da sociedade capitalista. Isso levará à possibilidade da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A partir da experiência de trabalho com os moradores dos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II, mais conhecidos com BGV I e BGV II respectivamente, foi possível perceber o quanto as questões sociais, políticas, econômicas, ecológicas e ambientais estão presentes no cotidiano, forçando os moradores a construir, coletivamente, mediações e soluções aos problemas vivenciados. Esses problemas são de diversas ordens, como o uso dos espaços, o respeito ao outro, a manutenção de seus apartamentos e do condomínio como um todo, a criação e o cumprimento de regras estabelecidas coletivamente, além dos conflitos e situações que exigem diálogo e busca de soluções.

Em espaços como o que pretendo seguir estudando, estão presentes diferentes gerações e sujeitos que trazem trajetórias distintas, criando formas de sobrevivência. Essas pessoas são marcadas por um longo tempo de insegurança em relação ao processo de remoção, cujas primeiras tratativas começaram em 2008, e as edificações foram entregues à comunidade somente no ano de 2018. Assim, dentro desse contexto, elas convivem, cotidianamente, com a insegurança e a injustiça, seja do ponto de vista ambiental, cultural, político ou econômico.

Para que os condomínios possam se organizar da melhor forma possível, foram criadas regras, eleitos síndicos e representantes por andares, são realizadas assembleias, reuniões, atividades de confraternização, projetos educativos e intervenções no sentido de mediar conflitos. Essas práticas caracterizam-se como importantes espaços em que se materializam formas de educação não formal e constituem um campo fecundo de estudo na linha de pesquisa “Educação Ambiental Não formal”. Elas precisam ser analisadas, pois representam uma experiência que pode contribuir não apenas para a compreensão do potencial transformador da educação, mas também para entender o quão contra-hegemônicas e indispensáveis são às formas de organização consolidadas pela classe trabalhadora, que sofre com as exigências da expansão do capital, mas se reconstrói e cria novas possibilidades

e relações de produção em suas vida e história.

Gramsci (1978) compreendia que a contra-hegemonia é um processo que ocorre quando os explorados começam a entender a situação de exploração em que vivem e buscam tomar uma atitude em relação a isso.

Refletir sobre o fenômeno de realocação dos residentes da comunidade do bairro Getúlio Vargas (BGV), antigamente conhecido como Cedro, e a forma como eles se organizam a partir desse processo de remoção que viveram em função do desenvolvimento do capital, requer sensibilidade para compreender os caminhos percorridos, as disputas que estão presentes (hegemonia e contra-hegemonia) e como a Educação Ambiental pode desempenhar um papel fundamental na compreensão e redução dos impactos causados por esse processo.

A Educação Ambiental, enquanto práxis transformadoras, desempenha um papel importante na busca pela construção coletiva de sociedades sustentáveis. Em contextos marcados por mudanças na dinâmica socioambiental, nos quais comunidades sofrem os impactos decorridos de um processo de reassentamento, é fundamental problematizar a forma como isso ocorre e as ações desenvolvidas no campo da Educação Ambiental. Isso precisa ser feito com a finalidade de superar os desafios e mitigar as alterações negativas sofridas pelo contingente populacional afetado, em termos sociais, ambientais, econômicos e políticos.

Esta foi realizada em articulação com o Projeto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do BGV, registrado na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) sob o número 1185 e na Fundação de apoio à Universidade Federal de Rio Grande (FAURG)¹ sob o número 872-PO-20, no qual o autor desta tese está inserido como pesquisador e coordenador de campo, junto com a equipe do Trabalho Técnico Social (TTS). O trabalho, nesta fase do projeto, iniciou em 2019 e tem previsão de conclusão de suas atividades para novembro de 2023. Portanto, os resultados obtidos por esta pesquisa subsidiarão a elaboração desta tese e comporão os relatórios finais. O referido projeto tem como finalidade:

¹ A Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande - FAURG é uma entidade privada, sem fins lucrativos, instituída em 28 de outubro de 1998 com o objetivo básico de apoiar a Universidade Federal do Rio Grande - FURG na consecução de seus objetivos, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. De fato, a FAURG passou a atuar a partir de 1º de outubro de 1999, quando da escolha dos membros da primeira Diretoria Executiva (Ata nº 01/99). Em 18 de outubro do mesmo ano foi firmado um Protocolo de Cooperação entre a Universidade e a Fundação, garantindo o amparo jurídico necessário aos programas e projetos desenvolvidos pelas cooperadas. (FAURG, 2023)

A construção do projeto de trabalho técnico social e seu respectivo desenvolvimento, objetiva construir o fortalecimento das relações entre beneficiários e o poder público, tendo como pressupostos básicos: a organização comunitária, a vinculação junto aos equipamentos e serviços públicos e a sustentabilidade do empreendimento. Estabelecemos como objetivo geral do projeto o estímulo à organização, visando novos padrões de participação e convivência solidária e a mudança de hábitos e atitudes, através de ações de educação sanitária, ambiental e inclusão social por meio de ações de capacitação profissional e geração de trabalho e renda. Assim, propomos um trabalho de intervenções que iniciará juntamente com o início das obras e perdurará por nove meses após a sua conclusão, dos quais seis meses serão de acompanhamento e três de aplicação de pesquisa pós-ocupacional, aplicando-se metodologia cooperativa e participativa, com o desenvolvimento de atividades dirigidas à atenção dos objetivos específicos (Projeto PAC BGV, 2019).

Destaca-se que o trabalho de educador social é, principalmente, um serviço como educador ambiental, no qual o TTS foi planejado e executado, com o objetivo de contribuir na organização das populações em territórios urbanos conflituosos e desumanizadores. Para elaboração desta tese, levantamos questionamos a partir de entendimentos hipotéticos, estabelecemos intenções e buscamos apoio nos teóricos da Educação Ambiental, da Educação Popular e materialismo histórico, que abordam questões de hegemonia, cultura e urbanização.

1.1 QUESTÃO DE PESQUISA

Com base no exposto, destaca-se que, aproximadamente, 290 famílias, ao longo de mais de dez anos, resistiram ou sonharam com o momento em que receberiam a chave de seus novos apartamentos e forjariam uma nova forma de organização e vida em comunidade em um condomínio vertical.

O –TTS, desenvolvido em conjunto com o poder público municipal, as políticas públicas acessadas pela comunidade, os espaços formativos ofertados no tanto antes quando após a ocupação e, sobretudo, a experiência e vivência de cada morador dos novos condomínios criaram as condições para a organização da comunidade e concepção de estratégias de auto-organização, que são foco deste estudo, a partir da seguinte questão: É possível afirmar que o modo de organização das famílias nos residenciais BGV I e BGV II é uma prática de autogestão contra-hegemônica, que visa superar a lógica capitalista de produção e é constituída a partir de práxis de Educação Ambiental crítica e transformadora?

Apesar dos inúmeros desafios e aspectos que o TTS não conseguiu abranger

na relação estabelecida com a comunidade envolvida, é fundamental destacar que os saberes e fazeres da Educação Popular e da Educação Ambiental Crítica e Transformadora balizaram as ações desenvolvidas, para empoderar a comunidade e fornecer condições para que se organizassem de forma autônoma e participativa no futuro.

1.2 HIPÓTESE

A forma de organização adotada pelas famílias realocadas do entorno do pátio industrial do Porto de Rio Grande para os residenciais Getúlio Vargas I e II configura-se como uma prática de autogestão contra-hegemônica, que busca transcender a lógica capitalista. Além disso, representa uma experiência no campo da práxis de Educação Ambiental Não Formal, em sua vertente transformadora. Dessa forma, parte-se da hipótese de que a Educação Ambiental Transformadora, com ênfase crítica e emancipatória, entende que a realidade não é uma entidade dada, mas sim construída através das ações dos agentes sociais, das populações envolvidas, de seus diversos sentimentos, emoções, conflitos e das condições materiais concretas nas quais a vida é produzida, ou seja, pelas práticas dos sujeitos envolvidos. Além disso, a Educação Ambiental nessa vertente é definida como aquela que capacita os cidadãos a atuarem criticamente em sua própria situação, empoderando-os civicamente. Isso requer uma abertura a temas relacionados ao cotidiano e às experiências de vida de cada cidadão.

1.3 OBJETIVOS

Buscando responder à problematização deste trabalho, foram estabelecidos os objetivos conforme seguem.

1.3.1 Objetivo Geral

Diante do exposto, o objetivo geral desta tese é analisar o processo de organização dos moradores de dois condomínios criados em Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul (RS), para realocar residentes de uma área que precisava ser desocupada para que fosse construída uma avenida, atendendo aos interesses

capitalistas de expansão do porto da cidade.

1.3.2 Objetivos Específicos

Como suporte para alcançar o objetivo geral definido, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar a forma como os moradores dos condomínios BGV I e BGV II se organizam em termos da gestão desses empreendimentos habitacionais, como base nos princípios da autogestão, da contra-hegemonia gramsciana e da Educação Ambiental Crítica e Emancipatória;
- b) Compreender a visão dos moradores dos residenciais BGV I e BGV II acerca do discurso hegemônico da prefeitura de Rio Grande e da Caixa Econômica Federal em relação ao processo de moradia popular pós-reassentamento;
- c) Analisar, à luz da perspectiva gramsciana, como o discurso hegemônico dos órgãos públicos contribui para a criação de espaços de resistência e contra-hegemonia entre as famílias realocadas;
- d) Verificar como a leitura de mundo dos moradores dos condomínios investigados se relaciona com as premissas da Educação Ambiental Crítica e Emancipatória; e
- e) Investigar os limites e possibilidades das práticas contra-hegemônicas que surgem em regiões caracterizadas pela vulnerabilidade socioambiental e econômica, em um país periférico do capitalismo mundial, como é o caso do Brasil

2 METODOLOGIA

2.1 O DESENVOLVIMENTO DO TTS DE 2019 A 2023: DESAFIOS, DESCOBERTAS E POSSIBILIDADES

No contexto de 2019, o autor desta tese retornou ao projeto como doutorando e pesquisador, buscando compreender a continuidade de alguns processos e explorar outras compreensões sociais. Nessa retomada do projeto em 2019, foi necessária uma readequação em tratativas, renovar contratos e lidar com outras questões burocráticas envolvendo a Prefeitura Municipal do Rio Grande, a Caixa Econômica Federal, FURG e a FAURG. Cabe salientar que o Trabalho Técnico Social realizado pela FURG é uma prestação de serviço no campo da Extensão Universitária, em que a sua função é desenvolver as atividades planejadas pela Prefeitura.

No que tange aos processos internos da Universidade e em conversas com a coordenação do projeto, procurou-se entender as práticas internas e burocráticas no desenvolvimento dessas ações dentro do contexto universitário. Para a realização das atividades planejadas e executadas através de uma prestação de serviço, como é o caso da FURG, é necessário fazer o cadastro no Sistemas de Projetos (SisProj), obter aprovação junto ao Comitê de Extensão Universitária, abrir de convênios junto ao setor responsável que, por meio de sua procuradoria jurídica, analisa e formaliza os processos para a elaboração de um Termo de Cooperação entre a Universidade e a Prefeitura Municipal.

Esse tramite, organizado entre essas duas instâncias também inclui o processo de fiscalização, orientação e acompanhamento do órgão financiador do projeto, que é a Caixa Econômica Federal. Além disso, em conjunto com essas três instituições, a Universidade conta com a FAURG para administrar os recursos financeiro e administrativos, sendo a responsável pelos pagamentos e prestação de contas do projeto.

Para que trabalho fosse colocado em prática, todos esses tramites burocráticos precisaram ser resolvidos e foi necessário que o projeto passasse por um processo de reprogramação, considerando que o desenvolvimento do TTS ocorre durante a excussão da obra física. Assim, foi preciso ajustar as ações informativas e educativas ao cenário pós-reassentamento. Em 2020, no auge da pandemia de doença por coronavírus (COVID-19), seguindo as normativas da Universidade relacionadas ao

Plano de Contingência, foi necessária outra pausa no TTS devido aos riscos de contágio. Durante esse período, foram realizadas reuniões virtuais de cunho administrativo, totalizando doze encontros com as instâncias envolvidas, sendo, portanto, possível perceber o quão distante estão aqueles que idealizam os processos e quem os vivenciam de fato.

Enquanto as ações eram realizadas e buscavam-se as devidas liberações, respeitando os prazos de cada instituição e considerando também a situação pandêmica, a vida nos condomínios continuava acontecendo e a comunidade procurava outras formas de existir nessa nova forma de moradia. Com isso, foi possível perceber que uma das dificuldades que afetou diretamente o andamento do trabalho foi a interrupção de sua execução. A cada retomada, era necessário partir do zero. Considerando isso, destaca-se que, em comunidades de extrema vulnerabilidade social, a relação de confiança é muito frágil e, para desenvolver ações educativas e criar o perfil dos moradores, é preciso estabelecer vínculos qualificados para escuta e participação, que são facilmente rompidos com as interrupções e reinícios.

Para retomar o trabalho, foram necessárias adaptações metodológicas, ou seja, criar formas de abordagem junto à comunidade que tinham a finalidade de reestabelecer laços de confiança rompidos devido às interrupções do trabalho ao longo do tempo, seja por questões pandêmicas ou por procedimentos burocráticos do projeto. Assim, a equipe do TTS optou por utilizar um questionário socioeconômico como metodologia de trabalho, realizado através de um formulário eletrônico, com o objetivo de fazer um levantamento atualizado dos moradores nos condomínios. Além disso, foram realizados plantões sociais, nos quais a equipe do TTS estava disponível para auxiliar os moradores no preenchimento dos questionários e para sanar possíveis dúvidas sobre as ações do projeto. Também foram realizadas visitas domiciliares, com o objetivo de conhecer individualmente cada morador e facilitar o processo de reposta ao levantamento proposto, estabelecendo um diálogo e reconstruindo os vínculos entre pesquisador, comunidade e equipe do TTS.

Ao longo do processo de inserção ao campo da pesquisa, foram necessárias escolhas que foram fundamentais para a constituição deste estudo, tais como posturas em relação à comunidade, formas mais simples de comunicação e compreensão dos cotidianos vividos nesses residenciais. Essas escolhas, determinaram a postura do autor enquanto educador social e pesquisador do

Trabalho Técnico Social, além de embasarem decisões metodológicas necessárias.

Dessa forma, durante o processo de desenvolvimento desta tese, optou-se por observar e analisar alguns instrumentos de pesquisa que possibilitaram a sua elaboração, como o diário de campo, os relatórios e o diagnóstico realizado para desenvolvimento do Trabalho Técnico Social PAC BGV. Esses instrumentos fundamentaram as escolhas metodológicas imprescindíveis para compreender e dialogar com os dados levantados.

2.2 A PESQUISA COMO AÇÃO INTRÍNSECA AO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL: PROCEDIMENTOS DA PESQUISA E ADAPTAÇÃO METODOLÓGICA ENTRE O PROJETO E A PESQUISA

Cabe destacar que, em 2017, foi realizada uma pesquisa, intitulada “Olhares sobre os processos do Trabalho Técnico Social, junto aos moradores reassentados nos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II na perspectiva da Educação Ambiental Transformadora” (DE SOUZA, 2018). Nessa pesquisa foi feito um levantamento com 52 famílias por meio de um questionário, que proporcionou uma visão da realidade desses moradores logo após sua remoção para os residenciais. No entanto, era necessário atualizar essas informações, abrangendo toda a população reassentada, a fim de compreender os movimentos ocorridos nesse intervalo de tempo. Portanto, no primeiro semestre de 2021, após uma reavaliação do projeto, suas etapas e ações do TTS, foi preciso realizar novo levantamento através de um diagnóstico socioeconômico junto à comunidade.

Durante esse período, a comunidade buscou outras formas de organização decorrentes da entrada e saída de novos moradores, além de outras forças que influenciaram a reorganização do espaço. Como resultado, o órgão municipal já não tinha certeza de quem estava residindo nas unidades habitacionais atualmente, sendo necessário criar um novo espaço de escuta para compreender os condomínios. Diante disso, a equipe do projeto TTS PAC BGV debateu e entendeu que seriam necessárias duas atividades distintas: uma relacionada à pesquisa social qualitativa, através das ações relacionadas aos plantões sociais, visitas domiciliares, assembleias e elaboração de formação com a comunidade e a equipe do TTS; e outra mais quantitativa, utilizando um questionário quali-quantitativo.

2.3 MOVIMENTO 1: O DIÁRIO DE CAMPO COMO UMA PRÁTICA DE INVESTIGAÇÃO E DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA DO PESQUISADOR

A importância do uso do diário de campo foi fundamental para a composição desta tese. Os registros feitos ao longo do período de 2021 a 2023, utilizando quatro cadernos, possibilitaram revisitar falas, sentimentos, emoções, desejos, frustrações e esperanças, ao mesmo tempo em que era traçada uma linha temporal que permitiu a organização e reflexão sobre os acontecimentos e experiências vivenciadas com essa comunidade. Esse instrumento esteve presente em todos os momentos de inserção junto aos moradores, nas assembleias, nos plantões sociais, nas visitas domiciliares, nos eventos propostos pela equipe técnica do TTS, como formações e ações sociais. Cada gesto e fala eram registradas com precisão, a fim de compreender a realidade social, exercer uma escuta sensível e ter um olhar atento a todo o processo.

Segundo Lewgoy e Arruda (2004), o diário de campo é um mecanismo importante que permite uma reflexão sobre a ação profissional cotidiana, possibilitando a revisão de seus limites e desafios. Portanto, compreende-se que o diário de campo é “uma fonte inesgotável de construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento profissional e do agir através de registros quantitativos e qualitativos” (LEWGOY; ARRUDA, 2004, p.124).

Salienta-se que o diário de um campo é um dos principais instrumentos utilizados pelos profissionais científicos para registrar suas observações e pesquisas, visando à realização de análise e reflexão posteriores. Triviños (1987) considera que, após o pesquisador ter entrado em contato com o fenômeno social, deve registrar sua compreensão sobre o fenômeno e, posteriormente, refletir sobre seus aspectos.

Além disso, é importante mencionar que o diário de campo precisa estar intimamente ligado à maneira como o pesquisador se relaciona com o objeto de pesquisa, ao mesmo tempo em que mantém em mente suas impressões sobre o que está sendo pesquisado e como as observações feitas pelo pesquisador se vinculam com a teoria e metodologia adotadas.

2.4 MOVIMENTO 2: A PESQUISA QUALI-QUANTITATIVA E SUA RELAÇÃO COM OS SUJEITOS DA PESQUISA

Um dos compromissos assumidos pelo TTS junto ao poder público municipal

foi a elaboração de um diagnóstico social, seu objetivo era compreender a situação real dos moradores após seis anos de reassentamento. Para isso, a equipe do TTS optou pela elaboração de um questionário, utilizando um formulário eletrônico, respeitando as orientações de distanciamento social devido à COVID-19 e agilizando o levantamento de dados. Dessa forma, um morador de cada unidade habitacional ficou responsável por preenchê-lo, o que possibilitou conhecer o contexto de cada família nos dois condomínios e, ao mesmo tempo, identificar quem são os moradores que, de fato, estão ocupando cada apartamento, uma vez que essa informação estava desatualizada no projeto e junto ao poder público.

Inicialmente, constatou-se que um número muito pequeno de moradores havia participado no formato virtual, sendo 83 moradores do residencial Getúlio Vargas I e 42 moradores do residencial Getúlio Vargas II. e, posteriormente, utilizando a mesma ferramenta (*Google Forms*), de forma presencial, foi possível concluir a coleta de dados. No entanto, os condôminos, de modo geral, alegaram que não ter conexão de *internet* ou que tiveram dificuldade de compreender as perguntas e assinalar as respostas. Isso levou a equipe a adotar outras abordagens, como visitas domiciliares e plantões sociais, que iniciaram no segundo semestre de 2021 e foram concluídas no primeiro semestre de 2022.

Então, do segundo semestre de 2022 até o primeiro semestre de 2023, o trabalho foi direcionado às práticas educativas e informativas, abordando aspectos relacionados à organização condominial, oficinas de Educação Ambiental, ajardinamento, organização familiar, trabalho e renda, pertencimento, cuidado, valorização e organização dos espaços comuns, além da elaboração de boletins informativos.

É importante mencionar que, ao trabalhar com uma comunidade periférica como a abordada nesta pesquisa, é necessário considerar contribuições teóricas relacionadas a esse tema. Diante disso, destaca-se Augusto Triviños como um dos principais estudiosos dessa temática, analisando as comunidades pobres e a dinâmica de vida social. Para Triviños (1987), a pesquisa social que tenha as classes populares como objeto de estudo deve estar fundamentada em uma perspectiva que leve em consideração o materialismo dialético. Essa interpretação teórico-metodológica, de acordo com Triviños (1987) considera que a matéria é fundamental para entender o cotidiano das classes populares. Ao utilizar o conceito de matéria, o autor admite que isso envolve aspectos ligados à produção de materiais e à forma

como os grupos economicamente menos favorecidos interagem com esses bens e os utilizam.

De modo semelhante a Triviños, outro teórico que valorizou a relação entre bens materiais e sociedades humanas foi Paulo Freire, destacando também o aspecto material e as estruturas sociais como elementos de organização da sociedade. Segundo Freire (1996), todos os seres humanos estão em constante processo de formação e transformação da suas formas de atuação da sociedade. A maneira como isso se manifesta está relacionada à maneira como cada pessoa ou grupo social tem acesso aos bens materiais e a consciência que possuem em relação a esse acesso. Quando o pesquisador opta por grupos populares, como nas pesquisas de Triviños (1987) e Paulo Freire (1996), é imprescindível compreender a complexa relação entre o indivíduo e a estrutura social.

Triviños (1987) afirma que, ao adentrar em uma comunidade periférica e escolhê-la como objeto de estudo, o pesquisador precisa estar atento a três fases. A primeira é a escolha do tema e a aproximação da situação desses grupos que ocupam uma posição econômica e social subalterna em relação aos grupos mais ricos da sociedade. A segunda é a análise do fenômeno social, que ocorre por meio da forma como o pesquisador explica aquilo que é estudado, quais teorias são empregadas e como descrever a maneira como esses grupos lidam com os bens materiais e as dificuldades que enfrentam para obtê-los. A terceira fase é a descrição da realidade concreta do fenômeno, que ocorre através dos registros feitos pelo pesquisador ao entrar em contato com seu objeto de estudo, considerando o tempo da pesquisa e as intervenções realizadas para contribuir com a situação de desigualdade vivida pelos grupos socialmente menos favorecidos.

Considerando essas contribuições teóricas, foi realizado o levantamento dos dados coletados, que possibilitou identificar um panorama atualizado dos moradores dos condomínios. No entanto, foi através do diário de campo, dos relatórios do Trabalho Técnico Social, das conversas realizadas com cada morador durante as visitas domiciliares, os plantões sociais e as assembleias, que foi possível perceber as relações existentes entre o pesquisador e a comunidade. A cada apartamento visitado, uma história de vida se revelava, estabelecendo-se uma relação de confiança, sendo possível conhecer de forma mais direta cada morador através dos registros das falas, gestos e emoções ao relatarem cada momento vivido.

2.5 MOVIMENTO 3: A RELAÇÃO COMUNITÁRIA E A PRÁXIS DO EDUCADOR NO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

Os plantões sociais, realizados no período de janeiro a agosto de 2022, foram espaços de escuta atenta à comunidade e totalizaram 26 plantões. A equipe ficava à disposição dos moradores para informações gerais e também para o preenchimento do questionário durante quatro horas, duas vezes por semana, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), localizado junto ao espaço comercial do BGV I, e no salão social do BGV II. Durante esses plantões, foi possível acompanhar o movimento da comunidade junto aos condomínios e observar como esses moradores se organizam dentro desse espaço, além de aferir, através das falas, suas visões de mundo e o que pensam dos órgãos responsáveis pelo processo de remoção, das condições precárias existentes nos condomínios e as formas encontradas por essa comunidade para sobreviver diante dessa problemática.

Ao longo do trabalho, foram realizadas 16 assembleias convocadas por solicitação da equipe do TTS ou pela gestão de ambos os residenciais. As pautas sempre foram voltadas para informações, convites para atividades do TTS e outras deliberações que precisavam da decisão coletiva. As convocações realizadas pelas gestões dos condomínios tinham como foco a discussão das questões relativas às despesas condominiais, inadimplência, conservação dos espaços comuns, limpeza, normas e condutas para a criação de animais domésticos, coleta de lixo, respeito à lei do silêncio e troca de gestão, o que acontece com mais frequência no residencial Getúlio Vargas II, que está no quarto síndico desde a sua criação, enquanto no residencial I, a síndica permanece a mesma.

Para publicizar as convocações das assembleias, são distribuídos cartazes em locais estratégicos dos condomínios, panfletos são colocados embaixo das portas dos apartamentos, além de avisos postados nos grupos de *WhatsApp* administrados pelas síndicas de cada um dos residenciais, mesmo com todos esses mecanismos de divulgação, a adesão nem sempre é a esperada. Apesar disso, as discussões com o grupo de moradores presentes nas assembleias eram sempre acirradas e, para uma comunidade com várias marcas decorrentes de todo o processo que vivenciaram ao longo de todos esses anos, alguns comportamentos são justificáveis.

As assembleias eram momentos importantes para estar junto da comunidade e observar, em seus discursos, sua intencionalidade e lucidez diante das questões

que os cercam e permeiam no cotidiano. Foi possível, portanto, compreender que, muitas vezes, suas visões de mundo são maiores e mais significativas do que pensamos e ter a possibilidade de registrar todo esse copilado de falas e percepções no diário de campo, propiciando a compreensão de que as assembleias são ricos espaços de resistência contra-hegemônica.

Outro momento de troca significativa junto aos moradores dos empreendimentos habitacionais foram os encontros voltados para a organização familiar. Ao longo de 12 encontros ocorridos no ano de 2022, em formato de roda de conversa, um vez por semana e com duração de duas horas, realizados no salão social do BGV II, foi possível conhecer ainda mais as famílias, além de fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Através do diálogo, foi possível conhecer um pouco das histórias de vida das moradoras que participavam dos encontros e discutir temáticas ligadas à organização da estrutura e ao planejamento familiar. A atividade foi conduzida pela assistente social do projeto, juntamente com os demais integrantes do grupo do TTS.

O curso de assessoramento condominial foi uma outra atividade presente no projeto e que tinha o objetivo instruir os moradores sobre temas ligados à gestão condominial, direitos, deveres, organização de assembleias e legislações que regem a organização de condomínios, como convenção, regimento interno, conselho fiscal, o síndico e seu papel na gestão condominial. O curso foi ministrado por uma empresa de administração condominial, juntamente com a equipe técnica do TTS, e foi oferecido aos moradores dos dois condomínios nas dependências do salão social do residencial Getúlio Vargas II. Foram realizados 44 encontros ao longo do ano de 2022, uma vez por semana e com duração de um hora cada.

Durante o ano de 2022, também foram realizados oito encontros em formato de oficinas, uma vez por semana e com duração de uma hora, sobre o tema trabalho e renda. As oficinas foram ministradas por uma pedagoga da equipe do TTS e teve como objetivo contribuir para o processo de desenvolvimento social e econômico das famílias, abordando temáticas relacionadas às práticas de elaboração do currículo e formas de torná-los mais atrativos, além de fornecer dicas de como se apresenta em entrevistas de emprego, informações sobre confecção de documentos, informações sobre acesso ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sites de emprego e cuidados relativos aos falsos anúncios. Ademais, foram discutidas

questões voltadas ao atual quadro social e econômico do país, abordando a flexibilização dos direitos trabalhistas.

Ao longo de 2022, nos dias 8 de outubro e 10 de dezembro, a equipe do TTS realizou duas ações sociais nas dependências do residencial Getúlio Vargas II em conjunto com o grupo de mulheres do residencial. A atividade contou com a Feira das Mulheres Empreendedoras dos residenciais Getúlio Vargas I e II, com apoio do CRAS Zona Portuária, Porto do Rio Grande, Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST-SENAT) Rio Grande e o Poder Executivo Municipal. O objetivo da atividade foi fortalecer a renda familiar das mulheres que comercializam produtos de beleza, artesanato, plantas, roupas e alimentos em seus apartamentos. O evento incluiu apresentações culturais, brinquedos infláveis e informações sociais sobre as atividades desenvolvidas pelo CRAS Zona Portuária, pelo TTS e outros órgãos atuantes no território.

No período de janeiro a abril de 2023, foram realizadas seis oficinas de Educação Ambiental e 12 de ajardinamento. Os encontros aconteceram uma vez por semana, com duração de duas horas, nas dependências do salão social do residencial Getúlio Vargas I. Nas oficinas de Educação Ambiental, foram abordados temas relacionados à coleta e separação de lixo reciclado, cuidados com o sistema hidráulico dos condomínios, prevenção de lixo espalhado nos espaços comuns e seus riscos para a saúde e segurança, pintura de toneis reaproveitados para a coleta de lixo reciclável, conscientização sobre o desperdício de água e seus impactos, além do cuidado com os animais domésticos. Nas oficinas de ajardinamento, foram plantadas árvores e flores nos espaços destinados para esse fim, realizados o plantio de hortaliças em garrafas plásticas, preparo de pomadas com uso de plantas medicinais e cultivo de ervas para chá e seus benefícios à saúde. Os encontros foram ministrados pela equipe do TTS em parceria com o Programa de Educação Ambiental do Porto (ProEA) e com a participação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Durante os encontros de formação com a equipe do TTS, foram discutidas estratégias pedagógicas que contribuíssem para o desenvolvimento de uma abordagem comunitária mais efetiva, visando à execução das atividades planejadas pelos educadores sociais. No decorrer de 36 encontros, com duração de três horas, realizados no período de janeiro de 2021 a março de 2023, foi possível categorizar e sistematizar os dados obtidos para elaboração do futuro diagnóstico e de relatórios

parciais, além de confeccionar panfletos e produzir os boletins informativos chamados de “Papo no Condomínio”, que, posteriormente, foram distribuídos aos condôminos, contendo informações sobre as atividades do TTS.

Segundo Freire (1995), o pesquisador e educador que deseja ser progressista deve estabelecer uma relação dialógica com as comunidades pobres, não se considerando superior a elas, mas sim como um parceiro, um observador comprometido com a ética e uma sociedade mais igualitária. Portanto, ao optar trabalhar com as classes populares, é essencial a participação social em locais como assembleias e o debate sobre a realidade social dessas pessoas, para que a pesquisa seja pautada em uma ética humana e consciência social.

2.6 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DO RESIDENCIAL GETÚLIO VARGAS I

Dos 219 questionários respondidos por um morador de cada apartamento, observou-se que 75% dos respondentes eram mulheres, enquanto 25% eram homens. Esse dado demonstra a predominância do público feminino no residencial, como proprietárias dos imóveis. Em relação ao estado civil, 60% dos respondentes declararam-se solteiros(as), 14% casados(as), 6% em união estável, 6% divorciados(as) e 8% escolheram a opção “Outros”. Entre os respondentes da variável “Outros”, três se declararam separados(as), um informou morar junto com o companheiro(a) e 13 são viúvos(as). Além disso, destaca-se que a média de escolaridade no condomínio é de Ensino Fundamental incompleto, correspondendo a 37% das respostas, seguido pelo Ensino Médio completo, com 30%. É relevante destacar que, embora seja um percentual baixo, 7% dos que responderam ao questionário têm acesso à Universidade, conforme exposto na Tabela 1.

A Tabela 2 destaca a variável “Estado Civil”, com o intuito de fornecer mais informações sobre a presença significativa de mulheres. Do total de mulheres, que corresponde a 165, 64% declararam-se solteiras no momento de responder ao questionário. Esse número elevado sugere que algumas dessas mulheres sejam financeiramente independentes, enquanto outras assumiram o papel de “chefe” de suas famílias. Na sequência, 15% declararam-se casadas, 6% em união estável, 8% divorciadas e 7%, escolheram a variável “outros”, em que três informaram estarem separadas, um respondeu estar morando junto com o companheiro e oito são viúvas. Quanto aos homens, 65% declararam-se solteiros, 17% casados, 5% em união

estável, 4% divorciados e 9% escolheram a opção “Outros”, onde há 5 viúvos.

Quanto à média de escolaridade entre as mulheres, conforme a Tabela 3, também é de Ensino Fundamental incompleto, correspondendo a 37%, seguido de Ensino Médio completo, com 32%. Somados os valores referentes aos dados do Ensino Superior, 6% delas tiveram acesso à universidade. Dessas, oito declaram estar com o Ensino Superior incompleto, possibilitando inferir que elas podem estar cursando a graduação ou terem interrompido os estudos. Além disso, há uma pós-graduada. Mesmo em menor número, somados, 9% dos homens tiveram acesso à universidade, sendo que quatro concluíram o Ensino Superior e um não.

TABELA 1 - Perfil sociodemográfico do Residencial Getúlio Vargas I.

Variáveis	Nº total	%
Gênero	219	100
Feminino	165	75%
Masculino	54	25%
Estado Civil	219	100
Solteiros(as)	141	60%
Casados(as)	34	14%
União Estável	13	6%
Divorciados(as)	14	6%
Outros	17	7%
Separados(as)	3	-
Morando com companheiro(a)	1	-
Viúvos(as)	13	-
Escolaridade	219	100
Não frequentou a escola	5	2%
Ensino Fundamental incompleto	81	37%
Ensino Fundamental completo	19	9%
Ensino Médio incompleto	34	16%
Ensino Médio completo	66	30%
Ensino Superior incompleto	9	
Ensino Superior completo	5	7%
Pós-graduação	1	

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 2 - Estado Civil.

Variável	Nº Total de Mulheres	%	Nº Total de Homens	%
Estado civil	165	100	54	100
Solteiros(as)	106	64%	35	65%
Casados(as)	25	15%	9	17%
União Estável	10	6%	3	5%
Divorciados(as)	12	8%	2	4%
Outros	12	7%	5	9%
Separados(as)	3	-	0	-
Morando com companheiro(a)	1	-	0	-
Viúvos(as)	8	-	5	-

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 3 - Escolaridade

Variável	Nº Total de Mulheres	%	Nº Total de Homens	%
Escolaridade	165	100	54	100
Não frequentou a escola	2	1%	3	5%
Ensino Fundamental incompleto	60	37%	22	38%
Ensino Fundamental completo	14	9%	7	12%
Ensino Médio incompleto	24	15%	9	15%
Ensino Médio completo	51	32%	12	21%
Ensino Superior incompleto	8	-	1	-
Ensino Superior completo	1	-	4	-
Pós-graduação	1	-	0	-

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.6.1 Programas Sociais

Cabe salientar que, para ser beneficiário de programas governamentais, o cidadão precisar estar registrado no Cadastro Único (CadÚnico). Dos respondentes do BGV I, 82% declararam estar registrados no CadÚnico, conforme Tabela 4. Em relação à participação em programas sociais, 35% dos respondes afirmaram fazer parte, como pode-se observar na Tabela 5.

Os programas sociais declarados pelos respondentes, conforme Tabela 6, foram: Auxílio Emergencial, Devolve Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Benefício de Prestação Continuada (BPC) - previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) -, Tarifa Social de Energia Elétrica (para famílias com baixa renda), Programa Baixa Renda, Programa Criança Feliz e Bolsa Família/Auxílio Brasil. Dentre esses, o maior percentual de adesão foi ao Bolsa Família/Auxílio Brasil, com 86%. Especificamente em relação ao BPC/LOAS, 11% de respondentes alegaram receber o benefício, enquanto um declarou que já recebeu, mas não informou o motivo de ter deixado de recebê-lo, conforme exposto na Tabela 7. Quanto ao Bolsa Família/Auxílio Brasil, conforme observado na Tabela 8, 32% dos respondentes recebem o benefício e 4% já o receberam. Esses moradores alegaram não receber mais o benefício em virtude de bloqueio, por serem beneficiários de outros programas, estarem trabalhando em regime celetista, enquanto alguns afirmaram desconhecer o motivo.

TABELA 4 - Registrados do CadÚnico.

Variável	Nº Total	%
Cadastro Único	219	100
Possuem	175	82%
Não possuem	39	18%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 5 - Inseridos em Programas Sociais.

Variável	Nº total	%
Programas sociais	219	100
Inseridos	77	35%
Não inseridos	142	65%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 6 - Programas Sociais declarados.

Variável	Nº Total	%
Programas Sociais	77	100
Auxílio emergencial	1	1%
Devolve ICMS	2	3%
Benefício de Prestação Continuada (BPC)/LOAS	1	1%
Tarifa Social de Energia Elétrica (luz baixa renda)	5	7%
Programa Baixa Renda	1	1%
Programa Criança Feliz	1	1%
Bolsa Família/Auxílio Brasil	61	86%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 7 - Recebem BPC/LOAS.

Variável	Nº Total	%
BPC/LOAS	219	100
Sim	25	11%
Não	193	88%
Já recebeu	1	1%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 8 - Recebe Bolsa Família/Auxílio Brasil.

Variável	Nº Total	%
Recebe Bolsa Família/Auxílio Brasil	219	100%
Sim	71	32%
Não	139	64%
Já recebeu	9	4%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.6.2 Emprego e Renda

Na categoria “Emprego e Renda”, apresentada na Tabela 9, observou-se que 27% dos respondentes trabalham em regime celetista, ou seja, possuem a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada. O trabalho autônomo tem um percentual mais elevado, correspondendo a 37 % das declarações de atividade remunerada. Além disso, 22% dos respondentes declararam ser aposentados e 2% são pensionistas. Na variável “outros”, que corresponde a 24% das respostas, além de declararem atividades remuneradas diversas, 17 respondentes informaram estar

desempregados, conforme exposto na Tabela 10.

No que diz respeito à responsabilidade de prover financeiramente a família, observou-se que 41% das mães desempenham esse papel em seus lares, enquanto 20% dos pais têm essa responsabilidade. Apenas 1% dos avós e 7% dos filhos assumem essa responsabilidade, como pode-se observar na Tabela 11. Esses dados corroboram o que foi mencionado no item que dispôs sobre o perfil sociodemográfico, na variável “Estado Civil”, no que concerne às mulheres, sobre algumas das respondentes assumirem o papel de “chefes” de suas famílias. Em “outros”, conforme Tabela 12, 69 pessoas declararam morar sozinhas e sustentarem-se financeiramente, o que corresponde a 35% das respostas. Ao cruzar esses dados com os nomes dos moradores que responderam ao questionário, observou-se que a maioria é mulher que mora sozinha.

Em relação às atividades extras para complementação da renda familiar, apenas 12% dos repondentes afirmaram realizar alguma atividade, enquanto 88% não realizam, como exposto na Tabela 13. As atividades extras declaradas estão listadas na Tabela 14.

TABELA 9 - Atividade remunerada exercida.

Variável	Nº Total	%
Atividade remunerada exercida	219	100
Carteira Assinada	59	27%
Autônomo(a)	82	37%
Pensionista	4	2%
Aposentado(a)	22	10%
Outros²	52	24%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 10 - Outras atividades declaradas.

Variável	Nº Total
Outros	52
Do lar	5
Doméstica	1
Recenseador em curso	1
Benefício do governo (BPC/LOAS/INSS)	7
Bolsa família/auxílio Brasil	3
Tarefaira	2
Faxineira	2
Diarista	4
Avulso	1
Militar temporário	1
Encostado INSS	1
Estatutário	1
Microempreendedora	1
Afastada do trabalho	1

² A variável “outros” é constituída de respostas complementares às questões fechadas.

Desempregados(as)	17
Não trabalha	4

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 11 - Responsabilidade de prover financeiramente a família.

Variável	Frequência	%
Provedor Financeiro da Família		
Pai	46	20%
Mãe	94	41%
Avós	2	1%
Filhos	7	3%
Outros	82	35%
Total de respostas (1)	231	231%
Total de questionários	219	100%
Media de respostas por morador	2,31	

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 12 - Outros provedores declarados.

Variável	Nº Total
Outros	82
Casal	5
O respondente (mora sozinho)	69
O respondente e um irmão	1
Apenas um dos cônjuges (marido)	5
Recebe ajuda de vizinhos	1
Não responderam	1

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 13 - Atividades extras para complementação de renda familiar.

Variável	Nº total	%
Atividade extra	219	100
Sim	27	12%
Não	192	88%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 14 - Descrição das atividades extras.

Variável	Nº Total
Atividades Extras	27
Diarista	5
Diarista e aulas particulares para series iniciais	1
Diarista em fábrica de pescados	1
Limpezas de pátios	1
Reciclagem	1
Pintura	1
Motoboy	1
Faxina	1
Faxinas e revenda	1
Artesanato (crochê)	1
Cuidadora	1
Auxiliar de creche	1
Confeiteira	1
Vende doces	1
Padeiro	1
Não disseram a atividade	8

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.6.3 Organização e Saúde da Família

A maioria dos apartamentos do residencial Getúlio Vargas I é habitado por famílias de uma a três pessoas, correspondendo a 68%, enquanto famílias compostas de de quatro a seis pessoas correspondem a 32%, como pode ser observado na Tabela 16. Na composição dessas famílias observa-se, na Tabela 16, uma grande presença de crianças entre 0 e 12 anos, o que corresponde a 38%, seguido por adolescentes, com um percentual correspondente a 23%. Em terceiro lugar, encontram-se os idosos, correspondendo a 10%, e pessoas com deficiência (PCDs), que correspondem a 5%. A variável “outros”, exposta na Tabela 16, corresponde a 24%, abrangendo outras composições familiares declaradas pelos respondentes que não constam nas alternativas, destacando-se 25 adultos declararam que moram sozinhos.

Quando questionados sobre a existência de familiares com alguma doença que necessite de tratamento médico regularmente, 39% dos respondentes confirmaram a presença de alguém nessa condição. Enquanto 61% responderam não haver familiares que precisem de tratamento médico permanente. Dos familiares com alguma doença, 41% fazem uso de medicação e 55 % têm acesso a tratamento específico, conforme observado na Tabela 18 Os motivos apresentados para a falta de acesso a medicação incluem a demora no diagnóstico da doença, espera de encaminhamento, falta de medicação no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e falta de condições financeiras de comprar os medicamentos. Além disso, algumas pessoas relataram que conseguem obter medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mas precisam comprar aqueles que não são fornecidos pelo sistema público.

TABELA 15 - Quantidade de pessoas que moram nos apartamentos.

Variável	Nº total	%
Apartamentos ocupados	219	100
De 1 a 3 pessoas	148	68%
De 4 a 6 pessoas	71	32%
Mais de 6 pessoas	0	0

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 16 - Composição familiar.

Variável	Frequência	%
Composição familiar		
Idosos	29	10%
Crianças de 0 a 12 anos	112	38%
Adolescentes	67	23%
PCDs	16	5%
Outros	71	24%
Total de respostas	295	295
Total de questionários	219	100
Média de respostas por morador	1,34	

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 17 - Outras composições familiares.

Variável	Nº total
Outros	54
Somente um casal	10
Respondente mora sozinho	25
Outras composições (pais e filhos adultos, apenas adultos)	19

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 18 - Familiar com doença que precise de tratamento médico.

Variável	Nº total	%
Familiar com algum tipo de doença que necessite tratamento medico	219	100
Sim	85	39%
Não	134	61%
Faz uso de medicação	219	100
Sim	89	41%
Não	130	59%
Tem acesso a tratamento específico	219	100
Sim	83	55%
Não	69	45%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.6.4 O condomínio: vivências e experiências de uma nova forma de morar

Quando questionados sobre o processo de mudança para o condomínio, 57% dos moradores responderam que foi bom, 10% disseram que foi ruim, enquanto 30% mencionaram algumas dificuldades e 3% não responderam, conforme observado na Tabela 19. Ao serem questionados se houve dificuldades, vários problemas foram mencionados. Salienta-se que essa questão foi respondida por 75 moradores e, em geral, as pessoas relataram problemas com a estrutura física dos apartamentos, principalmente, em relação ao espaço, invasões em alguns apartamentos, o processo de mudança em si, a convivência com outros moradores e a segurança.

Embora a soma dos percentuais daqueles que consideram o processo de mudança “ruim” ou “com algumas dificuldades” (87 respostas) seja menor em comparação aos que consideraram o processo “bom” (126 respostas), é importante

destacar algumas respostas que se mostraram relevantes para compreender a dinâmica desse processo e da vida no residencial BGV I.

Contradições sobre ter ou não direito à moradia este se encontrava invadido, tive que esperar uma ordem de reintegração, enquanto isso, dormia no chão do apartamento da minha mãe, com minha filha pequena e grávida, foi muito difícil um "processo" longo e demorado, mais apesar das dificuldades consegui fazer minha mudança para poder dar uma vida mais digna pra minha família. (Moradora 1, 37 anos, BGV I)³

A busca pela dignidade, como manifestado pela Moradora 1 em sua resposta, é o que as famílias almejam ao se inscreverem em programas de habitação social. Dois pontos devem ser destacados nessa citação, o direito à moradia e a invasão de apartamentos por pessoas não cadastradas para receber o imóvel, o que resulta na necessidade de iniciar um processo de reintegração de posse, situações que também foram relatadas por outros moradores⁴. Outrossim, um morador relatou não ter conseguido entrar em seu apartamento no dia da mudança, mas, infelizmente, não explicou o motivo.

Durante as saídas de campo, alguns moradores comentaram sobre o chuvoso em que ocorreu a mudança, o que dificultou o processo. Também mencionaram que o transporte deixou a desejar e que os funcionários da prefeitura escalados para realizar remoção e transporte das mudanças danificaram alguns pertences e relataram dificuldade em subir os moveis para os andares superiores. Ademais, é importante ressaltar que a escada foi projetada de forma que até mesmo a dificuldade do acesso de uma maca em caso de emergência. Essas dificuldades são expressas nas seguintes respostas:

Pressa dos homens que estavam trabalhando que fez eu pegar tudo da casa com pressa e trazer tudo e subir tudo sozinha. (Moradora 2, 51 anos, BGV II)

Tiveram pouco tempo para retirar as coisas da casa e já começaram a destruir a casa. (Moradora 3, 48 anos, BGV I)

Transporte dos móveis e a subida difícil. (Moradora 3, 25 anos, BGV I)

³ Foram utilizados números para designar os moradores.

⁴ Outro morador relatou com dificuldade as “contradições sobre ter ou não direito à moradia”, outros cinco moradores relataram invasão ao apartamento invadido e um relatou a necessidade de reintegração de posse.

Minhas coisas foram jogadas na beira escada. (Morador 4, 47 anos, BGV I)

Quebram móveis, tv e caixas de piso. (Morador 5, 27 anos, BGV I)

Minhas coisas foram jogadas na beira da escada misturada com as de outros moradores. (Moradora 6, 65 anos, BGV I)

Enquanto a Moradora 2 relata a “*pressa dos homens que estavam trabalhando*” e menciona que precisou retirar seus pertences do veículo “*com pressa*”, levá-las para o residencial e “*subir tudo*” sem ajuda, os Moradores 4 e 6 disseram que suas “*coisas foram jogadas na beira da escada*” e o Morador 5 afirmou que alguns móveis foram avariados. Diante disso, infere-se que houve um certo descaso e falta de empatia por parte daqueles que estavam lá para prestar assistência. Corroborando essa atitude, outros três moradores responderam o seguinte:

Tiveram pouco tempo para retirar as coisas da casa e já começaram a destruir a casa. (Moradora 7, 33 anos, BGV I)

Me senti expulso da minha casa. (Moradora 8, 57 anos, BGV I)

A falta de apoio dos órgãos responsável. (Moradora 9, 28 anos, BGV I)

O estado em que encontraram suas futuras moradias foi motivo de transtorno para alguns dos beneficiários, pois a estrutura física dos apartamentos já estava danificada. Um morador inclusive alegou que “*roubaram portas e outros utensílios dentro do apartamento*”.

TABELA 19 - Processo de mudança para o condomínio.

Variável	Nº total	%
Processo de mudança para o condomínio	219	100
Bom	126	57%
Ruim	21	10%
Com algumas dificuldades	66	30%
Não responderam	6	3%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.6.5 Problemas com a estrutura física do apartamento

Também foram apontados problemas estruturais nas áreas comuns do residencial, conforme pode ser observado no relato de um morador que afirmou ter recebido o apartamento com o vidro da porta quebrado. Ao chegarem nos

apartamentos, os novos moradores se depararam com algumas situações inesperadas para quem esperava receber um imóvel novo e recém construído. Através dos relatos dos moradores do residencial, extraídos dos dados do questionário, é possível compreender melhor o que eles encontraram:

A porta do apto não fechava, tomadas que não tinha os fios encaixados, o banheiro do andar de cima vaza no meu, inundações dos andares em cozinha e quarto do de cima com perda de móveis, corrimão quebrado e enferrujado, esgoto vazando a céu aberto, fios submersos na água, falta de segurança portões abertos, escuridão a noite, escadas com desnível nos degrau incluso prova quedas, falta de água frequente, bombas de água dando problema, entupimento de sanitário a luz em contato com a do vizinho (vizinho ligava tipo chuveiro cai a minha energia). (Moradora 10, 72 anos, BGV I)

Houve dificuldade desde quando nos se mudamos desde as coisas quebradas e estragadas e eu já tinha avisado que não queria morar no apartamento deram a opção por uma casa que até hoje eu espero. [...] o entupimento desde vaso até pia da cozinha rachaduras e entre outros problemas que já está sobre conhecimento tanto da síndica quanto da prefeitura. (Moradora 11, 22 anos, BGV I)

Infiltração no apto, rede elétrica, encanamento falta de água. (Moradora 12, 41 anos, BGV I)

Há rachaduras pelo condomínio, os apartamentos são muito úmidos as paredes dos quartos vivem mofadas, muito vazamento na encanação, temos pouca bomba e fica sobrecarregada e acaba queimando. (Morador 13, 50 anos, BGV I)

Observando atentamente as colocações dos moradores, percebe-se que todos mencionaram situações relacionadas ao encanamento predial. Conforme os dados da Tabela 20 150 respondentes têm inconvenientes com encanamento, um número significativo, seguido por 99 pessoas com problemas nos pisos e acabamentos, 88 com dificuldades relacionadas à ligação da luz, 79 com os vidros e 37 com o pagamento da taxa de água. Além disso, de acordo com os dados da Tabela 21 percebe-se que os moradores também enfrentaram problemas com as instalações hidráulicas e elétricas dos apartamentos, bem como com o esgoto do condomínio, que, muitas vezes, acaba vazando e ficando exposto, como, popularmente, se diz, “a céu aberto”.

No relato do Morador 12, que traz uma descrição detalhada dos problemas tanto de sua unidade quanto do restante do prédio, quando ele menciona a existência de “*fios submersos na água*”, fica evidente o possível risco de acidente, como um choque elétrico. Outro indicativo de possíveis acidentes são as escadas que, conforme

sua descrição, apresentam desníveis nos degraus, o que pode levar a quedas.

TABELA 20 - Problemas com a estrutura física do apartamento.

Variável	Frequência	%
Problemas com a estrutura física do apartamento		
Ligação da luz	88	18%
Pagamento da taxa de água	37	8%
Vidros	79	16%
Encanamento	150	30%
Pisos e acabamentos	99	20%
Outros	40	8%
Total de respostas	493	
Total de questionários	219	
Média de resposta por morador	2,25	
Não responderam	26	6%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 21 - Outros problemas.

Variável	
Outros	40
Não tiveram problemas	3
Problemas com infiltrações	10
Problemas de vazamento de água	10
Problemas com telhado	1
Problemas com esgoto/entupimento de fossas	2
Problemas com portas e janelas	4
Problemas com banheiro	1
Mofo nas paredes	2
Problemas com instalações elétricas	4
Quando chove entra água no apartamento	1
Entupimento da caixa de gordura	1
Iluminação do prédio	1

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.6.6 Adaptação à vida em condomínio

Morar em um condomínio faz com que as pessoas precisem se adaptar a uma nova realidade de convivência em um ambiente coletivo. Em relação a isso, 51% dos respondentes avaliaram sua adaptação como boa, enquanto 18% consideraram ruim e 29% afirmaram estar em processo de adaptação, conforme abaixo observado na Tabela 22.

TABELA 22 - Adaptação à vida em condomínio.

Variável	Nº Total	%
Adaptação à vida em condomínio	219	100
Boa	111	51%
Ruim	40	18%
Ainda em adaptação	64	29%
Não respondeu	4	2%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.6.7 Principais problemas enfrentados na organização do condomínio

Os respondentes do BGV I apontam o livre acesso de pessoas que não são moradoras do residencial como principal problema enfrentado na organização do condomínio, com 189 respostas referentes a esse problema. Em seguida, a presença de animais sem dono foi mencionada por 186 dos respondentes. Na sequência, o som alto em horários inadequados afeta 183 pessoas, enquanto 181 moradores apontaram problemas na limpeza dos espaços comuns. A coleta de lixo foi considerada um problema por 123 pessoas e outras 118 mencionaram a falta de local para pendurar as roupas, como pode-se observar na Tabela 23. Na variável “Outros”, apresentada na Tabela 23 os respondentes manifestaram suas insatisfações com a organização do condomínio, fornecendo mais detalhes sobre os problemas enfrentados:

Coleta até tem, mas a seletiva no condomínio nunca teve pra poder descartar lixo reciclável ou vidro etc. “Coleta até tem mas a seletiva no condomínio nunca teve pra poder descartar lixo reciclável ou vidro etc. local pra pendurar roupas tem mas tem pessoas que roubam as roupas do varal e tenho que estender minhas roupas no varal de chão que fica sempre dentro do apartamento. (Moradora 14, 23 anos, BGV I)

Restos de moveis e lixos pelos corredores e escadas sem iluminação, água com gosto ruim pois caixas d'água nunca foram limpas. (Moradora 15, 32 anos, BGV I)

Obras em horários impróprios, crianças até altas horas correndo e gritando nos corredores, som alto que invade a madrugada (mesmo a síndica indo reclamar as pessoas não respeitam), e também dos cultos que vai até de manhã. (Moradora 16, 44 anos, BGV I)

Afinal tudo aqui é precário, são poucos que ajudam a manter organizado e uma quantidade enorme para bagunçar, lixo para tudo que lado, escada fedendo a urina, coco de cachorro espalhado pela escada e assim vai! (Moradora 17, 57 anos, BGV I)

Local pra pendurar roupas tem mas tem pessoas que roubam as roupas do varal e tenho que estender minhas roupas no varal de chão que fica sempre dentro do apartamento. (Moradora 18, 21 anos BGV I)

Restos de moveis e lixos pelos corredores e escadas sem iluminação, água com gosto ruim pois caixas d'água nunca foram limpas. (Moradora 18, 38 anos, BGV I)

TABELA 23 - Principais problemas enfrentados na organização do condomínio.

Variável	Frequência	%
Problemas com a organização do condomínio		
Pessoas que não são moradoras com livre acesso ao condomínio	189	18%
Coleta do lixo	123	12%
Limpeza dos espaços comuns	181	18%
Animais sem donos	186	18%
Falta de local para pendurar suas roupas	118	12%
Som alto em horários ruins	183	18%
Outros	37	4%
Total de respostas	1017	100
Total de questionários	219	
Medida de respostas por morador	4,47	
Não responderam	3	0%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 24 - Outros problemas.

Variável	
Outros	37
Falta de segurança	10
Falta de coleta seletiva para lixo reciclável	1
Furto de roupas dos varais externos	2
Falta de respeito entre os moradores em relação a convivência	9
Problemas com a estrutura física dos apartamentos	2
Falta de iluminação nas escadas e no condomínio	2
Falta de conservação e limpeza dos espaços externos do condomínio (lixos espalhados pelos andares)	3
Violência e morte	1
Consumo excessivo de bebidas alcoólicas	2
Drogas	2
Falta de água	1
Não tem problemas	2

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.6.8 Taxa condominial

A taxa condominial é o valor cobrado de cada condômino com o objetivo de custear as despesas do condomínio relativas às áreas comuns, incluindo serviços, manutenção e melhorias. Com relação a essa taxa, 84% dos respondentes estavam cientes dessa cobrança antes de se mudarem para o condomínio, enquanto 14% desconheciam sua existência, conforme observa-se na Tabela 25.

TABELA 25 - Ciência sobre a taxa de condomínio.

Variável	Nº Total	%
Morador estava ciente da taxa de condomínio	219	100
Sim	183	84%
Não	30	14%
Em branco	5	2%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.6.9 Despesas que os moradores não têm conseguido pagar

Quanto às despesas de luz, água e taxa condominial, 52% dos respondentes que não estão pagando a taxa condominial, seguido pela despesa de luz com 28% de moradores inadimplentes e 20% não estão em dia com as despesas de água, como exposto na Tabela 26 Os motivos pelos quais as pessoas estão enfrentando dificuldade para pagar as despesas estão relacionados, em primeiro lugar, a questões financeiras, seguido pelo desemprego e pelo alto valor da taxa de energia elétrica, conforme apresentado na Tabela 27 Em relação às dificuldades financeiras, os respondentes argumentaram que:

Não consigo pagar o condomínio porque está bem difícil as coisas em questão financeira. Se eu pago o condomínio não consigo pagar a luz. O valor do condomínio deveria ser mais baixo pra ajudar a todos que moram aqui [...] (Moradora 19, 29 anos, BGV I)

No momento só meu companheiro está trabalhando, infelizmente com o aumento dos alimentos o salário dele mal dá para pagar as contas, nós temos uma dívida que não é nossa e que nós pagamos da luz, a taxa do condomínio nós não pagamos pelo fato que realmente não sobra [...]. (Moradora 20, 31anos, BGV I)

Os relatos acima exemplificam a realidade de muitas pessoas em nosso país que enfrentam vulnerabilidade social e dificuldades financeiras. Essas famílias, muitas vezes, precisam tomar decisões difíceis, como escolher entre pagar despesas ou comprar alimentos. Além disso, as altas taxas também contribuem para a inadimplência. No entanto, no que se refere ao pagamento da taxa condominial, há moradores que optam por não pagar devido à falta de melhorias no condomínio. Eles descrevem o condomínio como precário, inseguro, apresentando problemas de saneamento, sujo, com a presença de cachorros soltos e infestações de carrapatos. Os relatos que seguem dão mais detalhes:

Não paga condomínio porque não tem melhorias e nem segurança. (Morador 21, 38 anos, BGV I)

Não é que não tenha conseguido, simplesmente não pago enquanto o registro do CNPJ não for feito e desta forma eu possa ter meus direitos e deveres cobrados como condômino. (Morador 22, 34 anos, BGV I)

Pagava e não via retorno na manutenção do condomínio. Por que a maioria não paga, e porque ainda não está regularizado, assim que

regularizar eu volto a pagar. Paguei por uns 3 anos. (Moradora 23, 35 anos, BGV I)

Paguei por bastante tempo, mais depois de 1 ano e meio não conseguia enxergar nenhuma mudança dentro do condomínio. (Morador 24, 40 anos, BGV I)

Aguardando organização e regularização da documentação do condomínio. (Morador 25, 51 anos, BGV I)

Por conta do CNPJ da síndica. (Moradora 26, 59 anos, BGV I)

Sobre a despesa de conta de água, os moradores relatam que:

Querem fazer uma conta conjunta em que todos pagariam caso se eu não usar a água do meu apto tenho que pagar pelo vizinho que gastou água do apto dele. Porque não tem um valor específico para cada morando. (Moradora 27, 46 anos, BGV I)

[...] água porque não concordo com rateio porque muitos desperdiçam tinha que ser cada um com a sua conta porque se 5 não pagar sua parte os demais se prejudicam! Taxa de condomínio não vi nenhuma melhoria e quando tiver tudo em ordem e legalizado serei a primeira a querer ter tudo certo. (Moradora 28, 33 anos, BGV I)

TABELA 26 - Despesas que não tem conseguido pagar.

Variável		
Despesas que não têm conseguido pagar	Freq.	%
Luz	72	28%
Água	53	20%
Taxa condominial	135	52%
Total de respostas	260	100
Total de questionários	219	100
Media de resposta por morador	1,18	

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 27 - motivo pelo qual não tem conseguido pagar as despesas.

Variável	
Motivo pelo qual não consegue pagar as despesas	
Desemprego	38
Dificuldades financeiras (falta de dinheiro no orçamento doméstico)	49
Taxa de energia elétrica muito alta	12

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.6.10 Considerações sobre aspectos que melhoraram com a ida para o condomínio

Embora tenham enfrentado um processo de remoção que foi positivo para alguns e negativo para outros, e tenham que adaptar a viver em um ambiente coletivo, alguns respondentes consideram que certos aspectos melhoraram ao se mudarem para o residencial. A Tabela 28 mostra uma síntese do que foi citado como melhorias,

que podem também ser percebidas nos relatos a seguir:

A situação da minha família, apesar de tudo minhas filhas têm um lugar digno para viverem, mesmo com a desorganização que ainda existe, melhorou muito nossa estrutura familiar. (Moradora 29, 51 anos, BGV I)

Foi muito bom não acordar dia de chuva com os pés dentro de água dentro de casa. (Morador 30, 31anos, BGV I)

Por ser perto do centro é mais acessível a supermercados e hospitais. (Moradora 31, 37 anos, BGV I)

Tudo melhorou, porque a casa onde morava era precária. (Moradora 32, 53 anos, BGV I)

Antes morava em casa de madeira em um estado bem ruim, hoje é de material tudo mais ajeitado sem goteiras. (Moradora 33, 61 anos, BGV I)

Percebe-se que a localização e a proximidade com o centro histórico da cidade são pontos importantes. Desde o início da formação do bairro, nos anos 1920, esses já eram fatores estratégicos para as pessoas que se estabeleceram na região, pois tornam os deslocamentos e o acesso às escolas, hospitais, postos de saúde e trabalho mais fáceis, como pode ser observado na Tabela 28 Ademais, salienta-se também o melhor acesso ao comércio para a aquisição de produtos e serviços que esses fatores proporcionam aos moradores dos condomínios. Outro aspecto de melhoria que merece destaque é o fato de terem a própria moradia, sem que precisem pagar aluguel ou em moradias cedidas, como foi citado pelos respondentes.

A conquista da “casa própria”, como mencionado em algumas respostas, foi algo muito significativo para as pessoas. Associado a isso, as condições de moradia melhoraram, para alguns drasticamente, considerando que moravam em casas precárias e, até mesmo, insalubres. Isso proporcionou a melhoria da qualidade de vida desses moradores. O novo lugar foi considerado mais seguro em relação ao local de origem por dois respondentes.

No entanto, a Tabela 28 demonstra a quantidade de moradores que não notaram melhorias ao irem para o residencial. Essa insatisfação pode ser observada através dos seguintes relatos:

Melhorou, mais também piorou porque não tenho como pagar as contas. (Morador 34, 30 anos, BGV I)

[...] Pessoas saíram de suas casas que não pagavam nada. E agora querem que a gente pague 3 tipos de contas. (Moradora 35, 63 anos, BGV I)

Apesar de agora terem a própria moradia e não precisarem mais pagar aluguel, a mudança para o residencial gerou mais despesa para as pessoas. Infere-se, a partir dos relatos, que, no local onde estavam assentados, não pagavam pelas despesas de luz e água, uma vez que os terrenos não eram regularizados e pertenciam ao Porto de Rio Grande. Além disso, a taxa de condomínio foi outra despesa gerada e, mesmo que a maioria tivesse conhecimento disso, as condições financeiras difíceis de alguns condôminos, contribuem para o não pagamento.

Que não tem valeta porque os lixos ficam jogados nas escadas, muita bituca na frente do apto sendo que não fumo e muito lixo no térreo do condomínio. (Morador 36, 48 anos, BGV I)

O antigo lugar apesar de tudo era mais seguro. (Moradora 37, 53 anos, BGV I)

Somente a praticidade de ser mais perto do centro, porque a falta de segurança que temos acabou com meus sonhos. (Moradora 38, 72 anos, BGV I)

Nenhuma, achei que viria pra cá e seria feliz, mas com a vinda daqui foi só incomodação, minha filha faz terapia, entrou em depressão por morar nesse inferno, e os causadores da baderna diz que não tem o que fazer, se tenho uma filha louca eu que me mude. (Moradora 39, 43 anos, BGV I)

Só porque no apto pude investir pra melhorar na casa que eu tinha não podia porque ia ser desmanchada! Mais espaço! Melhorias só da minha porta pode tá dentro porque as áreas em comum estão cada dia pior. (Moradora 40, 39 anos, BGV I)

As “valetas” citadas pelo Morador 36 existiam, pois o local onde moravam anteriormente não tinha pavimentação nem saneamento básico. Diante disso, mesmo que sendo um aspecto negativo para as condições de moradia, ele considera que não houve muita melhora, devido às condições de insalubridade e lixo espalhado que também estão presentes no condomínio. A Moradora 37 afirma que, mesmo com problemas de segurança, o lugar onde morava ainda era melhor nesse aspecto. Ademais, destaca-se que a Moradora 39 considera positiva apenas a proximidade com o centro, pois não se sente segura, o que a causou frustração. O relato da Moradora 39 evidencia uma relação de conflito, em que a expectativa e a esperança por uma vida melhor não se concretizaram.

Por outro lado, tem-se a visão da Moradora 40, que menciona o investimento no interior dos apartamentos, buscando mais conforto e, de certa forma, compensando o desconforto causado pelo ambiente externo, fato percebido durante as saídas de campo, quando foi realizada a aplicação do questionário..

TABELA 28 - Considerações sobre aspectos que melhoraram com a ida para o condomínio.

Variável	
Melhorias com a vinda para o condomínio	
Localização próxima ao centro histórico da cidade	32
Ter moradia própria	29
Melhoria da infraestrutura da moradia	29
Melhoria da qualidade de vida	14
Melhor acesso a escolas	5
Melhor acesso ao posto de saúde e hospitais	3
Lugar razoável para morar	2
Lugar mais seguro do que moravam antes	2
Melhor acesso ao trabalho	1
Não consideram que algo melhorou com a vinda para o condomínio	49
Total de respostas	166

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.6.11 Aspectos que precisam melhorar nos condomínios

Os respondentes, ao considerarem as melhorias necessárias no condomínio, conforme demonstrado na Tabela 29 apontaram, em primeiro lugar, a preocupação com a segurança, ou melhor, a falta de segurança, seguida pela infraestrutura, as relações de convivência entre os moradores, os animais soltos e/ou abandonados, a organização do condomínio, o volume alto de som, o controle para acesso ao residencial e o saneamento básico. Nos breves relatos apresentados no questionário, há a descrição dos aspectos que foram sintetizados na tabela e das situações cotidianas que acontecem dentro do condomínio.

Alguns dados que chamaram a atenção referem-se a uma “*facção que tomou conta do condomínio*”, a ocorrência de “*violência, morte, drogas*”, “*álcool e drogas*”, “*bebidas, drogas, entre outros*”. Embora apenas 53 respondentes tenham mencionado a necessidade de melhorias na segurança, em outras questões abordadas no questionário, essa pauta foi trazida quando eles tiveram a oportunidade de responder abertamente. O fato de uma facção criminosa ter, de acordo com o relato do respondente, “*tomando conta do condomínio*”, indica a presença do tráfico de drogas, o que, conseqüentemente, leva a situações de violência que podem resultar em mortes, como mencionado anteriormente. Trata-se de um dado

extremamente preocupante, pois coloca a vida dos moradores em risco, deixando-os mais vulneráveis.

Outro aspecto verificado nas respostas do questionário diz respeito às relação de convivência entre os condôminos. Embora a pergunta não tenha tratado desse ponto especificamente, sempre que os respondentes tiveram a oportunidade de se manifestar, mesmo que de forma breve por escrito, eles destacaram a dificuldade em conviver com muitas pessoas no mesmo local e a necessidade de regras. Nos relatos a seguir, esses e outros fatores podem ser observados:

Regras de convivência. Conversação da limpeza do pátio e empatia dos moradores. Não temos reforma pinturas não tem segurança, não tem vigilância. Estamos jogados deixados de lado quem paga pelas melhoras não vê melhoras. Um lugar onde metade ajuda outra metade joga fora estraga, qualquer um entra e sai não tem portão para cada morador ter sua chave pra entrar e sair, som alto até altas horas, respeito entre moradores, brigas de baixo nível, risco de vida, agressão. (Moradora 41, 61 anos, BGV I)

Muitas coisas, a estruturas estão rachadas, os vazamentos, os cachorros sem donos, a SEGURANÇA, pois aqui entra quem quer, desde usuários de drogas a comerciantes, o acesso é aberto, não temos um muro e nem portão, a iluminação é precária, as bombas estão sempre com problemas, já ficamos quase 2 semanas sem água. (Moradora 42, 34 anos, BGV I)

Que não nos trate como lixo sem nos ajudar no que precisamos, olhem para o próximo, arrumem nossos apartamentos nos deem um local seguro. (Moradora 43, 29 anos, BGV I)

Consciência dos moradores em saber que moram em um condomínio e que existem regras. (Moradora 44, 34 anos, BGV I)

Infraestrutura, organização, morar pessoas que r realmente tenham direito ao apto, a segurança que não é nenhuma fica portão escancarado, traficante pelas escadas nos escuros, entra e sai de usuários pra comprar drogas, comércios no condomínio que fazem ajuntamento e transitam o tempo todo, correm no corredor se gritam quando vão aos "comércios" as coisas se funcionassem como deveriam seria muito melhor, comércio nas salas comerciais, animais nos seus respectivos apto, andar de bike e skate em lugar apropriado assim como jogo de bola. (Moradora 45, 46 anos, BGV I)

Precisa mudar a segurança, me sinto com medo cada vez que entro no condômino. (Morador 46, 37 anos, BGV I)

TABELA 29 - O que precisa melhorar no condomínio – BGV I.

Variável	
Precisa melhorar no condomínio	
A segurança	53
Há muitas coisas que precisam melhorar	52

Limpeza dos espaços externos	51
A infraestrutura dos prédios (obras de melhoramento/lazer infantil)	52
Relação de respeito entre os moradores/ter regras para convivência	26
Animais soltos e/ou abandonados	19
Organização/administração	14
Som alto/excesso de barulho	13
Controle de acesso ao condomínio/portaria	10
Falta de água/ defeito das bombas de água	9
Saneamento básico/esgoto exposto	8
Está bom	2
Total de respostas	309
Não responderam	17

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.6.12 Mudança de vida com a ida para o condomínio

As mudanças causam impactos na vida das pessoas, sejam positivos ou negativos. Assim ocorreu com os moradores do residencial, onde a vida melhorou significativamente para alguns, enquanto a nova realidade não é tão boa para outros. Conforme mostrado na Tabela 30 60% dos respondentes tiveram mudanças em suas vidas ao se mudarem para o condomínio, enquanto 17% não vivenciaram alterações. Destaca-se que a vida mudou para melhor para 60% das pessoas, enquanto 10% relataram que mudou muito pouco e 30% dos respondentes afirmaram que a vida piorou, como pode ser observado na Tabela 30 A conquista da casa própria, nesse caso, o apartamento, foi o impacto positivo mais citado, como o exemplificado nesta resposta: *“Eu morava de aluguel aqui e pra mim foi uma conquista muito grande”*.

Para outros, essa conquista representou uma reestruturação de suas vidas, proporcionando novas oportunidades e melhores condições de moradia para si e para os filhos, além de maior segurança.

Sim mais acesso ao centro e INPS não morar mais no meio do barro. (Morador 47, 64 anos, BGV I)

Sim. Principalmente em relação a me estruturar com minha família podendo dar um lugar digno pra ela. (Morador 48, 38 anos, BGV I)

Sim, minha casa estava caindo! (Moradora 49, 41 anos, BGV I)

SIM, pois aqui arrumei um emprego na área que eu atuo. (Moradora 50, 25 anos, BGV I)

Tive a oportunidade de dar um lar para meus filhos. (Moradora 51, 33 anos, BGV I)

Segurança, pois onde morava foi assaltada. (Morador 52, 57anos, BGV I)

Para um lado sim pois morava em 1 peça com 3 filhas agora elas têm o quarto delas mudou sim e é perto de tudo. (Moradora 53, 49 anos, BGV I)

Sair da favela.” (Morador 54, 56 anos, BGV I)

Embora representem um número menor (Tabela 31), os respondentes que relataram pouca melhora ou piora na vida após a mudança para o condomínio expressaram considerações qualitativamente relevantes. Para alguns, apesar das condições de infraestrutura das moradias tenham melhorado, eles/elas sentem “*saudade de morar em uma casa*” e do lugar onde moravam antes. Essa nostalgia em relação as suas antigas casas, concerne à privacidade proporcionada e ao espaço das moradias, como o pátio, que pode ser um lugar de encontro, lazer, trabalho e descanso, fazendo parte do mundo particular da pessoa que tem uma casa:

Mudou muito antes tinha pátio e quarto para as crianças brincarem e segurança dentro do pátio agora não tem pátio segurança e estrutura para caber quatro crianças. (Moradora 55, 44 anos, BGV I)

Para alguns respondentes, a melhoria foi mínima e limitada à aquisição do imóvel próprio, pois esperavam que fosse muito melhor, mas não correspondeu às expectativas. Os moradores também mencionaram que, apesar de serem proprietários de seus apartamentos, vivem com “*a incerteza de poder pagar as taxas*” e não se sentem tranquilos. Essa falta de tranquilidade gera um sentimento de desesperança dentro do condomínio, como pode ser observado no relato abaixo:

Só mudou no início porque depois não. Tive várias vezes situação de ter medo por causa de alguns que entraram sem residirem no condomínio, fiquei nervosa por mais de uma vez por certos indivíduos que oprimem alguns moradores e carro de aplicativo não entra com as compras porque muitos motoristas têm medo de entrar. (Moradora 56, 45 anos, BGV I)

Outrossim, houve aqueles que afirmaram, enfaticamente, que a mudança foi para pior, gerando situações estressantes, como abordou uma moradora ao afirmar que “*Mudou para pior! Está muito estressada*”. Para outros, a relação de convivência no condomínio levou a problemas específicos de saúde mental, como afirmou uma moradora: “*Sim, minha filha vive em terapia e eu sou um poço de nervos*”.

Ademais, reforçando a preocupação com a falta de segurança, manifestada em outras seções dos questionários, destaca-se a declaração de um morador que se

diz refém no seu próprio apartamento. Corroborando isso, outra moradora, ao relatar a mudança em sua vida, diz que: “*mudou porque agora eu vivo trancada sem poder abrir a porta porque tenho medo que alguém entre e me roube*”. Esses desabafos ratificam a preocupação manifestada por muitos moradores sobre o residencial não ser um local seguro.

TABELA 30 - Mudança de vida com a ida para o condomínio.

Variável	Nº total	%
A vinda para o condomínio mudou sua vida?	219	100
Sim	132	60%
Não	36	17%
Não responderam	51	23%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 31 - Mudou para melhor ou pior.

Variável	Nº total	%
Mudou para melhor	71	60%
Mudou um pouco	12	10%
Mudou para pior	36	30%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.6.13 Reunião de condomínio

Morar em condomínios significar estar ciente de que se viverá, de certo modo, em um ambiente coletivo. Para que seja proporcionado um ambiente organizado e regado, o que também é necessário para o bem-estar geral, é importante realizar reuniões para discutir as demandas e tudo que envolve o condomínio. Portanto, ao serem questionados sobre qual seriam o dia da semana e o horário mais adequados para a realização dessas reuniões, quando necessário, dos 219 respondentes do residencial Getúlio Vargas I, 77 escolheram o sábado à noite.

2.7 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DO RESIDENCIAL GETÚLIO VARGAS II

Assim como no BGV I, neste residencial, também foi observado um número significativo de mulheres dentre os respondentes. De um total de 69 questionários, 86% foram respondidos por mulheres e 14% por homens. E, quanto ao estado civil, 58% dos respondentes se declararam solteiros(as), 22% são casados(as), 7% estão em união estável, 6% estão divorciados(as) e, na alternativa “outros”, que corresponde a 7%, um respondente se declarou separado(a), um mora junto com o(a)

companheiro(a) e 13 são viúvos(as). Ademais, a média de escolaridade no condomínio também é de Ensino Fundamental incompleto, com 49% das respostas, seguido pelo Ensino Médio completo, com 22%, e por 6% dos que tiveram acesso à Universidade (Tabela 32).

A variável “Estado Civil” destacada na tabela 33 indica que, das 59 mulheres que responderam ao questionário, 64% declararam ser solteiras, dessa forma, possibilitando depreender que algumas delas são responsáveis financeiramente por si mesmas, enquanto outras assumam a “chefia” de suas famílias. Na sequência, 19% declararam ser casadas, 5% em união estável, 3% divorciadas e a variável “outros” corresponde a 9%, sendo uma separada, uma que mora junto com o companheiro e 3% viúvas. No caso dos homens, 40% declararam ser solteiros, 30% casados, 20% em união estável e 10% divorciados.

De acordo com a Tabela 34 salienta-se que a média de escolaridade entre as mulheres é de 48% com Ensino Fundamental incompleto, seguido de 25% com Ensino Médio completo. Somando os valores referentes aos dados do Ensino Superior, 7% delas tiveram acesso à universidade, sendo que três declaram ter concluído o Ensino Superior e uma tem o Ensino Superior incompleto.

TABELA 32 - Perfil Sociodemográfico do Residencial Getúlio Vargas II.
Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

Variável	Nº total	%
Sexo	69	100
Feminino	59	86%
Masculino	10	14%
Estado Civil	69	100
Solteiros(as)	40	58%
Casados(as)	15	22%
União Estável	5	7%
Divorciados(as)	4	6%
Outros	5	7%
Separados(as)	1	-
Morando Junto com companheiro(a)	1	-
Viúvos(as)	3	-
Escolaridade	69	100
Não frequentou a escola	0	0
Ensino Fundamental incompleto	34	49%
Ensino Fundamental completo	11	16%
Ensino Médio incompleto	5	7%
Ensino Médio completo	15	22%
Ensino Superior incompleto	1	-
Ensino Superior completo	3	6%
Pós-graduação	0	-

TABELA 33 - Estado Civil.

Variável	Nº Total de Mulheres	%	Nº Total de Homens	%
----------	----------------------	---	--------------------	---

Estado civil	59	100	10	100
Solteiros(as)	38	64%	4	40%
Casados(as)	11	19%	3	30%
União Estável	3	5%	2	20%
Divorciados(as)	2	3%	1	10%
Outros	5	9%	0	0
Separados(as)	1	-	0	-
Morando Junto	1	-	0	-
Viúvos(as)	3	-	0	-

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 34 – Escolaridade.

Variável	Nº Total de Mulheres	%	Nº Total de Homens	%
Escolaridade	59	100	10	100
Não frequentou a escola	0	0	0	0
Ensino Fundamental incompleto	28	48%	6	60%
Ensino Fundamental completo	10	17%	1	10%
Ensino Médio incompleto	2	3%	3	30%
Ensino Médio completo	15	25%	0	0
Ensino Superior incompleto	1	-	0	-
Ensino Superior completo	3	7%	0	-
Pós-graduação	0	-	0	-

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.7.1 Programas Sociais

No que concerne aos programas sociais, no BGV II, 88% dos respondentes estão cadastrados no CadÚnico (Tabela 35) e 25% estão inseridos em programas sociais (Tabela 36). Os Programas Sociais declarados pelos respondentes diferenciam-se do BGV I, sendo citados o Auxílio Emergencial, BPC/LOAS, Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família/Auxílio Brasil. Destaca-se que esse último tem maior adesão, com 81%, conforme Tabela 37 demonstra. Especificamente, em relação ao BPC/LOAS, salienta-se que 1% dos respondentes alegaram receber o benefício, sendo que um respondeu que já foi beneficiado, entretanto deixou de recebê-lo por “*causa da renda de quando trabalhava*” (Tabela 37).

No que diz respeito ao recebimento do Bolsa Família/Auxílio Brasil, verifica-se que 27% dos respondentes recebem o benefício e 6% já o receberam. Esses moradores justificaram que não recebem mais o benefício pelos seguintes motivos: “*Estava trabalhando de carteira assinada, atualizei o cadastro porque não estou mais trabalhando o mais de um ano e meio e não consigo voltar a receber*”; “*Por que passei para minhas filhas*”, “*estive encostada*”, “*por causa da renda quando trabalhava*”. Acrescenta-se também que um respondente apontou sua aposentadoria como motivo da exclusão do referido benefício, enquanto outro morador declarou desconhecer o

motivo.

TABELA 35 - Registrados do CadÚnico.

Variável	Nº total	%
Cadastro único	69	100
Possuem	61	88%
Não possuem	8	12%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 36 - Inseridos em Programas Sociais.

Variável	Nº total	%
Programas sociais	69	100
Inseridos (as)	17	25%
Não inseridos (as)	52	75%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 37 - Programas Sociais residencial Getúlio Vargas II.

Variável	Nº Total	%
Programas Sociais	16	100
Auxílio emergencial	1	7%
BPC/LOAS	1	6%
Minha casa Minha vida	1	6%
Bolsa Família/Auxílio Brasil	13	81%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 38 - Recebem BPC/LOAS residencial Getúlio Vargas II.

Variável	Nº Total	%
BPC/LOAS	69	100
Sim	7	10%
Não	61	88%
Já recebeu	1	2%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 39 - Recebe Bolsa Família/Auxílio Brasil.

Variável	Nº Total	%
Recebe Bolsa Família/Auxílio Brasil	69	100
Sim	19	27%
Não	44	64%
Já recebeu	06	9%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.7.2 Emprego e Renda

Dentro dessa categoria, observou-se que 22% dos respondentes trabalham em regime celetista e que a variável referente ao trabalho autônomo também apresenta um percentual elevado, correspondendo a 32% das declarações de atividade remunerada.

Ademais, observa-se que 12% dos respondentes declararam ser aposentados e 4% pensionistas (Tabela 40). Enquanto na variável “outros”, que corresponde a 30%

das respostas, além da declaração de outras atividades remuneradas, oito respondentes informaram estar desempregados e três pessoas se mantêm financeiramente recebendo benefícios do governo (Tabela 41).

Verifica-se que, conforme pode ser observado na Tabela 41, a responsabilidade de prover financeiramente a família é da mãe em 43% dos casos, enquanto os pais correspondem a 26% e os filhos a 3%. A variável “outros” corresponde 28% das respostas e, conforme pode ser visto na Tabela 17, 25 pessoas declararam morar sozinhas, representando um número significativo.

Quanto às atividades extras para complementação de renda familiar, apenas 7% do total de respondentes afirmaram realizar alguma (Tabela 48).

TABELA 40 - Atividade remunerada exercida.

Variável	Nº Total	%
Atividade remunerada exercida	69	100
Carteira Assinada	15	22%
Autônomo(a)	22	32%
Pensionista	3	4%
Aposentado(a)	8	12%
Outros	21	30%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 41 - Outros.

Variável	Nº Total
Outros	21
Desempregado	8
Diarista	2
Auxílio Seguro Desemprego	1
Auxílio Doença	2
Contínuo⁵	1
Tarefaira	1
Do lar	2
Comerciante	1
Auxílio Acidente de Trabalho	1
Não trabalha	1

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 41 - Responsabilidade de prover financeiramente a família.

Variável	Frequência	%
Provedor Financeiro da Família		
Pai	20	26%
Mãe	33	43%
Avós	0	0%
Filhos	2	3%
Outros	22	28%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

⁵ “Conforme definição do Dicionário Houaiss (2016), **contínuo** é um indivíduo de qualquer idade, empregado em escritório para fazer trabalhos de entregas, visitas a bancos; bóí, *boi*.”

TABELA 42 - Outros provedores - residencial Getúlio Vargas II.

Variável	Nº Total
Outros	22
Casal	1
O respondente (mora sozinho)	15
Irmão	1
Apenas um dos cônjuge (marido)	4
Desempregada	1

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 43 - Atividades extras para complementação de renda.

Variável	Nº total	%
Atividade extra	69	100
Sim	05	7%
Não	64	93%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 44 - Descrição das atividades extras.

Variável	Nº Total
Atividades Extras	5
Atendente em comercio informal	1
Fabricação de salgados caseiros	1
Artesã	1
Diarista	1
Não declarou a atividade	1

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.7.3 Organização e saúde da família

No condomínio, 70% dos apartamentos são habitados por famílias de uma a três pessoas, enquanto em 30% moram famílias de quatro a seis pessoas, como pode ser observado na Tabela 45. Na composição dessas famílias, em consonância com a Tabela 46, também é observada a presença significativa de crianças entre 0 e 12 anos, correspondendo a 33%, seguido de adolescentes com um percentual de 29%. Em terceiro lugar, encontram-se os idosos, representados por 17% e PCDs correspondendo a 7%.

Além disso, a variável “outros”, disposta na Tabela 46, corresponde a 14%, inclui outras composições familiares declaradas pelos respondentes, que não se enquadram nas alternativas fornecidas.

Em relação à saúde, 26% dos respondentes confirmaram terem familiares que apresentavam algum tipo de doença e necessitam de tratamento médico contínuo, enquanto 74% não têm familiares nessas condições. Diante do exposto, salienta-se que, desses portadores de alguma doença crônica, 89% fazem uso de medicação, sendo que 83% têm acesso ao tratamento específico, enquanto 17% não têm (Tabela 48). Os motivos mencionados para a falta de acesso à medicação incluem a demora

no atendimento pelo SUS e a falta de disponibilidade de todos os medicamentos no SUS.

TABELA 45 - Nº de pessoas que moram nas residências.

Variável	Nº total	%
Residências ocupadas	69	100
De 1 a 3 pessoas	48	70%
De 4 a 6 pessoas	21	30%
Mais de 6 pessoas	0	

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 46 - Composição familiar.

Variável	Frequência	%
Composição familiar		
Idosos	17	17%
Crianças de 0 a 12 anos	34	33%
Adolescentes	30	29%
PCDs	7	7%
Outros	14	14%
Total de respostas	101	
Total de questionários	69	
Media de resposta por morador	1,46	

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 47 - Outros.

Variável	Nº total
Outros	12
Respondente mora sozinho	7
Outras composições (pais e filhos adultos, apenas adultos)	5

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 48 - Familiar com doença que precise de tratamento médico⁶.

Variável	Nº total	%
Familiar com algum tipo de doença que necessite tratamento médico	69	100
Sim	18	26%
Não	51	74%
Faz uso de medicação	18	26%
Sim	16	89%
Não	02	11%
Tem acesso a tratamento específico		
Sim	15	83%
Não	3	17%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

⁶ Houveram pessoas que escolheram a opção “Não” (51 respondentes) como resposta à questão 22, o que leva a entender que não há familiar que apresente alguma doença e que necessite de um tratamento específico, porém na questão 23 escolheram a opção Sim, afirmando que fazem uso de medicação específica. Diante desta incoerência de dados, optou-se por tabular para a questão 23 e 24 as 18 afirmativas de familiares com alguma doença.

2.7.4 O Condomínio: vivências e experiências de uma nova forma de morar

Os moradores do BGV II também foram questionados sobre como foi o processo de mudança para o condomínio, sendo que 65% consideraram que foi bom, 10% julgaram ruim, enquanto 23% alegaram ter enfrentado algumas dificuldades e 2% não responderam (Tabela 49). Apenas 16 respondentes mencionaram as dificuldades pelas quais passaram nesse processo.

Outrossim, também é importante ressaltar que a soma dos que consideraram o processo ruim e/ou enfrentaram dificuldades é menor, do que o total dos que consideraram a mudança boa, representados por 23 e 45 respondentes respectivamente. No entanto, cabe salientar essas dificuldades, exemplificando através de algumas respostas que dão uma visibilidade a esse processo.

Conforme relatos obtidos informalmente durante as saídas de campo para o desenvolvimento de outros projetos no BGV II, alguns moradores relataram que a mudança foi feita em um dia chuvoso, acarretando algumas dificuldades, fato corroborado por um respondente.

Outro aspecto relacionado à mudança foi o transporte, que, segundo alguns dos respondentes, “[foi] turbulento, [com] falta de carregador”, além de desorganizado. A questão do tamanho dos móveis em relação ao tamanho das escadas também foi mencionado, ratificando que a forma como as escadas foram construídas dificultou o carregamento de móveis relativamente grandes. Ressalta-se que, durante uma saída de campo, foi possível presenciar uma situação em que três moradoras tentavam levar um sofá para o quinto andar do prédio enfrentando dificuldade para virar o móvel em cada lance de escada. Nessa ocasião, outra moradora comentou que, no dia da mudança, foram necessárias cordas para içar os móveis maiores para os andares superiores⁷.

TABELA 49 - Processo de mudança para o condomínio.

Variável	Nº total	%
Processo de mudança para o condomínio	69	100
Bom	45	65%
Ruim	7	10%
Com algumas dificuldades	16	23%
Não responderam	1	2%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

⁷ Relatos do diário de campo.

2.7.5 Principais problemas enfrentados com o processo de mudança

O principal problema enfrentado na realização da mudança, apontado pelos respondentes do residencial Getúlio Vargas II, foi o carregamento da mobília, correspondendo a 23%, seguido pelo transporte para a realização da mudança, com 16%. Em terceiro lugar, foram mencionados problemas relacionados aos prazos, representados por 6% dos respondentes, além de questões relacionadas ao destino do descarte do que ficou no local da antiga moradia, correspondendo a 7%, e, por fim, o atendimento dos profissionais, com 6% (Tabela 50). Na variável “outros”, que corresponde a 8%, 23 respondentes afirmaram que não tiveram problemas (Tabela 51).

TABELA 50 - Principais problemas enfrentados no processo de mudança.

Variável	Freq..	%
Problemas enfrentados		
Transporte para realização da mudança	8	16%
Carregamento da mobília	12	23%
Dar destino ao descarte que ficou	7	14%
Os prazos para realização da mudança	3	6%
Atendimento dos profissionais que auxiliaram no momento da mudança	3	6%
Sem problemas	23	38%
Outros	5	8%
Total de respostas	56	
Total de questionários	69	
Media de respostas por morador	0,81	
Não responderam	17	

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 51 - Outros.

Variável	
Outros	
Não tiveram problemas	
Não responderam	

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.7.6 Problemas com a estrutura física do apartamento

Com relação à estrutura física dos apartamentos, 29% dos moradores enfrentaram problemas com o encanamento, seguidos por 27% com piso e acabamentos, 17% com a ligação da luz, 14% com os vidros e 5% com o pagamento

da taxa de água (Tabela 52).

Esses percentuais indicam que a chegada nos apartamentos também foi motivo de transtorno para alguns beneficiários. Um morador relatou que: “*quando nos mudamos o imóvel não tinha acabamento (piso, revestimento e nem luz) porque os fios haviam sido roubados*”. Na Tabela 53, outros problemas mencionadas pelos respondentes incluem vazamentos de água, infiltrações e rachaduras nas paredes, instalações elétricas, telhado (para moradores do quinto andar) e metragem do apartamento.

TABELA 52 - Problemas com a estrutura física do apartamento.

Variável		
Problemas com a estrutura física do apartamento	Freq.	%
Ligação da luz	28	17%
Pagamento da taxa de água	9	5%
Vidros	23	14%
Encanamento	48	29%
Pisos e acabamentos	45	27%
Outros	8	5%
Total de respostas	163	
Total de questionários	69	
Media de resposta por morador	2,25	
Sem resposta	5	3%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 53 - Outros problemas.

Variável	
Outros	8
Problemas de vazamento de água	1
Problemas com infiltrações	1
Problemas com instalações elétricas	2
Problemas com portas e janelas	1
Rachaduras nas estruturas	1
Problemas com telhado	1
Espaço pequeno do apartamento	1

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.7.7 Adaptação à vida em condomínio

Reafirmando o que foi mencionado nas análises e interpretações dos dados do BGV I, morar em um condomínio significa se adaptar a uma nova realidade de viver em ambiente essencialmente coletivo. Diante desse novo contexto de convivência, 73% dos respondentes avaliaram a adaptação como boa, 13% como ruim, enquanto outros 13% ainda estão se adaptando (Tabela 54).

TABELA 54 - Adaptação à vida em condomínio.

Variável	Nº Total	%
Adaptação à vida em condomínio	69	100
Boa	50	73%
Ruim	9	13%
Ainda em adaptação	9	13%
Não respondeu	1	1%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.7.8 Principais problemas enfrentados na organização do condomínio

No residencial Getúlio Vargas II, o principal problema enfrentado na organização do condomínio, assim como no BGV I, é o livre acesso de pessoas que não são moradoras do condomínio, correspondendo a 29%, seguido pela falta de espaço para pendurar as roupas, com 24% das respostas. Na sequência, estão a limpeza dos espaços comuns, com 17%, os animais sem donos, com 13 %, a coleta de lixo, que corresponde a 8% e o som alto em horários inconvenientes, afetando apenas 5% dos respondentes (Tabela 55).

A variável “outros” corresponde a 2% das respostas, sendo citados problemas como o barulho causado por crianças desacompanhadas pelo condomínio, a necessidade de limpar os excrementos de animais de outros moradores e a ocorrência de uso de drogas nos corredores.

TABELA 55 - Principais problemas enfrentados na organização do condomínio.

Variável	Freq.	%
Problemas com a organização do condomínio		
Pessoas que não são moradoras com livre acesso ao condomínio	51	29%
Coleta do lixo	14	8%
Limpeza dos espaços comuns	30	17%
Animais sem donos	23	13%
Falta de local para pendurar suas roupas	42	24%
Som alto em horários ruins	8	5%
Outros	4	2%
Total de respostas	172	
Total de questionários	69	
Medida de resposta por morador	2,49	
Não respondeu	5	3%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.7.9 Taxa condominial

Quanto à taxa condominial, 83% respondentes declararam que tinha conhecimento sobre essa taxa antes da mudança para o condomínio, enquanto 14%

alegaram que desconheciam (Tabela 56).

TABELA 56 - Ciência sobre a taxa de condomínio.

Variável	Nº Total	%
Morador estava ciente da taxa de condomínio	69	100
Sim	57	83%
Não	10	14%
Não responderam	2	3%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.7.10 Despesas que os moradores não têm conseguido pagar

Quanto à inadimplência das despesas, 47% dos respondentes não estavam pagando a taxa condominial, seguido da despesa de luz, com 29%, e de água, correspondendo a 24% (Tabela 57). Os motivos pelos quais as pessoas não têm conseguido pagar essas despesas estão relacionados, em primeiro lugar, a dificuldades financeiras, seguido pelo desemprego e pelo alto valor da taxa de energia elétrica (Tabela 58). Um dos respondentes afirmou que “*não conseguia [pagar] porque era cobrado até o ar que se respirava*”, enquanto outro mencionou que a taxa do condomínio era “*muita cara pra ser um condomínio de pobre*”.

TABELA 57 - Despesas que não tem conseguido pagar.

Variável	Freq.	%
Despesas que não têm conseguido pagar		
Luz	19	29%
Água	16	24%
Taxa condominial	31	47%
Total de respostas	66	
Total de questionários	69	
Media de respostas dos moradores	0,95	
Em branco	3	

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 58 - motivo pelo qual não tem conseguido pagar as despesas.

Variável	
Motivos pelo qual não consegue pagar as despesas	
Desemprego	15
Dificuldades financeiras (falta de dinheiro no orçamento doméstico)	6
Taxa de energia elétrica muito alta	4

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.7.11 Considerações sobre aspectos que melhoraram com a ida para o condomínio

Quanto aos pontos positivos acarretados pela mudança, os respondentes destacaram majoritariamente, o fato de ter a própria moradia, pois consideram a casa

própria uma segurança para a vida.

Além disso, outros aspectos relacionados à melhoria da qualidade de vida figuram entre as respostas, ressaltando as questões de infraestrutura, validados pelas seguintes declarações: *“é mais sequinho... onde morava ficava alagado mesmo que tinha uma casa boa”*, *“meu filho parou mais em casa do que no hospital”*. A proximidade do centro histórico, melhor acesso ao trabalho, melhores condições ambientais e segurança também foram citados, enquanto alguns respondentes afirmaram gostar de viver no condomínio e que a localização atual é mais tranquila, se comparada com o local onde residiam anteriormente.

No entanto, observou-se um pequeno número de pessoas que não consideraram que algo tenha melhorado e não gostam de viver no condomínio: *“Não melhorou. Não gosto desse lugar”*; *“Gostava mais da casa antiga! A única coisa que melhorou foi a segurança”*. A seguir, a Tabela 59 apresenta uma síntese das respostas do questionário:

TABELA 59 - Considerações sobre aspectos que melhoraram com a ida para o condomínio.

Variável	
Melhorias com a vinda para o condomínio	
Localização próxima ao centro histórico da cidade	4
Ter moradia própria	19
Melhoria da infraestrutura da moradia	5
Melhoria da qualidade de vida	10
Melhor infraestrutura das ruas	6
Mais segurança	3
Melhor acesso ao trabalho	2
Não consideram que algo melhorou com a vinda para o condomínio	9
Total de respostas	58
Não responderam	11

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.7.12 Aspectos que precisam melhorar nos condomínios

Os respondentes do residencial Getúlio Vargas II também consideram que muitas coisas precisam melhorar no condomínio, conforme demonstrado na Tabela 60. Em primeiro lugar, está a necessidade de melhor convivência entre os moradores, a questão da infraestrutura do prédio, como *“Infraestrutura do condomínio, Lavagem, pintura, suporte do síndico, pracinha, manutenção da luz dos corredores”*, seguido pela segurança, limpeza dos espaços externos, os animais soltos nas dependências do condomínio, o controle de acesso ao condomínio, indicando a necessidade de uma

portaria para isso, e a organização.

TABELA 60 - segundo os respondentes, o que precisa melhorar no condomínio.

Variável	
Precisa melhorar no condomínio	
A segurança	12
Há muitas coisas que precisam melhorar	10
Limpeza dos espaços externos	10
A infraestrutura dos prédios (obras de melhoramento/lazer infantil)	13
Relação de respeito entre os moradores/ter regras para convivência	28
Animais soltos e/ou abandonados	7
Organização	3
Controle de acesso ao condomínio/portaria	7
Está bom	1
Total de respostas	91
Não responderam	6

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.7.13 Mudança de vida com a ida para o condomínio

Ratifica-se o impacto das mudanças nas pessoas, pois significam novas realidades a serem enfrentadas. Do total de pessoas que responderam ao questionário, 75% afirmaram que mudar para o residencial mudou suas vidas, sendo que, nesse universo, 83% responderam que a mudança foi para melhor, enquanto 17% disseram que piorou (Tabela 62).

De acordo com os respondentes, a mudança proporcionou uma “*vida saudável*”, melhoria financeira e a “*conquista da casa própria*”. Segundo uma moradora, “*como mãe solo jamais conseguiria realizar esse sonho*” de ter sua própria casa. Uma moradia com estrutura melhor, pois, de acordo com outro respondente, antes de ir para o residencial, “*morava numa casa velha e muito úmida*”. O acesso às escolas também foi um impacto positivo, corroborando isso, uma moradora relatou ter conseguido uma escola próxima ao condomínio para matricular o seu filho.

Por outro lado, há aqueles que consideram que a “*a vida andou pra traz*”, pois, segundo os relatos, tinham uma casa com pátio a casa era mais espaçosa e/ou não gostam de apartamento, declarando que pretendem sair do condomínio quando tiverem oportunidade. Outros respondentes afirmam que a mudança resultou em perda da individualidade e da privacidade, ressaltando que “*as crianças não podem ser crianças por que tem sempre alguém reclamando*”. Entretanto, existem os que acreditam que a convivência no condomínio “*irá mudar à medida que os demais condôminos tenham consciência do viver em comunidade*”.

TABELA 61 - Mudança de vida com a ida para o condomínio.

Variável	Nº total	%
A vinda para o condomínio mudou sua vida?	69	100
Sim	52	75%
Não	6	9%
Não responderam	11	16%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 62 - Mudou para melhor ou pior.

Variável	Nº total	%
Mudou para	69	100
Mudou para melhor	43	83%
Mudou para pior	9	17%

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.7.14 Reunião de condomínio

Cabe ratificar que, ao morar em um condomínio, especialmente, com as características do BGV II e tendo ciência do contexto em que ele foi construído, entende-se que a pessoa precisa ressignificar sua forma de viver, saindo da individualidade para se envolver em um ambiente coletivo. Para que as coisas funcionem, é necessário conhecer as regras e participar das decisões, compreendendo a importância das reuniões de condomínio.

Diante disso, ao serem questionados sobre o dia da semana e turno mais adequados para realizar as reuniões, os respondentes do residencial Getúlio Vargas II também optaram pelo sábado à noite, totalizando 33 votos nessa opção, o que representa a maioria dentre os 69 respondentes (Tabela 63). Ademais, destaca-se que os respondentes também foram questionados sobre a possibilidade de participar de reuniões virtuais, sendo que 35 responderam ter condições de participar e 32 não têm condições.

TABELA 63 - Dia e turno para reuniões.

BGVII	
Variável	Nº total
Dia da Semana	69
Segunda – feira	7
Terça – feira	2
Quarta – feira	11
Quinta – feira	5
Sexta – feira	9
Sábado	30
Domingo	2
Não respondeu	5

Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

TABELA 64 - Condições de participar de reuniões virtuais.

BGV II	
Variável	Nº total
Condições de participar de reuniões virtuais	69
Sim	35
Não	32
Não respondeu	0

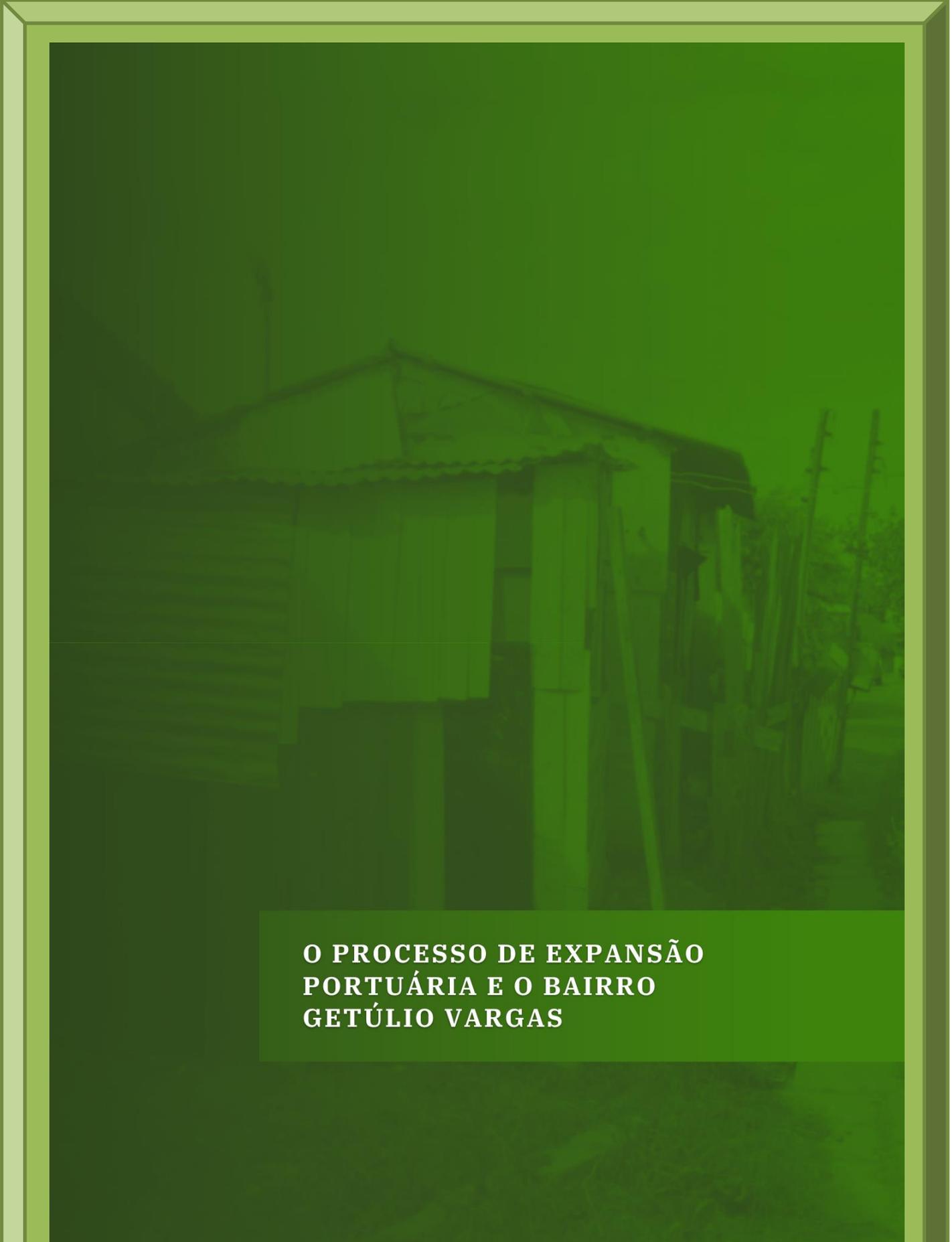
Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

2.7.15 Observações

Com base nas observações, interpretações dos dados e saídas de campo, pode-se inferir que a situação do residencial Getúlio Vargas II é um pouco menos complexa se comparada com a do residencial Getúlio Vargas I, mesmo considerando que os moradores do BGV II são oriundos da mesma área de remoção, com as mesmas dificuldades financeiras, alguns em situação de vulnerabilidade social, enfrentam os mesmos problemas estruturais e de convivência coletiva. No entanto, por terem um número menor de unidades (70 apartamentos), eles conseguem ter uma estrutura condominial um pouco melhor.

No residencial Getúlio Vargas I, há um maior número de unidades (220 apartamentos), proporcionalmente a isso, uma quantidade maior de moradores com diferentes vivências, muitos ainda com dificuldades de adaptação à nova forma de moradia verticalizada, além de enfrentar problemas relacionados à segurança, assistência social, desemprego e convivência comum. Isso se deve à proximidade dos apartamentos e ao sistema construtivo que divide cada unidade com paredes construídas com blocos vazados.

Apesar disso, receber os apartamentos foi importante para essas pessoas, uma vez que representou a oportunidade de ter algo de bom. Mesmo os respondentes que ainda têm problemas de adaptação com a vida no condomínio e que demonstraram suas insatisfações por meio das respostas abertas do questionário não negam esse fato.



**O PROCESSO DE EXPANSÃO
PORTUÁRIA E O BAIRRO
GETÚLIO VARGAS**

3 O PROCESSO DE EXPANSÃO PORTUÁRIA E O BAIRRO GETÚLIO VARGAS

3.1 A EXPANSÃO PORTUÁRIA SOBRE O BAIRRO GETÚLIO VARGAS: UMA ANÁLISE TEÓRICA

O processo de expansão portuária ocorrido em Rio Grande, no contexto de reassentamento dos moradores aos residenciais Getúlio Vargas I e II, traz marcas e presenças típicas de um sistema capitalista. Esse sistema, em determinados momentos, expande-se, fazendo com que populações pobres tenham que ser deslocadas e realocadas geograficamente para a existência de um determinado empreendimento. Antes de se tecer comentários mais complexos acerca desse sistema, é preciso contextualizar o importante impacto que os estudos marxistas de Karl Marx e Friedrich Engels (1999) tiveram para o campo científico. Mesmo quase duzentos anos após o seu surgimento, esses estudos ainda são relevantes do ponto de vista teórico-metodológico.

Marx (1999, p. 1) afirmava que “a primeira condição de toda a história humana é a existência de seres vivos”. Essa premissa filosófica coloca o ser humano em uma posição de superioridade em relação a todos os seres vivos, tornando-o agente e, ao mesmo tempo, paciente da história. A dialética marxista funciona de duas maneiras, ao mesmo tempo em que o homem cria a história e os sistemas sociais e econômicos, incluindo o capitalismo, que é detalhadamente estudado na teoria de Marx, o sistema econômico criado pelo homem, muitas vezes, o torna escravo ou dependente do sistema em que vive. Talvez seja nessa contradição interessante que reside a teoria marxista, o homem torna-se alheio àquilo que produz e realiza, mas, ao mesmo tempo, pode adquirir consciência dessa realidade e transformá-la, o que, na visão de Marx e Engels (1999), levaria ao socialismo.

Nesse sentido, os conceitos de luta de classe, acumulação primitiva do capital, mais-valia e exército social de reserva assumem papel de destaque, pois revelam o caráter destacado que o ser humano desempenha na história e na natureza. Ao considerar esse detalhe em relação ao objeto desta pesquisa, entende-se que os moradores dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II são elementos importantes no processo de expansão portuária que sofreram e na desterritorialização dentro do próprio bairro em que vivem. A partir das palavras de Marx (2000) e seus escritos,

desfaz-se a visão corrente de que a teoria marxista privilegia somente o aspecto econômico, deixando de lado aspectos políticos e culturais.

Posteriormente, a teoria inspirada em Marx e Engels (1999), comumente conhecida como marxista, teve um segundo impacto, realizado pelo intelectual e ex-líder do partido comunista italiano no início do século passado, Antônio Gramsci (2001).

Antonio Gramsci, um intelectual de destaque, deixou um legado importante por meio de suas obras fundamentais para o pensamento científico: "Cadernos do Cárcere" e "Diários do Cárcere". Em suas escritas, Gramsci (2001) defendia a ideia de que a transformação social é necessária quando os grupos socialmente menos privilegiados tomam consciência de sua exploração e começam a se organizar para superá-la. Nesse sentido, sua argumentação compartilha semelhanças com outros intelectuais de orientação marxista, como Karl Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo e outros.

No entanto, o que diferencia o pensamento do cientista italiano de seus antecessores é que Gramsci (2001) atribuía maior importância à revolução cultural em relação à tomada de poder político. Ele acreditava que era fundamental ocupar inicialmente os espaços culturais e os meios de formação de opinião, para posteriormente ou como resultado dessa ocupação social, conquistar o poder. Gramsci via a transformação da cultura e das ideias como um passo crucial para a mudança social duradoura.

É importante ressaltar que Gramsci, inspirado pelo legado de Karl Marx (2000), foi um dos primeiros intelectuais a compreender a interação entre governo e sociedade civil, bem como a disputa democrática pelo poder, como parte do processo de transformação social. Muito antes dos estudos realizados pela Escola de Frankfurt e pelos chamados neomarxistas, Gramsci reconhecia que a luta pelo espaço cultural e a articulação política em terrenos férteis eram formas de promover mudanças na sociedade e superar as desigualdades sociais.

Perante o exposto, suscita a seguinte questão: para o intelectual Antonio Gramsci, quais seriam os espaços no campo cultural como parte do processo de transformação social?

A problemática ressurgiu quatro décadas depois, uma vez que o processo de expansão planetária não foi completamente concluído devido às crises econômicas que afetaram o Brasil. Dentro desse contexto, é necessária uma abordagem da

Educação Ambiental Emancipatória, conforme destacado por Loureiro (2004), que promova a abertura para temas relacionados ao cotidiano e à experiência de vida de cada indivíduo.

De acordo com Carvalho (2014), existem duas posições diferentes que se alternavam na concepção da relação entre ser humano e natureza. Uma visão que destaca a natureza como separada do ser humano e, por estar em uma posição inferior, deve ser dominada por ele. A outra visão considera a natureza como superior ao ser humano, envolvendo-o e dominando-o. Segundo a autora citada acima, nos últimos anos, um grupo de intelectuais materialistas, descritos como neomaterialistas, tem uma visão mais complexa dessa questão. O ser humano, ao mesmo tempo em que é dependente da natureza, participa dela e pode alterá-la, de forma que os conceitos advindos desse tipo de interpretação são coprodução, ecologia da prática e engajamento.

Carvalho (2014) criou uma bonita e interessante metáfora, a perspectiva da pedra, em que a pedra não é mais vista como um objeto inanimado, mas sim como um elemento presente na natureza. A pedra e o ser humano são indissociáveis, estabelecendo uma relação de proximidade e completude. A perspectiva das pedras pode ser compreendida também como um obstáculo a ser superado, uma nova visão em relação à forma como se enxerga a natureza, o meio ambiente e tudo aquilo que o circunda, tornando essa questão muito mais abrangente do que uma análise dualista que separa homem do meio ambiente.

Dessa forma, a expansão capitalista sempre requer um impacto sobre o meio ambiente e a emergência de conflitos entre os diferentes atores sociais. Com isso, a questão do deslocamento territorial será abordada a seguir, pois esse é a principal consequência da expansão capitalista portuária na cidade de Rio Grande.

3.2 O DESLOCAMENTO TERRITORIAL DOS MORADORES DO BAIRRO BGV: UMA DAS CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO DO CAPITALISMO PORTUÁRIO

Ratifica-se que o processo de expansão portuária atinge o bairro Getúlio Vargas durante os ciclos de expansão do capital, nos quais o porto riograndino se apropriou-se de partes do território do município de Rio Grande.

Diante disso, salienta-se que o termo gentrificação foi criado pela socióloga britânica Ruth Glass em 1964. As primeiras definições de gentrificação focam na

questão do mercado imobiliário e na substituição da população mais pobre por uma nova classe média. Glass descreveu o processo como a ocupação de boêmios pioneiros, da nova classe média em Londres, resultando no aumento gradual de aluguéis e na expulsão dos trabalhadores de classes mais baixas que viviam em bairros centrais da cidade. Gentrificação, portanto, designava as mudanças estruturais ocorridas nos bairros centrais de Londres, anteriormente habitados pelas classes trabalhadoras, que passavam a ser “invadidos” pela classe média (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006). Neil Smith (2006), geógrafo escocês radicado nos Estados Unidos e fortemente influenciado pelo geógrafo britânico David Harvey, destaca o que considera crucial nos processos de gentrificação: o fato de envolver não apenas uma mudança social, mas também uma mudança física na habitação local, combinando a higienização social com a reabilitação das áreas para que a classe média possa habitá-las.

Nesse sentido, a criação dos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II é um exemplo de gentrificação, em que uma determina população se viu obrigada a abandonar o local onde morava devido à valorização do solo que ocupava, uma vez que pessoas pobres e humildes não satisfazem a necessidade do capital especulativo.

Maricato (2000) ressalta que, ao longo das últimas décadas, a maioria dos municípios brasileiros não adotou políticas públicas para combater o processo de gentrificação. Historicamente, quando a economia retoma seu crescimento, os deslocamentos populacionais se intensificam e o capital especulativo começa a atuar de modo significativo. Para Aclesrad (2009), a visão tradicional de luta de classes, cunhada pela teoria marxista, manifesta-se, nos tempos atuais, através da disputa pela posse do solo e pela sua valorização. O valor atribuído a um determinado território envolve os interesses e questões econômicas que estão ligadas à capacidade que o lugar tem de servir ao processo de reprodução do capital.

Jacques (2009) argumenta que, nos últimos anos, o planejamento urbano passou por algumas modificações. Já existem arquitetos e gestores públicos que reconhecem a existência da gentrificação e as disputas relacionadas à posse do solo e sua utilização. Apesar disso, as soluções para resolver esses problemas ou lidar com eles são as mais diversas. Há aqueles que aprofundam o processo de gentrificação por verem nele a necessidade de desenvolvimento econômico, os que buscam combatê-lo através de medidas que levem à ocupação e revalorização de

espaços periféricos e uma postura moderada, que não impede a existência da gentrificação, mas busca amenizá-la, garantindo o direito de morar e habitar um determinado território aos moradores das classes mais baixas. Entende-se que o exemplo de Rio Grande se encaixa nesse modelo, mas, ao realizá-lo, surge uma problemática: a mitigação da gentrificação contribui para um modelo de Educação Ambiental Transformadora?

Ao mitigar a gentrificação, ou seja, buscar reduzir seus efeitos negativos, é possível criar um ambiente propício para a Educação Ambiental Transformadora. Isso pode ser feito através de políticas urbanas mais inclusivas, que priorizem o acesso à moradia adequada para todos, a preservação de espaços verdes e a participação ativa das comunidades locais nas decisões relacionadas ao desenvolvimento urbano.

Essa abordagem integrada considera a justiça social e a sustentabilidade ambiental como elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais equitativa e consciente de suas interações com o meio ambiente. A Educação Ambiental Transformadora pode ajudar a criar consciência sobre os impactos da gentrificação e a capacitar as comunidades afetadas a se engajarem na busca por soluções sustentáveis e socialmente justas.

Em suma, a mitigação da gentrificação é relevante para um modelo de Educação Ambiental Transformadora, pois busca abordar as injustiças sociais e ambientais relacionadas ao desenvolvimento urbano. Ao integrar a compreensão dessas questões em programas de educação ambiental, podemos capacitar as pessoas a agirem de forma mais consciente, engajada e transformadora em relação ao meio ambiente e à sociedade como um todo.

Essa questão será tratada no próximo capítulo.



**O CAPITALISMO: O PROCESSO DE
EXPANSÃO DO CAPITAL EM UM
MUNICÍPIO PORTUÁRIO**

4 O CAPITALISMO: O PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITAL EM UM MUNICÍPIO PORTUÁRIO

4.1 O PROCESSO DE EXPANSÃO PORTUÁRIA RIOGRANDINO: O IMPACTO SOBRE O BAIRRO GETÚLIO VARGAS

É importante salientar que o modo de produção hegemônico e dominante em Rio Grande é o porto. Nesse sentido, diante das necessidade de ampliação e ocupação de territórios próximos a ele, ocorre um processo de expansão portuária. Como o bairro Getúlio Vargas está localizado próximo ao porto, à medida em que o porto necessita tomar outros territórios, a população desse bairro é impactada, havendo processos de deslocamento ou, até mesmo, de desterritorialização. Gramsci (2001) se dedicou a pensar como ocorre esse processo de expansão do capital, percebendo não só as modificações na estrutura econômica desse sistema, mas também nos aspectos culturais criados por ele. Gramsci (2001) compreendia que o capitalismo cria ideias que tradicionalmente se impõem como padrões e passam a guiar a ação dos principais agentes sociais, o que dá origem aos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia. Enquanto o primeiro representa as ideias das classes mais ricas da sociedade, o segundo diz respeito às classes menos abastadas e aos trabalhadores que, impactados pelas transformações do sistema capitalista, tendem a assumir um papel passivo nesse processo.

Por causa disso, Gramsci (2001) entendia que era preciso compreender os espaços culturais nos quais as questões hegemônicas circulam, sendo as escolas, os órgãos de imprensa, as instituições acadêmicas e as formas de expressão artística, como a literatura, a pintura e a escultura, considerados no que concerne a esses espaços. Para esse intelectual italiano, tais locais são responsáveis pela manutenção da ideia de que a expansão do capital não pode ser interrompida e de que ela é benéfica. Portanto, em uma perspectiva contrária a esse tipo de pensamento, as classes populares e setores da elites que tenham consciência das desigualdades sociais existentes no sistema capitalista precisariam ocupar esses espaços culturais e criar ideias novas, um conceito denominado por Gramsci (2001) como contra-hegemonia.

Conforme Domingues (1997), a estrutura portuária simboliza o modelo de capitalismo expansionista, criando, portanto, obstáculos ao processo de

transformação da cadeia produtiva e ao seu aperfeiçoamento significa evitar a própria existência do capitalismo como um sistema econômico em si.

Tal temática, que se refere à expansão portuária e à remoção de pessoas do bairro Getúlio Vargas, apesar de já ter sido discutida pela imprensa riograndina na década de 1970 e nos dias atuais, não gerou muitos estudos acadêmicos. Foram realizadas diversas buscas por trabalhos científicos ligados ao tema, porém o trabalho mais significativo para esta tese foi a pesquisa realizada por Diego Mendes Cipriano e Carlos Roberto da Silva Machado (2013), intitulada “O Bairro Getúlio Vargas e a Grande Faxina dos Anos 70: A Remoção de Moradias e as Consequências Socioambientais na Expansão Portuária (Rio Grande-RS)”.

Nessa pesquisa, Cipriano e Machado (2013, p. 5) defendem que a remoção de moradias nos anos 70 ocorreu por um processo de reestruturação do complexo portuário riograndino e que a remoção de diversas moradias do bairro Getúlio Vargas, a construção de silos e armazéns, bem como a criação de estabelecimentos portuários industriais, decorreram da expansão portuária ocorrida em Rio Grande nessa época.

Como consequência dessa situação, diversas famílias do bairro estudado nesta tese foram deslocadas, havendo casos de muitas pessoas que foram realocadas em bairros que estavam começando a se formar nesse momento, como a Vila Maria e o *Campus* Carreiros. Surge, nessa situação, uma problemática ambiental típica do capitalismo, a concentração de riqueza, a tomada de territórios, a expulsão e o desenraizamento dos setores mais pobres da sociedade que não possuem condições, tanto do ponto de vista econômico quanto do sóciopolítico, de deter esse processo.

Carlos Frederico Loureiro (2004), um dos autores que embasa este trabalho, compreende que o Educador Ambiental que se deparara com situações em que ocorre o desalojamento de grupos sociais pobres precisa entender esse conflito sob um viés crítico, compreendendo as condicionantes econômicas e sociais e os interesses existentes entre os atores sociais da localidade estudada.

Loureiro (2004) defende a tese de que a Educação Ambiental que deve ser empregada quando se estuda grupos populares impactados pelo processo de expansão do capital é a Educação Ambiental Transformadora. Esse tipo de Educação Ambiental deve buscar empoderar os cidadãos ligados às classes populares e fornecer subsídios cognitivos e práticos para pensar a realidade em que vivem.

Para Wallerstein (2001), apesar do caráter desumanizador do sistema capitalista, ele vem passando por processos de questionamentos e tensões, especialmente, por parte dos grupos menos favorecidos, que começam a pautar suas necessidades e demandas coletivas. Para esse intelectual, existem três movimentos mais contestatórios do sistema capitalista: o primeiro está ligado à tradição e à ocupação do solo; o segundo envolve aspectos culturais e de identidade, inclusive étnica e de gênero; e o último diz respeito à questão do emprego e das possibilidades, ou não, de ascensão social, que podem ser mais fáceis em sociedades com histórico menor de desigualdade e mais difíceis em outras, caso das sociedades da latino-americanas, incluindo a brasileira.

Standing (2015) compreende que a flexibilização da mão de obra trabalhista e os fluxos constantes de capital, algo comum no capitalismo globalizado, têm forçado a periferização de vários locais ao redor do mundo e o empobrecimento de regiões já depauperadas, como é o caso dos conjuntos habitacionais do BGV I e II.

Além disso, Sato (1997) chama a atenção do educador ambiental que opte por trabalhar com a Educação Ambiental Transformadora, alegando que ele não pode ver as mazelas do capitalismo como algo fechado. Elas precisam ser entendidas como desafios que esse tipo de Educação Ambiental tem que enfrentar. Entretanto, ao mesmo tempo que existem obstáculos, há possibilidades, uma vez que as comunidades humanas passam por transformações e, até mesmo, por um princípio ético. Dessa forma, não se pode enxergar uma determinada sociedade, por mais adversa que seja, como fixa, mas como passível de transformação.

Desse modo, expandir de modo capitalista sempre requer um impacto sobre o meio ambiente e a emergência de conflitos entre os diferentes atores sociais. Portanto, no próximo subtítulo, será abordada a questão do deslocamento territorial, pois esse é o principal resultado da expansão capitalista portuária na cidade de Rio Grande.

4.2 O DESLOCAMENTO TERRITORIAL E O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM RELAÇÃO AO BAIRRO GETÚLIO VARGAS

Marx (1999) compreende que a mais-valia ocorre pela capacidade de extração do lucro por parte do capitalista sem repartir esta riqueza com o trabalhador. No caso da apropriação da questão do território, esse aspecto é mais complexo. Quem seria o capitalista que se apropria do trabalho? Ele não é uma figura visível como no

processo capitalista do século XIX, mas a situação que envolve a habitação tem certas nuances. Ao se pensar no município de Rio Grande, o porto representa um símbolo do capitalismo, pois por ele passam as riquezas produzidas na cidade. A comunidade adjacente ao porto seria, por analogia, o símbolo da classe operária, que vende sua força de trabalho para sobreviver ou vive em uma situação de subemprego, sendo utilizada e descartada, periodicamente, conforme os interesses e necessidades de expansão do próprio capital.

Sobre essa questão, Paola Jacques entende que:

As relações entre espaço público e imagens da cidade contemporânea passam pelo processo de espetacularização urbana contemporânea que é um dos maiores responsáveis tanto pela negação dos conflitos e dissensos no espaço público contemporâneo quanto pelo empobrecimento das experiências corporais nestes espaços e, sobretudo pela negação, eliminação ou ocultamento da vitalidade dos espaços mais populares das cidades, que buscaram se tornar midiáticas e espetaculares (Jacques, 2009, p. 18).

A citação de Paola Jacques destaca a criação de movimentos imobiliários e de conjuntos habitacionais é, frequentemente, vista pela maioria das pessoas como algo que merece interesse midiático. No caso do município de Rio Grande, com o início do processo de expansão portuária, a prefeitura entendeu ser necessário mostrar que as pessoas que seriam deslocadas de suas antigas residências deveriam habitar uma nova residência. Os condomínios BGV I e BGV II são exemplos disso, pois reúnem pessoas em um mesmo local para evitar que se dispersem e fiquem desamparadas. Essa ação atrai o interesse da mídia, pois, para parte da sociedade e da imprensa, toda expansão do porto significa progresso e desenvolvimento da cidade, enquanto os direitos dos moradores e questões relacionadas à posse e sustentabilidade do solo são deixados de lado ou, até mesmo, desvalorizadas.

4.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA POSSIBILIDADE DE COMBATE À GENTRIFICAÇÃO?

A Educação Ambiental tem sido um campo de estudo profícuo no Brasil nos últimos anos. O próprio intelectual Carlos Frederico Loureiro (2004), um dos principais estudiosos nesse campo, aponta a existência de diferentes tipos de Educação Ambiental, sendo ele vinculado à de matriz popular e emancipatória. Loureiro (2004)

entende que esse tipo de educação busca libertar os indivíduos ou a comunidade que estuda do jugo da dominação e exploração capitalista, permitindo que esses sujeitos possam escolher o modelo de vida e sociedade que considerem mais adequados.

Em relação ao objeto de estudo desta tese, a questão é bastante complexa. Os moradores dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II foram levados para esses locais devido ao processo de expansão portuária. Embora a Prefeitura Municipal de Rio Grande tenha construído esses condomínios residenciais e aberto um canal de consulta para que os moradores expressassem suas angústias e participassem do processo de deslocamento territorial, a determinação de como esse processo ocorreu não correspondeu ao real interesse ou não pôde ser determinada por essas pessoas. Talvez a pergunta mais adequada a ser feita seja: existe algum tipo de gentrificação que seja benéfica? A resposta para isso é bastante complexa, mas, com base na análise da teoria de Educação Ambiental adotada nesta pesquisa, pode-se afirmar que a educação emancipatória de caráter popular é oposta à ideia de gentrificação.

Jacques (2009) compreende que a gentrificação começou a despertar o interesse dos cientistas sociais a partir das décadas de 1920 e 1930, quando as principais nações capitalistas do mundo, especialmente os Estados Unidos, passaram por um intenso processo de urbanização. Certas partes das cidades norte-americanas começaram a perder o valor, enquanto outras foram valorizadas. As pessoas afetadas começaram a se deslocar pelo território estadunidense e bairros, com isso, guetos étnicos de negros, judeus e outras etnias começaram a se formar. Geralmente, as relações estabelecidas entre esses grupos eram marcadas por conflito e animosidade, o que despertou a atenção da comunidade científica da época para compreender e resolver essa problemática social. Posteriormente, a situação se tornou ainda mais complexa, pois, a cada expansão do sistema capitalista, uma parte do solo americano era valorizada, enquanto outra parte perdia o valor. Esse processo fortemente fincado no país ianque, após a segunda guerra mundial, tornou-se um fenômeno comum nas principais nações do mundo e o Brasil também foi influenciado por esse processo. O ponto mais expressivo da gentrificação no Brasil ocorreu com a construção da cidade de Brasília no fim da década de 1950 e no início da década de 1960. Um dos estudiosos desse processo foi o biógrafo de Juscelino Kubitschek, o jornalista Cláudio Bojunga.

Bojunga (2010) enxerga a construção de Brasília, a atual capital do Brasil, como o acontecimento mais notório da gestão de Juscelino. Segundo Bojunga (2010,

p. 734), “ Brasília era também um grande artifício simbólico, que serviria para abrir o ‘cruzeiro de estradas’ num território desocupado”. O próprio biógrafo faz uma analogia entre Juscelino Kubitschek e o Velho do Restelo, que recusava a glória dos Lusíadas, maldizendo a ambição e a soberba da conquista portuguesa.

O significado de Brasília para JK era simbólico e técnico: ruptura como legado colonial de submissão e desenvolvimento, voto de confiança nas potencialidades do povo brasileiro, possibilidade de integração nacional, demonstração de competência tecnológica, salto para a industrialização. A cidade radiosa tropical sintetizava o Programa de Metas. Do ponto de vista estético, diria T.S. Eliot, era o seu “combativo objetivo” (BOJUNGA, 2010, p. 740).

Brasília simbolizou, para o governo de Juscelino, a possibilidade do Brasil romper com um passado de atraso e de subdesenvolvimento. Bojunga (2010) destaca que Juscelino foi corajoso ao conseguir realizar a transposição da capital do Brasil do Rio de Janeiro para o Planalto Central, uma ideia que remontava ao segundo Reinado, mas que nunca havia sido concretizada. Juscelino realizou esse feito em tempo recorde, com significativo êxito, apesar de o biógrafo admitir que houve algumas consequências geradas por essa mudança. No entanto, é evidente que o biógrafo de Juscelino assume um ponto de vista favorável à realização. Em determinado momento, Bojunga (2010, p. 751) compreende que: “a primeira capital da civilização do século XX fora construída com a garra do bucaneiro⁸, mas agora ali estava, no entroncamento de duas enormes estradas- a Brasília- Belém e a Brasília-Peru”.

Após a épica construção de Brasília, a situação da gentrificação brasileira ficou restrita a estudos monográficos e sociológicos por um tempo, todavia essa situação modificou-se com o fim da ditadura civil-militar em 1985. Vários intelectuais começaram a se debruçar sobre a injusta distribuição de renda e a má organização do espaço brasileiro, mas dois intelectuais se destacaram nesse intento: Ermínia Maricato (2000) e Carlos Frederico Loureiro (2004).

De acordo com Maricato:

[...] a ausência de controle público sobre a propriedade da terra contribui para a carência habitacional, segregação territorial, aumento do custo de infraestrutura e serviços, aumento da violência, predação ambiental, além de impor maior sacrifício à população pobre excluída

⁸ Garra do bucaneiro, a expressão designa indivíduos aventureiros que buscavam apostar na criação de uma cidade nova que inicialmente era vista como impossível. Bojunga (2010)

da cidade. A “desordem” dos mercados fundiário e imobiliário (que evidentemente pressupõe uma outra ordem) impõe custos à administração pública e amplia as desigualdades (MARICATO, 2015, p. 96).

A crítica estabelecida por Maricato (2000) favorece a interpretação do processo de ocupação do solo e da expansão capitalista das principais metrópoles brasileiras. Essas ocupações ocorrem não apenas de modo mais veloz do que em nações desenvolvidas, como nos Estados Unidos, mas também expulsam, de modo indelével, as pessoas mais pobres do espaço urbano, principalmente dos centros urbanos. O centro torna-se um local voltado, exclusivamente, ao comércio e ao setor de serviços. Dessa forma, estabelece-se uma financeirização do espaço urbano e aqueles que não podem pagar ou arcar com esses recursos são forçados a se submeter ou são excluídos desse local. Seria a Educação Ambiental adotada nesta tese compatível com isso? Certamente que não. Partindo desse pressuposto Loureiro afirma que:

[...] para o pensamento crítico, as analogias simples entre os que realizamos e produzimos em tempos históricos distintos é anacrônico, e geram entendimentos, que ignoram as mediações sociais específicas. Com isso, perde-se o principal: a capacidade de explicar algo tendo por fundamento o que lhe é próprio, suas determinações, seus modos de existir em\ de uma sociedade e suas relações sociais. Resumidamente, para as “escolas” críticas, os conceitos não podem ser entendidos fora de seus momentos históricos, da totalidade social em que se dão como se fossem independentes (LOUREIRO, 2019, p. 93-94).

Loureiro (2019) destaca que o educador ambiental precisa ter seriedade e compreender a complexidade que envolve o fazer ambiental. É preciso problematizar os interesses econômicos, históricos, políticos, geográficos e ambientais que estão envolvidos no deslocamento populacional em um determinado território. Não basta usar conceitos como capitalismo, gentrificação, Educação Ambiental sem refletir e problematizá-los à luz do contexto em que a pesquisa é realizada. Loureiro (2019) relata que sua experiência nas favelas cariocas e nas religiões de matriz africana nesse território foram determinantes para a mudança na forma como ele entende fenômenos de favelização e gentrificação. Os sujeitos mais pobres sofrem e são afetados pelas influências geradas pela economia capitalista, entretanto, o capitalismo tem peculiaridades em relação a uma nação subdesenvolvida e desigual como o Brasil. Pode-se compreender, portanto, que a gentrificação, pelo seu

processo de expansão elitista, vai em direção oposta à ideia de Educação Ambiental Transformadora. Diante disso, a seguir serão abordados os pilares desse tipo de educação e os princípios teóricos-metodológicos em que ela se baseia.

4.4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA E O DIREITO DE ACESSO À CIDADE

Poder desfrutar do ambiente urbano é uma das maiores necessidades impostas pelo mundo moderno. Quando se pensa na perspectiva da Educação Ambiental Emancipatória, o direito de acesso à cidade é um dos mais importantes que existem.

Acerca disso, Fernandes entende que:

Sustentabilidade urbana requer um novo enfoque conceitual e novas práticas envolvendo as dimensões econômica, social, ambiental, político-institucional de desenvolvimento, promovendo uma maior interação rural-urbana, bem como novas relações entre níveis de governo e entre o setor privado e comunitário (FERNANDES, 2004, p. 304).

A citação acima diz respeito a um dos conceitos básicos quando se trata do direito relacionado ao meio ambiente. A sustentabilidade alcança importância, pois Edésio Fernandes (2004) compreende que estar na cidade vai muito além de ter uma casa. Estar na cidade significa poder desfrutar dos bens públicos, ter mobilidade e ter uma relação harmoniosa entre as pessoas e os elementos naturais, como jardins, praças, florestas e outros fatores abióticos.

Corroborando esse entendimento, Arlete Rodrigues (2008) concebe que não basta falar em sustentabilidade se ela não estiver alicerçada no planejamento urbano.

O planejamento urbano tem como objetivo a cidade ideal, a ocupação harmônica e integrada das áreas urbanas, o progresso e o desenvolvimento das cidades. Raramente há a ênfase real, à vida da população nas cidades (RODRIGUES, 2008, p. 111).

Desse modo, Rodrigues (2008) reconhece a que o direito à cidade está fundamentado na relevância do Plano Diretor como um elemento jurídico que garante uma forma de justiça no ambiente urbano, conforme refletido por Fernandes. Se as pessoas vivem nas cidades, é natural que o poder municipal busque criar estratégias para a alocação do espaço urbano e sua organização. Todavia, isso não é suficiente,

é preciso ir além e pensar na cidade não apenas como um conceito, mas também como um elemento concreto e resultado de um conjunto de agentes humanos que, movidos por interesses nobres ou não, determinam a existência do tecido urbano, ou seja, da cidade da forma como é planejada e ocupada pelos seus habitantes.

Rodrigues (2008) admite que se pensar na cidade é admitir que a discussão envolve um dos conceitos básicos do direito brasileiro, que é a noção de propriedade privada que, conforme a Constituição Federal (CF) de 1988, também conhecida como “constituição cidadã”, deve ser garantida desde que tenha uma função social relevante (BRASIL, 1988).

Finalizando sua abordagem teórica, Fernandes defende a tese que:

O papel dos juristas construindo as bases sociais e coletivos de direitos urbanísticos é de fundamental importância nesse processo de reforma jurídica e de reforma urbana, que passa necessariamente pela regularização dos assentamentos informais, para que sejam revertidas às bases dos processos de espoliação urbana e destruição socioambiental que têm caracterizado o crescimento urbano no Brasil e para que os conceitos de prática de desenvolvimento de práticas de desenvolvimento sustentável sejam efetivamente materializadas (FERNANDES, 2004, p. 330).

Interpreta-se que a tese central do texto de Fernandes (2004) é a de que a reforma urbana deve caminhar em paralelo com a reforma jurídica, retroalimentando-se mutuamente. Essas duas questões não podem ser vistas como coisas distintas, como, frequentemente, são consideradas por juristas conservadores e ortodoxos.

Já Arlete Rodrigues concebe, no final de seu texto, que:

Para construir a Utopia do Direito à Cidade, o urbano deve ser compreendido como modo de vida não restrito aos limites das cidades. As dimensões de reprodução da vida, as culturais, as questões de gênero, de etnia, do trabalho, de emprego do espaço coletivo, da segurança também são fundamentais para compreender o processo de urbanização (RODRIGUES, 2008, p. 125).

Destaca-se que Rodrigues (2008) assume uma posição mais efetiva em relação à questão da cidade do que Fernandes (2004). Além de problematizar, como já mencionado anteriormente, a questão do planejamento urbano e dos elementos que estruturam essa política pública, Rodrigues (2008) defende que as leis brasileiras que visam a uma sociedade harmônica e baseada na ideia de justiça social se aproximem cada vez mais dos elementos teóricos e práticos.

Freire (1996) buscou discutir, de forma criteriosa, o que seria uma educação

libertária e emancipatória em uma sociedade desigual como a nossa. Segundo Freire (1996), a educação se caracteriza por dois aspectos: ela pode ser formal, ocorrendo nas escolas; e informal, que acontece junto aos movimentos sociais, sendo, portanto, complementares.

Além disso, Freire (1996) considerava que essas duas formas de educação são válidas e que existem docentes que atuam de forma efetiva em ambas. No entanto, para esse pensador e para todo o grupo teórico ligado a ele, a educação verdadeiramente libertária acontece quando se atua além do ambiente escolar. Inserir-se em uma comunidade pobre, conviver com trabalhadores, ouvir histórias e se engajar em um modelo ético de sociedade é, de fato, ser libertador. Freire (1996) também chamava a atenção para o caráter assistencialista que às vezes permeia as ações do educador que se diz seguidor do modelo libertário. Isso ocorre porque, segundo Freire (1996), o modelo tradicional de ensino e de sociedade tende a se impor quase incondicionalmente sobre as pessoas. Nesse modelo, o professor ensina, o aluno aprende e as informações são processadas por meio de uma estrutura rígida e hierárquica.

Conforme Freire (1996, p. 48), “o primeiro teste da educação libertadora é aquele a qual tanto os alunos quanto os professores sejam agentes críticos do ato de conhecer”. Diante dessa afirmação, surge a seguinte problemática: como o modelo freiriano ajuda a entender o processo de existência dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II? Parte-se do pressuposto de que o modelo de aula concebido por Freire e entendido por esta tese vai além da visão comum. A aula, nesse sentido, ocorre no cotidiano dos moradores, na escassez que eles enfrentam e na luta pela manutenção do solo.

Fernandes (2004) compreende que a democratização da cidade só será alcançada se levar em consideração a realidade dos moradores e quem se beneficia do processo de ocupação do solo e quem assume uma posição subalterna em relação a ele. Após essa reflexão, o próximo capítulo abordará como ocorreu o processo de convivência dos moradores dos condomínios BGV I e BGV II após o assentamento das pessoas, momento em que todo o *corpus* teórico da tese abordado até o momento será aproveitado e problematizado.

Esses aspectos precisam ser pensados porque, comumente, quando se fala em Educação Ambiental, tende-se a entender que qualquer forma de preocupação com o meio ambiente ou de sua preservação seria, por si só, Educação Ambiental.

Sobre essa questão, Jacobi (2005) ressalta que existem dois modelos predominantes de Educação Ambiental quando se trata de pensar nessa forma de compreensão do meio ambiente. O primeiro é o modelo conservacionista, que tende a não problematizar a realidade e preocupa-se, principalmente, em manter os ecossistemas e o próprio meio ambiente com o mínimo de intervenção humana possível. Enquanto o segundo modelo, tem caráter crítico e emancipatório, buscando discutir o modo de produção capitalista, a forma como esse sistema distribui a riqueza que ele produz, o processo de acumulação do capital e os grupos sociais envolvidos na problemática ambiental.

Pode-se argumentar que nesse campo metodológico da Educação Ambiental, a harmonia social não é vista como algo facilmente conquistado, pois parte-se do pressuposto de que o capitalismo é um sistema intrinsecamente desigual. Portanto, não pode haver harmonia onde o modelo social dominante faz com que uma pequena parte da sociedade detenha a maior parte da riqueza produzida, enquanto um contingente significativo possui muito pouco. Para Guimarães (2009), a Educação Ambiental de viés crítico e emancipatório possui outra singularidade: ela exige que o educador ambiental tenha uma visão global da sociedade. Levando em consideração o objeto de estudo desta tese, não é possível entender os conjuntos habitacionais sem ter em mente os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais que fazem parte da dinâmica e dos conflitos resultantes da tensa relação entre capital e trabalho.

Outrossim, destaca-se que Sato (1997) corrobora essa ideia, afirmando que a Educação Ambiental Transformadora também é entendida como libertadora, pois defende que os setores menos favorecidos da sociedade possam expressar sua forma de entender o mundo e os processos sociais, sendo suas perspectivas consideradas válidas. No entanto, Sato (1997) alerta que a liberdade ou emancipação defendida por essa corrente teórico-metodológica só pode ser alcançada por meio de um processo sério de contextualização histórica do local estudado e pelo entendimento dos atores sociais envolvidos, aspectos que serão abordados no próximo capítulo.



**O PROCESSO DE CONVIVÊNCIA DOS
CONJUNTOS HABITACIONAIS BGV I E
BGV II: A DESTERRITOLIZAÇÃO
CAUSADA PELO PROCESSO DE
EXPANSÃO PORTUÁRIA RIOGRANDINO**

5 O PROCESSO DE CONVIVÊNCIA DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS BGV I E BGV II: A DESTERRITOLIZAÇÃO CAUSADA PELO PROCESSO DE EXPANSÃO PORTUÁRIA RIOGRANDINO

5.1 A DESTERRITORIZAÇÃO CAUSADA PELO PROCESSO DE EXPANSÃO PORTUÁRIA RIOGRANDINO: OS CONJUNTOS HABITACIONAIS BGV I E BGV II

Conforme contextualizado nos capítulos anteriores, há, tradicionalmente, necessidade de reconfiguração territorial para atender às demandas do porto de Rio Grande, isso envolve sua expansão e, conseqüentemente, remoção dos habitantes locais. O processo de expansão portuária, ocorrido na segunda metade do século XXI, resultou em novos impactos aos moradores próximos ao porto.. Paulo Freire (1996) menciona, em sua obra a chamada “Ética da escassez, segundo a qual os moradores de comunidades periféricas precisam aprender a lidar com os recursos limitados que possuem. Freire (1996) destaca que, diante da falta de dinheiro e de outros bens simbólicos importantes, esses moradores necessitam criar estratégias de sobrevivência e autoajuda para enfrentar um contexto histórico e social muitas vezes desfavorável e hostil. Ao considerar o processo de expansão portuária, é importante compreender que ele, inevitavelmente, provoca deslocamentos e mudanças no local de residência, pois o capital nunca age sem causar impacto no solo ao qual está vinculado e se deseja vincular.

Para Ost (1995), a fim de entender esse cenário, é importante situar, historicamente, a importância epistemológica de René Descartes, considerado o “pai do racionalismo”. Ost (1995, p. 43) destaca que “conhecemos o ingrediente do método cartesiano: a dúvida metódica, a hipótese do gênio maligno, a concentração sobre a única coisa certa: o cogito (ele próprio garantido pela ideia de perfeição divina)”. A partir do momento em que Descartes (2001) formulou o seu famoso axioma “penso, logo existo”, foram estabelecidas as condições para a separação entre dois elementos que eram vistos como iguais, mas que se tornaram antagônicos: corpo e espírito, homem e natureza, ciência e religião. Iniciou-se um embate e uma disputa para determinar qual tipo de explicação ou tendência ganharia mais adeptos. O texto de Ost (1995), ressalta que a natureza passou a ser compreendida através do pensamento cartesiano como algo separado do homem, existindo a mente humana, os desejos humanos e o meio ambiente. O homem tornou-se o centro do universo e

suas aspirações se sobrepõem a todas as outras. Desmatamento, construção de prédios, barragens e poluição tornam-se cada vez mais comuns.

Além disso, Ost (1995) reconhece que o homem simboliza e representa a natureza, mas o que diferencia a civilização atual das anteriores é o fato de que, antes do desenvolvimento científico e do capitalismo, o homem se submetia aos desígnios e princípios da natureza, o que não acontece mais hoje. No modelo capitalista, a natureza é apreendida, produzida, destruída e modificada, assim como o próprio ser humano. O conceito de rizoma também contribui para essa compreensão, pois são múltiplas linhas que convergem para um mesmo centro, interconectando-se e interpenetrando-se, não havendo um fim em si, mas uma produção de sentidos determinados pela situação e pelos agentes envolvidos. O capitalismo, conforme Guattari e Deleuze (1996), é o sistema que manifesta fluxos de mercadorias e deslocamentos de pessoas e riquezas. Dessa forma, a natureza não é estática, está sempre em movimento e, em alguns momentos, há destruição de elementos antigos e reconfigurações que são físicas e simbólicas ao mesmo tempo. Os moradores dos condomínios estudados neste trabalho passaram por essa experiência, sendo deslocado e realocado em outro lugar, o que implica em modificações na natureza e no meio ambiente.

A seguir, será abordada a instância mediadora da questão do território no sistema capitalista, que é o Estado, bem como as questões ideológicas envolvidas em sua atuação.

5.2 O ESTADO COMO INSTÂNCIA MEDIADORA DO TERRITÓRIO NO SISTEMA CAPITALISTA: O IMPASSE PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA

A questão que envolve a ocupação de território ainda suscita diversos debates. Deve-se considerar que estar em um território é algo inerente à própria espécie humana, além disso, tanto o território quanto o ser humano se deslocam e passam por constantes processos de mudança ao longo do tempo. Na história do Brasil, há diversos os casos de pessoas que tiveram que se deslocar de um local para outro, sendo expulsas de sua moradia e obrigadas a habitar uma outra localidade. Atualmente, os casos que envolvem a posse do solo e os conflitos de terra tendem a ser mediados por uma instância conhecida como Estado. Quando se fala de Estado,

parte-se do pressuposto defendido por Louis Althusser, segundo o qual é:

Um Aparelho ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de “suporte” (ALTHUSSER, 1987, p. 104).

Partindo do entendimento de Althusser (1987) sobre o que é o Estado, trata-se de uma instância administrativa calcada na ideologia burguesa, na qual o dinheiro e as aspirações das classes ricas são o seu vetor determinante de funcionamento. No entanto, no caso dos conjuntos residenciais estudados nesta tese, não é possível eliminar os moradores que compõem o conjunto habitacional, pois até porque mesmo teóricos como Marx e Engels (1999), aos quais o trabalho de Althusser se vincula, admitiam a existência dos trabalhadores e dos lumpemproletários, ou seja, trabalhadores ocasionais são admitidos no sistema capitalista e, posteriormente, descartados como mão de obra.

Althusser concebe também que as:

Formações ideológicas que são do domínio da Ideologia de Estado que são realizadas nas citadas instituições e suas práticas. Com efeito, são elas que fornecem a chave não só das instituições e de suas práticas, mas também de uma parte das causas que produzem as subformações ideológicas que vemos aparecer nessas práticas (ALTHUSSER, 1987, p. 110).

Entre as instituições do Estado, de acordo com Althusser (1987), encontram-se: a Igreja, a Justiça, a Família, a Mídia, a Polícia, o Estado e a Escola. Mesmo com todas essas tipologias criadas por Althusser (1987), a mediação da questão da posse do solo pelo Estado ocorre por meio de duas instâncias estatais, a Administração Burocrática, que no caso estudado é representada pela Prefeitura Municipal de Rio Grande, e a Justiça, órgão que possibilita a garantia a legitimidade e regularização da posse do solo.

Para Loureiro (2019), um modelo social baseado no acúmulo de mercadorias e na privatização do solo é um terreno fértil para injustiças e para a manutenção da desigualdade social. Os conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II são uma consequência do processo de expansão portuária e as diretrizes desse processo

envolvem o desejo do capitalismo portuário, a expansão e o fluxo intermitente de mercadorias. No entanto, será que um morador pobre pode deter isso? Será que ele tem condições de impor um sistema diferente, em que a questão do solo, do pertencimento social e das demandas subjetivas da ocupação do local estejam presentes? A resposta inicial para tais perguntas é não. O sistema capitalista se impõe como uma realidade social e, dificilmente, mesmo países ditos socialistas como Cuba e, principalmente, a China, conseguem negar ou deter aspectos típicos do capitalismo, como trocas comerciais, fluxo de mercadorias e de pessoas, o desejo de enriquecimento e a transformação do meio ambiente. Esses elementos fazem parte do *modus vivendi* cotidiano e os moradores do bairro Getúlio Vargas, pessoas em situação de vulnerabilidade social e, em muitos casos, com baixa formação intelectual, não conseguem intervir nesse cenário.

Isso não significa que, segundo a crítica marxista tradicional, o cidadão pobre não tenha consciência da desigualdade, mas sim que, quanto mais espoliado e desassistido socialmente, maior dificuldade será a sua dificuldade em intervir na realidade social, que geralmente é adversa.

Freire (1996) era um estudioso da obra de Althusser e defendia a necessidade não apenas de problematizar a realidade, mas também de modificá-la. Para o pedagogo pernambucano, a escola, por ser um aparelho ideológico do estado burguês, privilegia a educação formal, na qual as aulas devem ser ministradas e os conhecimentos teóricos repassados aos alunos. Nesse modelo, não ocorreria a leitura da realidade, a transformação da sociedade e o questionamento dos modelos aos quais a sociedade se estrutura.. Certamente, a crítica à educação bancária, termo cunhado por Freire (1996) a um modelo de educação que, em seu ponto de vista, era alienante, deveria ser combatida por meio da educação informal, aquela que ocorre na igreja, no bairro, na família e na própria vivência cotidiana de exploração e opressão capitalista.

A existência dos conjuntos habitacionais em si não corresponde a um modelo de transformação da realidade, mas sim a uma forma de o poder público buscar minimizar as consequências do processo de expansão portuária, garantido minimamente aos moradores que habitam tais condomínios o direito à moradia, um dos direitos consagrados pela CF (BRASIL, 1988). Apesar disso, vive-se um impasse: embora o Estado, como um aparelho ideológico, reconheça a desigualdade e garanta a reparação de danos, a existência dos conjuntos habitacionais serve como um

modelo que impede esses moradores de se revoltarem contra o sistema capitalista, pois há a necessidade de reconstrução de suas próprias vidas, dilemas para criar novos laços e estabelecer relações de pertencimento com o solo.

Em seguida, será abordada a questão do pertencimento, conceito que se choca com o aparelho ideológico do estado burguês analisado.

5.3 A NOÇÃO DE PERTENCIMENTO: O CHOQUE COM O APARELHO DE ESTADO BURGUESES

A noção de pertencimento é algo que já foi estudado e retratado ao longo da história do Brasil. Merece destaque a ideologia presente no romantismo literário brasileiro, que tinha, em sua primeira fase, o foco voltado à defesa da pátria e dos elementos a ela pertencentes, mesmo que de modo fortemente idealizados. Servem como exemplos disso obras como “O Guarani” e “Iracema”, de José de Alencar (1988; 2007), bem como os poemas de Gonçalves Dias⁹, sendo “Juca Pirama” o mais famoso. Com o passar do tempo, além da literatura, o campo da música e os próprios estudos ambientais foram impactados por essa visão, havendo uma profusão de estudos que têm no local e no ambiente o seu lócus de análise e enunciação.

Concorda-se com Loureiro (2015) quando esse afirma que, ao estudar grupos sociais ou comunidades, como no caso desta tese, a abordagem deve ser dialógica. Para Loureiro (2015), a postura dialógica do pesquisador ocorre em um contexto material onde existem atores sociais que, cientes de uma realidade adversa, decidem enfrentá-la e modificá-la. Se a relação tradicional do mundo acadêmico com os objetos que estuda se pauta pela hierarquização do saber e no estabelecimento da distinção entre o saber popular e o saber científico, no modelo de pesquisa-ação, metodologia à qual esta tese se vincula, o posicionamento é diverso.

Loureiro entende que:

Toda ação educativa deve ser direcionada para a construção da igualdade e promoção de diversidades para que possamos satisfazer nossas necessidades sem opressão, discriminação e reprodução da dominação e dos mecanismos de expropriação. É nesse sentido que o conhecimento, ao ser crítico nos desafia o ato de conhecer como

⁹ Gonçalves Dias é um ícone do romantismo brasileiro e o poema “Juca Pirama”, publicado em 1851, é uma obra indianista. Fonte: <https://www.culturagenial.com/i-juca-pirama-de-goncalves-dias/> acessado em Maio de 2022.

uma atitude intencional, politicamente posicionada e prática voltada para a transformação social (LOUREIRO, 2015, p. 167).

Certamente, a grande validade do pensamento de Loureiro reside na sua seriedade teórico-metodológica e na capacidade que esse intelectual teve de estabelecer que a Educação Ambiental, caracterizada por ser crítica e emancipatória, precisa refletir sobre suas práticas constantemente. Loureiro (2015) entende que o conceito de inédito viável de matriz freiriana é fundamental para atuar em situações como a retratada nesta tese.

O inédito viável é algo não vivido, mas desejado, e que só pode ser concretizado a partir do momento em que é decidido ser posto em prática pelos agentes de transformação (LOUREIRO, 2015). Ao articular esse raciocínio, deve-se levar em consideração que Freire (2000) enxerga o ser humano como um ser inacabado e fixado no suporte material que é o mundo e o próprio planeta terra. Esse sentido dá ênfase à ação humana, que humanizar ou desumanizar o próprio sujeito. Portanto, o ato histórico, segundo Paulo Freire (2000), é a forma pela qual o homem age e faz cultura. Dessa forma, ter a noção de pertencimento é se reconhecer como ligado a um determinado território e cultura e fazer a leitura de mundo, a interpretação daquilo que o rodeia.

Outrossim, salienta-se que Freire (2000) defendia uma educação que fosse problematizadora, que não se contentasse em repassar informações, mas que mobilizasse o educando a refletir e a questionar o porquê das coisas. Ao estudar um grupo social subalterno, a leitura de mundo ocorre na consciência e no reconhecimento do indivíduo de que ele ocupa uma posição socialmente inferior, mas que sua forma de pensar e se organizar é legítima e pode transformar a realidade adversa. O legado de Freire é seguido por Loureiro (2004), que aproxima as reflexões freirianas sobre educação e meio ambiente para o campo da Educação Ambiental.

Assim, a comunicação popular depende da educação popular para ser feita em sua completude, e potencializa esta por seus meios que comunicam, envolvem e mobilizam para a intervenção social e para o gosto em conhecer (FREIRE, 2000, p. 70).

Nota-se que, para Freire (2000), o cerne de sua teoria é o saber popular, a capacidade que as pessoas mais humildes têm de se expressar e interpretar o mundo. Freire (2000) entendia que não pode haver sociedade democrática e justa onde o saber popular seja desvalorizado. Dessa forma, o pertencimento e o vínculo a uma

determinada realidade fazem parte do saber popular e esse elemento está ligado a aspectos subjetivos, à sensibilidade estética e à ideologia humana, muitas vezes, em conflito com o entendimento jurídico e com a atuação do Estado como agente de manutenção da ordem e do domínio burguês.

Althusser (1987) entende que, na sociedade de matriz burguesa, o poder e sua forma de assentado correspondem aos desejos da burguesia como classe ou grupo hegemônico. No modelo capitalista, a propriedade é garantida pela compra ou recebimento de uma herança, sendo a legitimidade da propriedade garantida por sua relevância social e sua produtividade.

O burguês, de acordo com Althusser (1987), é um agente social que, por meio de suas atitudes, busca quantificar e qualificar os objetos, vendendo-os e transformando-os, permitindo a manutenção, o acúmulo e a evolução da riqueza. Ao analisar esse princípio, é importante refletir sobre como a Constituição Federal compreende a questão da propriedade. O legislador brasileiro manifestou-se sobre esse conceito no artigo 5º, que garante a isonomia, a igualdade de todos perante a lei, abordando a questão da propriedade nos incisos XXII, XXIII e XXIV.

XXII- é garantido o direito de propriedade;
XXIII- a propriedade atenderá a sua função social;
XXIV- a lei estabelecerá o procedimento da desapropriação por necessidade ou titularidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição. (BRASIL, 1988).

A CF considera a propriedade um direito e como algo de valor social (BRASIL, 1988). Para um país com um histórico escravocrata e de domínio de oligarquias latifundiárias, admitir a função social da propriedade é um avanço. Todavia, a interpretação do caráter social da propriedade é subjetiva, dependendo do juiz ou da autoridade jurídica em questão para julgar o que constitui o aspecto social da liberdade. A discussão inicial sobre o saber popular e a noção de pertencimento entra em conflito com os princípios jurídicos, uma vez que o controle e a interpretação desses princípios estão sob o domínio de setores ricos e instruídos da sociedade que fazem parte da burguesia ou do modelo de vida burguês, reafirmando a tese de Althusser dos aparelhos ideológicos do Estado, nos quais o meio jurídico está incluído.

A questão do saber popular e da representação estética do território será analisada a seguir, com foco nos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II.

5.4 O SABER POPULAR: A REPRESENTAÇÃO TERRITORIAL DOS MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS BGV I E BGV II

A cultura popular é um dos elementos de estudo quando se pensa em Educação Ambiental Transformadora. Durante muito tempo, o saber popular durante foi negligenciado como uma ferramenta ou forma de pensamento acerca da realidade. Nos últimos anos, no entanto, com a revalorização dos saberes locais e da subjetividade humana, o saber popular, anteriormente visto como pejorativo, adquiriu um caráter simbólico e de importância, inclusive acadêmica. Jacobi (2005) entende que o saber popular, por não pertencer às classes dominantes, precisa ser valorizado e, acima de tudo, preservado. Por fazer parte da tradição indígena, na qual a oralidade é muito forte, Jacobi defende a arte e a linguagem como instrumentos para preservar o legado das gerações anteriores. Corroborando esse entendimento, Geertz (2009) vê no saber popular crenças e juízos que vão muito além do que uma simples união, envolvendo estratégias, raciocínios, lutas e omissões, com uma dimensão geográfica e local que não pode ser desprezada. A descoberta da complexidade que envolve o saber das comunidades periféricas tem levado à realização de muitos estudos e impactado a Educação Ambiental, especialmente aquela de matriz libertária e emancipatória, pois essa linha teórica-metodológica defende que o conhecimento seja construído com a comunidade estudada e em rede. Existem as teorias e as certezas do pesquisador, todavia elas não são fixas nem eternas, podendo estar abertas ao inesperado, ao imponderável, tendo o diálogo como melhor prática de interlocução entre o pesquisador e o objeto de pesquisa. É importante destacar, como aporte teórico a esse tipo de pensamento, que Freire (1987) enfatizou questões sensíveis ao modelo de Educação Ambiental abordado nesta tese.

Freire (1987) reiterava a importância do diálogo e da construção de círculos de cultura envolvendo o pesquisador e a comunidade por ele estudada. Nesses locais, seriam debatidas estratégias, vivências, inquietudes e desejos. Haveria espaço para que o morador ou o nativo falasse e expusesse sua forma de percepção do mundo. A expressão artística também não seria deixada de lado, mas aqui entende-se a arte muito além da produção de objetos ou artefatos materiais. O dialeto cotidiano, lendas, anedotas e a experiência de vida da comunidade também fazem parte do universo artístico.

Algo que Freire (1987) valorizava muito era a chamada ética da escassez, pois para, para ele, o indivíduo que pertence às classes subalternas sabe e entende, mesmo que de modo embrionário, as vicissitudes que enfrenta. Não é raro que, em comunidades pobres, se desenvolvem códigos de convivência e pactos que estabelecem um modelo de coesão social e compartilhamento ou uso do território e do solo.

Michele Sato admite que:

A Educação Ambiental é uma necessidade educacional contemporânea na presença de viabilizar a compreensão da necessidade de uma nova (outra) relação com o meio ambiente. É com ela que se pode ter a possibilidade de conhecer e reconhecer a diversidade e a interação do mundo vivo, e assim desenvolver uma relação, outra, do indivíduo com o meio ambiente (SATO, 2011, p. 59).

A Educação Ambiental é uma forma de reconexão com o meio ambiente, de repensar práticas e reconfigurar o tipo de contrato estabelecido entre homem e a natureza, que foi instituído com a filosofia de Descartes e o Iluminismo. Loureiro (2018) chama a atenção para o fato de que a Educação Ambiental libertadora e libertária não deve ser confundida com uma prática espontaneísta e redentora. Assim como qualquer pensamento teórico, ela requer rigor na análise e disposição por parte do pesquisador para rever trajetórias e fazer reflexões.

A diferença é que esse tipo de Educação Ambiental, destacado anteriormente, estabelece uma relação de parceria e cumplicidade com o objeto estudado, levando em consideração suas demandas e necessidades, sem acreditar que elas serão totalmente sanadas e resolvidas pela pesquisa em si.

A pedagogia da comunicação é posta por Freire como a pedagogia corajosa, porque incorpora como parte do processo educativo a discussão com o aluno, que é o homem comum. Também se deve considerar aqui nesta reflexão que a educação há muito tempo já vem sendo apontada como um terreno fértil às transformações sociais sensíveis, críticas e criativas necessárias, por isto é interessante se ter o saber local, solo da Arte Popular, como um bom fio condutor aos diálogos necessários (SATO, 2011, p. 58).

O grande diferencial da Educação Ambiental libertária e emancipatória é a capacidade de dialogar com os setores subalternos e evitar a hierarquização dos saberes. A construção de desse tipo de abordagem nos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II é um desafio a ser realizado por si só. Isso envolve avanços e recuos e não pode negligenciar a importância do saber popular para essa comunidade, que

tem uma noção de pertencimento ao território e ao solo onde vive, intensa e diferente daquela estabelecida pelos moradores de outras localidades.

Ao contrário de outro processo de expansão portuária que afetou o BGV, no qual muitos moradores foram levados para a Junção, Carreiros e bairros adjacentes, neste processo, o deslocamento ocorreu dentro do próprio BGV, criando um processo particular e específico de desterritorialização que precisa ser analisado e considerar o saber popular dessa mesma população.

Além disso, um dado que precisa ser mencionado é a intervenção do tráfico de drogas e a situação de vulnerabilidade social que o BGV tem enfrentado nos últimos meses. Após a construção dos conjuntos habitacionais, o processo de convivência entre os moradores tem acontecido, mas ele não de forma uniforme e harmoniosa.

Enquanto o residencial Getúlio Vargas II estabeleceu uma política de gestão relacionada a uma empresa de administração condominial, o que não garante a segurança, mas melhora a organização administrativa e burocrática, o residencial Getúlio Vargas I ainda é administrado por uma moradora da própria comunidade, desde que o empreendimento foi entregue aos moradores. Nesse contexto, destaca-se que ambos os condomínios encontram-se em uma situação de miséria e abandono por parte do Estado, enfrentando diversos tipos de problemas relacionados à estrutura das edificações, segurança, convívio comunitário, abandono de animais domésticos e a falta de pagamento das taxas condominiais, o que contribui para a precariedade dos espaços. Reportagens no *site* do grupo Oceano, portal de notícias local, frequentemente relacionam notícias atribuídas ao tráfico e ao uso de drogas nos conjuntos habitacionais, o que tem assustado os moradores e mostra a falta de políticas públicas voltadas para a população mais pobre do BGV. Sobre essa questão, Loureiro (2004) ressalta que o estudo no campo da Educação Ambiental Transformadora não pode deixar de considerar, além dos aspectos relacionados à disputa do solo e à sua gestão, a necessidade de políticas públicas nas comunidades periféricas para proporcionar uma convivência mais humanizada, especialmente em locais onde a violência prevalece e os jovens tendem a se envolver em práticas agressivas, furtos e drogas.

Seguindo essa reflexão, Maricato (2015) menciona que a realidade nas comunidades periféricas urbanas brasileiras é, em grande parte, a omissão e, às vezes, o desinteresse do Estado pelo cotidiano dessas populações. Ruas esburacadas, falta de políticas culturais e de lazer, escolas públicas depredadas ou

precárias e a dicotomia entre uma política de segurança mais rigorosa e políticas de valorização da vida e do espaço são realidades que afetam a maioria dos pobres que residem na periferia brasileira. Essa situação representa um grande desafio para os estudos no campo das ciências sociais, uma vez que, embora a Constituição Federal mencione a dignidade da pessoa humana e a igualdade de todos perante a lei, o próprio Estado, muitas vezes, nega esses direitos ou não atua efetivamente para garantir sua concretização (BRASIL, 1988; MARICATO, 2015).

A discussão sobre essa contradição envolvendo o papel do Estado nas comunidades periféricas e os possíveis motivos por trás disso serão abordados a seguir.

5.5 O ESTADO: O PAPEL AMBIVALENTE ENTRE GARANTIDOR OU NEGADOR DE DIREITOS

5.5.1 O papel do Estado na existência dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II

O papel do Estado ao longo da história da literatura marxista sempre suscitou debates. Se, por um lado o marxismo foi um pensamento filosófico formado para denunciar o Estado como instância legitimadora do *status quo* e da exploração dos grandes capitalistas pelos trabalhadores, a tomada de consciência dos trabalhadores no mundo ocidental e a respectiva tentativa de reversão dessa exploração redundou em políticas que buscavam apontar a necessidade do Estado se fazer presente como ferramenta de redução das desigualdades sociais, Carvalho (2019) compreende que a história da luta por cidadania no Brasil é longa e complexa. Por outro lado, os direitos sociais presentes na CF servem como uma garantia de toda a população do Brasil.. Nela, o legislador brasileiro admitiu que a existência da República Federativa do Brasil precisa estar assentada na busca da redução das desigualdades entre os cidadãos brasileiros, bem como na existência de políticas públicas que garantam direitos como o de acesso à saúde, educação e moradia, entre outros.

No caso dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II. é importante pontuar que a sua construção foi uma tentativa de minorar o impacto causado pelo processo de expansão portuária e de garantir aos moradores desse bairro condições mínimas de sobrevivência. Ter uma moradia é uma das condições básicas para a cidadania, mas a pergunta que se estabelece a partir dessa constatação é a seguinte: isso basta?

Baseando-se na perspectiva de uma Educação Ambiental crítica e de viés transformador, certamente não. O poder público riograndino reconheceu que essas pessoas necessitam ter um lar e serem minimamente reparadas de um processo de desterritorialização que forçou a saída de seu antigo local de moradia e os levou a outro lugar. Novas relações sociais precisaram ser estabelecidas a fim de garantir que as pessoas possam viver em unidade. Junto a elas, é preciso estabelecer políticas públicas que visem reduzir essa conjuntura de desigualdade, de modo a melhorar a situação dos moradores, capacitando-os para que possam se inserir no mercado e ter condições de vida melhores.

Apesar desse propósito, os dois conjuntos habitacionais ainda não conseguiram criar uma realidade justa do ponto de vista social. O residencial BGV II vem buscando criar condições mínimas de organização e sobrevivência, dadas as circunstâncias relacionadas às condições socioeconômicas da comunidade. Além disso, há altos índices de inadimplência das taxas condominiais, que variam entre 60% e 70%. Enquanto isso, o residencial BGV I encontra-se em uma situação bem mais grave de abandono por parte do poder estatal no que se relaciona à política de assistência social aos seus moradores, contando com uma taxa de inadimplência de 95%.

A discussão que envolve a teoria marxista e o Estado é longínqua e cheia de nuances. Inicialmente Marx e Engels (1999) viam o Estado como um ente negativo, fortalecedor do capitalismo e ligado às classes dominantes. Para esses dois intelectuais, não haveria transformação social e tomada de consciência por parte dos trabalhadores enquanto o estado burguês existisse.

Para Marx e Engels (1999, p. 76), “Os indivíduos da classe dominante fazem valer seus interesses comuns”, portanto, seria incompatível uma atuação positiva do Estado em favor da classe operária dentro do sistema capitalista. Esse tipo de pensamento encontra coerência com o desejo da teoria marxista de substituir o capitalismo pelo sistema socialista, em que as desigualdades seriam diminuídas e diluídas totalmente no comunismo. Marx e Engels (1999) admitem que o Estado é um instrumento de poder do estado moderno e capitalista, no qual a classe burguesa exerce o seu poder, não restando outra alternativa à classe operária senão a tomada do Estado e o espírito revolucionário.

Dando prosseguimento a esse entendimento, Bianchi (2015) afirma que tal concepção negativa do marxismo em relação ao Estado vigorou até 1917, ano em

que ocorreu a Revolução Russa e período em que Lênin rediscutiu a teoria marxista de Estado, entendendo que cabia ao partido soviético, que representaria a classe operária, a função de orientar a realização da transformação social e dar fim ao processo de exploração capitalista. A criação da União Soviética e a instauração do Partido Comunista são consequência desse tipo de pensamento. Por último, o método de interpretação do Estado sob o viés marxista elaborado de modo mais concreto e atual é o de Gramsci (2001), que percebe que o Estado era uma instância necessária para o processo de revolução socialista e comunista, mas não basta tomar posse dele por meio da violência, era preciso formar consciência política que levasse os trabalhadores a tomarem consciência da exploração a qual eram acometidos. Quando se pensa nessa realidade do modelo gramsciano, compreende-se que a existência dos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II carecem de articulação por parte dos seus moradores, afim de conseguirem um contexto contra-hegemônico frente ao capitalismo portuário existente.

Concorda-se com Loureiro (2004) que a convivência com comunidades pobres e a tomada de consciência por parte delas em relação à situação em que vivem é um processo demorado e complexo. Existem dificuldades tanto do ponto de vista econômico, em conseguirem viabilizar essa situação, quanto dificuldades sociais e políticas de construir redes de sociabilidade, quando não parte do próprio Estado, como instituição, impedir ou dificultar a articulação dos moradores desse bairro.

5.5.2 A Construção de redes de sociabilidade em comunidades periféricas: o caso do BGV

O bairro Getúlio Vargas é um exemplo de muitos de bairros periféricos existentes no Brasil. Em um país com um histórico de desigualdade social e má distribuição de renda, ter acesso ao solo e a moradias adequadas nem sempre são realidades presentes. Carvalho (2019) considera que a CF foi exitosa ao garantir os direitos sociais, no entanto, as condições para efetivá-los são complexas e esbarram nas dificuldades do Brasil em proporcionar uma situação social digna a todos os cidadãos.

Loureiro (2004) concebe que pensar no meio ambiente e nas relações que o homem estabelece com ele não pode ser dissociado da compreensão da historicidade de pertencer a um lugar e dos conflitos sociais decorrentes da sociedade em que está inserido. Os moradores de periferia geralmente são pessoas pobres, com baixo poder aquisitivo, que ocupam uma posição marginalizada na sociedade e não têm

condições de conseguir habitar áreas mais valorizadas financeiramente. Carvalho (2019) considera que a história das favelas ou periferias - como prefere a moderna tipologia sociológica - está intimamente ligada ao fim da escravização da população negra no Brasil e os primeiros anos da República, período em que os negros, mesmo após conquistarem a liberdade, não foram inseridos socialmente como membros dignos e constituintes de uma república. No entanto, essa afirmação não nega a existência de negros que já exerciam alguma profissão nem a constituição de uma classe média negra desde a abolição até os dias atuais.

De acordo com o sociólogo José Murilo de Carvalho (2019), a formação das periferias no Brasil decorre do histórico processo de desigualdade do país. Aliado a isso, nas décadas subsequentes, o Brasil não buscou efetivar políticas públicas voltadas para moradias populares ou realizou isso de modo superficial. A socióloga e geógrafa brasileira Hermínia Maricato (2000), cuja trajetórias acadêmica e profissional estão relacionadas ao tema moradia popular, estudou extensivamente essa questão. Maricato (2000) argumenta que, quando o Partido dos Trabalhadores venceu as eleições municipais de 1988 em São Paulo, ocorreu a consolidação da ideia de que a maior metrópole da América Latina e uma das maiores do mundo deveria servir de exemplo de uma nova abordagem para a gestão urbana. Dessa forma, não basta excluir, historicamente, os moradores mais pobres de suas moradias, mas é preciso reconhecer que a forma de distribuição de renda no Brasil é injusta e concentradora, o que se reflete na disparidade salarial, na exploração econômica e na forma como cada grupo ou pessoa ocupa e utiliza o solo.

Ao constatar essa situação, surge a dúvida sobre o que pode ser feito para solucionar esse problema, pois não basta reconhecer que essa comunidade pobre, como já afirmado anteriormente. É necessário buscar soluções cujo objetivo seja minorar ou buscar resolver essa problemática. Ao pesquisar diferentes teorias e pensadores do campo da Educação Ambiental, a proposta do filósofo e educador ambiental uruguaio Sírio Lopes Velasco (2004) parece corresponder melhor a uma possível solução para a situação estudada.

Velasco (2004) parte da premissa de que, mesmo com todas as dificuldades impostas pelo sistema capitalista e falência das experiências socialistas no século passado, é necessário sonhar em uma situação mais humana e sustentável. O referido autor enxerga uma das possíveis soluções para os desafios da Educação Ambiental no modelo cooperativo agrícola existente no Uruguai. Nesse modelo, cada

produtor agrícola decide o que produzir e compartilha com os demais, havendo também cooperativas em que o lucro é dividido entre os integrantes, estabelecendo princípios de conservação ambiental. No entanto, Velasco (2004) questiona o apoio dado pelo governo uruguaio da Frente Ampla, que nem sempre politizou a questão da terra e da Educação Ambiental como um tema de importância social e que perpassa diferentes segmentos sociais. Embora a realidade de Velasco inspire a busca por um contexto social mais justo e igualitário, a situação do BGV destoava um pouco dessa experiência do autor, uma vez que é um bairro periférico situado entre o centro e as partes mais distantes do município de Rio Grande.

Maricato (2000) considera que a garantia de condições de sobrevivência dos moradores das regiões periféricas é um grande desafio das principais cidades brasileiras. O contexto desses locais, com raras exceções, apresenta características semelhantes, como miséria ou pobreza, desestruturação familiar, falta de projetos geradores de renda e abandono por parte do poder público, que não busca medidas efetivas para reverter essa situação. Nesse momento, questiona-se o como a Educação Ambiental pode criar modelos viáveis e factíveis para lidar com essa questão nas comunidades. No caso do BGV, como mostrado até então, a construção dos conjuntos habitacionais não resolveu as desigualdades vivenciadas por essas pessoas, gerando inclusive problemas relacionados à gestão do solo e conflitos decorrentes da convivência comunitária em um modelo condominial.

No próximo capítulo, essa questão será discutida e se buscará mostrar de que forma a Educação Ambiental pode possibilitar formas que essa comunidade solucione ou minimize seus desafios em um modelo habitacional como o condomínio verticalizado.



**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL
TRANFORMADORA DE VIÉS
POPULAR: POSSÍVEIS SOLUÇÕES
PARA UMA COMUNIDADE CARENTE**

6 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA DE VIÉS POPULAR: POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA UMA COMUNIDADE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

6.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA: POSSÍVEL FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO PARA UMA COMUNIDADE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL?

A Educação Ambiental Transformadora é uma das vertentes do campo da Educação Ambiental que tem ganhado destaque no Brasil nos últimos anos. Conforme Loureiro (2004), até meados da década de 1980, a visão no campo da Educação Ambiental era preservacionista, ou seja, preocupada com a preservação do meio ambiente e contrária à interferência prejudicial do ser humano no meio ambiente. Embora reconheça a importância dessa vertente, Loureiro (2004) considera que não basta criticar a ação humana sobre a natureza, sem problematizar as atitudes que muitos seres humanos têm e os interesses que estão por trás dessa interferência. Marx (2000) alertava, em seus escritos filosóficos, que todos os seres humanos fazem história, mesmo que, em determinadas situações, não estejam cientes disso. Portanto, para compreender a realidade social, é necessário perceber as forças sociais em conflito e o papel dos atores sociais analisados.

No caso do bairro Getúlio Vargas, como mencionado anteriormente, faz parte de uma comunidade inserida no complexo portuário de Rio Grande e, como tal, fornece uma expressiva reserva social de mão de obra para esse região. Marx (2000) admite que, para entender o capitalismo como sistema social, além das classes antagônicas que o marxismo tornou famosas - a burguesia e o proletariado -, é necessário um aspecto fundamental para a teoria marxista, que é o modo de produção. Segundo Marx (2000), o modo de produção é a forma pela qual determinado bem material é produzido e as forças envolvidas nesse processo.

No ambiente portuário, a produção e a geração de riqueza ocorrem através da relação com o mar e o ecossistema marítimo. Toda a estrutura portuária assume um papel privilegiado no sistema capitalista, pois é por meio dela que as mercadorias são vendidas e compradas, bem como o transporte é realizado.

Maricato (2001) reitera que os estudos que têm o espaço urbano como referência não podem ignorar o modo de produção dominante no espaço citadino e

as posições sociais decorrentes dele. Levando essa ideia em consideração, os grupos socialmente mais privilegiados fazem parte da burguesia portuária, cabendo a eles as tomadas de decisões no que diz respeito ao funcionamento do porto e à forma como o regime de trabalho é estabelecido nesse local. Por outro lado, aqueles que trabalham para o funcionamento do modo de produção portuário fazem parte da classe trabalhadora e recebem um salário, estando sujeitos às regras e oscilações do mercado, sobre as quais não possuem controle direto.

A construção de uma sociedade mais justa está intimamente relacionada à ideia de utopia, que remonta à Grécia Antiga, atravessando a história da humanidade ao longo do tempo. Desde o tempo da Grécia Antiga até os tempos atuais, discute-se o que é a utopia e qual o seu papel em um mundo rápido e complexo como o atual. Segundo o filósofo e pensador Nicolas Abbagnano (1985), a utopia é considerada um sonho, um desejo de transformação da realidade que tem mobilizado pessoas e povos ao longo da história em busca de um contexto diferente. Tendo essa ideia como premissa, Moyses Finley (1989) entende que a utopia foi percebida historicamente de duas formas diferentes: a primeira é a de que ela representa um sonho, um devaneio, algo impossível de ser realizado; e a segunda entende que a utopia é algo que pode ser colocado em prática desde que não se restrinja apenas ao desejo, mas seja implementada efetivamente.

Seguindo esse pensamento, compreende-se que a ideia de uma sociedade melhor e mais fraterna baseia-se no desejo de construir um mundo melhor, mas essa questão está condicionada pelas estruturas sociais e pela forma como os atores sociais se organizam diante do cenário em que estes estão inseridos.

Loureiro (2004) chama a atenção para a relação complexa entre o conceito de utopia e a Educação Ambiental Transformadora. Se a origem da palavra utopia está ligada à ideia de uma realidade inexistente ou imaginada, por outro lado, uma Educação Ambiental que busca transformar a conjuntura não pode se conformar em aceitar a situação que deseja modificar, ela deve adotar um conceito típico do marxismo, a práxis, e, por meio dela, criar ações que modifiquem essa situação.

A seguir, essa situação será abordada à luz da linha de Educação Ambiental à qual esta tese se vincula.

6.2 O CONCEITO DE UTOPIA E A NOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA: LIMITES E POSSIBILIDADES ARTICULADOS COM O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL – TTS

Considerando a ideia de utopia que consiste na ideia de se criar um contexto diferente daquele que se vivencia, cabe contextualizar que, durante grande parte da segunda metade do século XIX e ao longo do século XX, a concepção de socialismo e comunismo surgiu como propostas de transformação social, buscando uma comunidade sem discriminação e sem classes sociais.

Dentre as propostas existentes de transformação social, dois intelectuais destacaram-se no pensamento utópico pós-Revolução Francesa, Karl Marx (2000) e Antônio Gramsci (2001).

Ressalta-se que o TTS pode ser considerado uma organização contra-hegemônica frente à hegemonia do capitalismo portuário em Rio Grande. Logo, partimos sobre a discussão que o Trabalho Técnico Social é ou não um trabalho educativo de cunho social, complexo e suscita diferentes debates. Concordando com Otto (2009), podemos afirmar que o Trabalho Técnico Social tem uma natureza educativa em sua essência. No entanto, a definição e compreensão do conceito de educação são questões que desencadeiam profundas discussões no campo da educação.

De acordo com a perspectiva de Freire (1987) em relação à educação, ele vai além da concepção limitada de educação vinculada apenas à instituição escolar e defende uma visão mais ampla e abrangente. De fato, Paulo Freire (1980) foi profundamente influenciado pela teoria de Antonio Gramsci (2001) e, aplicou em sua prática educativa os princípios e conceitos do pensador italiano. Freire reconheceu a importância da cultura como um elemento central na análise das relações de poder e na transformação social. Para Gramsci, a cultura abrange não apenas as expressões artísticas e intelectuais, mas também os valores, crenças e ideologias que são transmitidos de uma geração para outra. Ele argumentou que a classe dominante utiliza a cultura como uma ferramenta para manter sua hegemonia sobre as classes subalternas. No entanto, ele também acreditava que a cultura poderia ser apropriada e transformada pelas classes subalternas, de modo a desafiar e contestar a ordem dominante.

Em sua obra "Pedagogia do Oprimido" (1987), Paulo Freire identifica duas formas contrastantes de educação: a educação bancária e a educação libertadora. A educação bancária é caracterizada pela simples transferência de conhecimento, na qual os educadores depositam informações nos educandos, reproduzindo a moral e os valores dominantes da sociedade. Por outro lado, a educação libertadora respeita o conhecimento prévio dos sujeitos explorados, promovendo um diálogo horizontal e crítico que revela os mecanismos de exploração e busca caminhos para superá-la.

Enquanto para Antonio Gramsci (2004) a contra-hegemonia ocorre quando o Partido Operário organiza a sociedade e dissemina suas ideias para desafiar a hegemonia dominante, para Freire (1987), o processo educativo válido é aquele que leva à democratização do conhecimento e à compreensão dos fatores que sustentam a desigualdade. Através de um diálogo crítico, os educandos são incentivados a refletir sobre sua realidade, a questionar as estruturas de poder e a buscar formas de transformação social.

Dessa forma, tanto Gramsci quanto Freire enfatizam a importância da conscientização e da ação coletiva para superar as desigualdades sociais. Enquanto Gramsci se concentra na organização política da classe trabalhadora, Freire destaca o papel fundamental da educação como uma ferramenta de empoderamento e transformação social, permitindo que os indivíduos compreendam sua realidade e se tornem agentes ativos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Conforme De Souza (2018), o TTS desenvolvido nos residenciais Getúlio Vargas I e II é educativo porque:

- a) Historiciza o contexto histórico-geográfico do BGV e a sua relação dialética com a estrutura portuária;
- b) Compreende que não adianta criar teorias e formas de atuação sem considerar a dinâmica cotidiana dos moradores do bairro Getúlio Vargas;
- c) Organiza os sujeitos afetados pela expansão portuária, dando-lhes protagonismo e atuação no contexto histórico-social onde estão inseridos; e
- d) Acompanha o cotidiano dos moradores, reconhecendo o potencial transformador de suas realidades e sua busca por direitos e cidadania, sem idealizá-los como "revolucionários" nem como seres "passivos" e "ignorantes", mas como sujeitos em construção permanente.

O meio ambiente é compreendido como tudo que cerca o sujeito, incluindo o BGV e as ruas próximas à expansão portuária, locais de identidade, conflitos, ideias, sonhos, projetos, lutas e desejos individuais e coletivos. O desenvolvimento do Porto riograndino pode ser compreendido como resultado das forças do capitalismo em busca de novas oportunidades de lucro e crescimento. Conforme apontado por

Harvey (2005), os processos de transformação capitalista são caracterizados por mudanças irreversíveis que afetam tanto a paisagem física quanto as relações sociais.

No contexto específico do município de Rio Grande, a expansão portuária traz consigo uma série de transformações. Novas infraestruturas portuárias são construídas, áreas são modificadas e adaptadas para acomodar o aumento do fluxo de mercadorias e o crescimento das atividades relacionadas ao comércio internacional. Essas mudanças podem ter impactos significativos na paisagem natural, afetando o meio ambiente local, bem como nas relações sociais, como a dinâmica econômica e o emprego da população.

É importante ressaltar que a expansão do capital e suas consequências não são necessariamente positivas para todas as partes envolvidas. Enquanto o desenvolvimento do setor portuário pode trazer benefícios econômicos para determinados atores, como empresas e investidores, também pode resultar em desafios e desigualdades sociais para as comunidades locais, como o deslocamento de moradores, a perda de meios de subsistência tradicionais e a degradação ambiental.

Portanto, é fundamental considerar tanto os aspectos econômicos e de desenvolvimento quanto os impactos sociais e ambientais resultantes do processo de expansão portuária, a fim de buscar um equilíbrio entre o crescimento econômico e a sustentabilidade socioambiental.

Após a implementação do Trabalho Técnico Social¹⁰ nessa comunidade, as dificuldades decorrentes de um processo histórico baseado na exclusão social e na desigualdade de renda persistem. No entanto, observa-se que a gestão municipal anterior demonstrou sensibilidade em relação à situação da comunidade do BGV (bairro Getúlio Vargas) e tomou medidas para melhorar a condição de moradia desses residentes, entregando novas residências para eles. Assim, embora a entrega das residências seja um avanço significativo, é fundamental que as políticas e ações sejam contínuas e abrangentes, considerando os diferentes aspectos que influenciam

¹⁰ A Universidade Federal do Rio Grande, por possuir um caráter extensionista, foi convidada devido a vários projetos e convênios com o órgão público municipal a realizar um TTS cujo objetivo foi o acompanhamento do cotidiano dessas famílias, possibilitando-as construir coletivamente formas de bem viver no novo espaço, bem como a garantia de seus direitos. É importante ressaltar que o Trabalho Técnico Social (TTS) possui uma dimensão educativa, como discutido anteriormente. No entanto, sua proposta vai além da mera transmissão de conhecimentos e busca também apontar possíveis alternativas para os dilemas enfrentados pelas comunidades.

as condições de vida da comunidade e buscando soluções mais amplas e sustentáveis para promover um desenvolvimento social efetivo. De fato, em alguns casos, o Trabalho Técnico Social (TTS) pode não alcançar resultados significativos na melhoria das condições de vida das comunidades. Apesar de ter como objetivo promover mudanças positivas, diversos fatores podem contribuir para a não concretização dessas melhorias.

Existem vários desafios que podem dificultar a efetividade do TTS, tais como a falta de recursos adequados. Os conflitos decorrentes da convivência próxima entre os moradores são constantes, especialmente, considerando que antes viviam em construções horizontais.

Na comunidade dos residenciais BGV I e II, onde há predominância de mulheres, é importante analisar a questão de gênero e a perspectiva étnica, pois a maioria das mulheres é afrodescendente. Logo, as questões de classe, gênero e raça estão interligadas. Dessa forma, surge um série de questionamentos sobre o TTS:

- a) Como o Trabalho Técnico Social contribuiu para melhorar a qualidade de vida dessa comunidade?
- b) Essa comunidade compreendeu o que foi proposto no Trabalho Técnico Social?
- c) Como foi possível articular uma Educação Ambiental Crítica e Transformadora em uma realidade com adversidades como a que caracteriza a comunidade dos residenciais BGV I e II?

Apesar do tempo decorrido desde a implementação do TTS, a problemática socioambiental na comunidade se agravou. A existência das moradias não correspondeu à melhoria das condições de vida dessa população.

O Trabalho Técnico Social foi a estratégia usada para mitigar os problemas vivenciados pela comunidade do reassentamento e está em conformidade com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (BRASIL, 2001), sendo recomendado a partir de 2000 e obrigatório a partir de 2006.

O Trabalho Técnico Social é o conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e à realidade dos

grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento. As diretrizes para elaboração e implantação do TTS são definidas pelo Ministério das Cidades, cabendo à CAIXA apoiar os entes públicos na formulação dos projetos e acompanhar e atestar sua execução (BRASIL, 2011, p. 76).

Conforme instrução do Caderno de Orientação Técnico Social (COTS) da Caixa Econômica Federal (BRASIL, 2013), o TTS busca amenizar os impactos gerados pelo reassentamento dos moradores de áreas urbanas irregulares para condomínios devidamente regularizados e urbanizados, no contexto da política de Habitação de Interesse Social. Essa política é elaborada para atender às comunidades das áreas periféricas das cidades que vivem em regiões empobrecidas de serviços básicos de saneamento, enfrentando situações de vulnerabilidade socioambiental, como enchentes e alagamentos. Seu objetivo é reabilitar essas áreas para projetos industriais, implantação de infraestrutura de transporte ou produção e distribuição de energia. No entanto, é possível reconhecer que foi necessário buscar outras formas, pois a situação se deu sempre entre avanços e recuos. Os avanços foram percebidos no empoderamento da comunidade, principalmente com o surgimento de algumas lideranças comunitárias. Enquanto os recuos ou dificuldades estão relacionados ao empobrecimento ainda maior dessa comunidade nos últimos anos e à dificuldade em arcar com despesas condominiais antes inexistentes para esses moradores. Ademais, salienta-se que outra dificuldade bastante mencionada pelos moradores é a falta de apoio do legislativo municipal, das autoridades portuárias e a demora do poder judiciário em resolver conflitos decorrentes do processo de construção das moradias.

Quanto ao entendimento da comunidade sobre o Trabalho Técnico Social, é importante destacarmos que, inicialmente, a comunidade tinha dificuldade em reconhecer a natureza desse processo, pois grande parte não compreendia que os profissionais envolvidos no TTS não eram agentes da Prefeitura, mas sim profissionais ligados à FURG.

Além disso, é necessário mencionar que a relação entre a comunidade reassentada e a Prefeitura ainda é frágil, pois os moradores têm desconfiança no que tange à atuação do poder executivo municipal. Apesar das dificuldades, pode-se considerar que, do ponto de vista simbólico e subjetivo, o Trabalho Técnico Social foi, de certa forma, exitoso.

O desenvolvimento de uma Educação Ambiental Crítica e Transformadora junto a uma comunidade historicamente discriminada, como o BGV (bairro Getúlio Vargas), representa um desafio complexo e de longo prazo. No entanto, apesar das dificuldades enfrentadas, já é possível observar alguns efeitos positivos decorrentes do Trabalho Técnico Social (TTS) nessa comunidade.

Através da Educação Ambiental Crítica e Transformadora, os moradores do BGV estão sendo incentivados a refletir sobre a relação entre as condições socioambientais e suas vidas, bem como sobre as formas de enfrentar os desafios e as adversidades presentes no bairro e nos próprios condomínios. Essa abordagem educativa visa promover a conscientização dos moradores sobre a importância da preservação ambiental, da sustentabilidade e da participação ativa na busca por soluções para os problemas enfrentados.

Acredita-se que, ao longo do tempo, mais moradores poderão se empoderar e se engajar nas questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável do bairro. Esse empoderamento pode ocorrer por meio do fortalecimento da consciência coletiva, do estímulo à participação cidadã e do desenvolvimento de lideranças comunitárias.

Dessa forma, é possível que os moradores do BGV, ao se apropriarem do conhecimento e das práticas da Educação Ambiental Crítica e Transformadora, se tornem agentes de mudança em sua própria comunidade. Ao buscar soluções para os problemas decorrentes do histórico de exclusão e estigma associados ao bairro, eles podem contribuir para a melhoria das condições de vida e para a transformação social de forma mais ampla.

Assim sendo, é relevante ressaltar que esta pesquisa não busca esgotar todas as possibilidades de análise, uma vez que o tema em questão é complexo e multifacetado. No entanto, é fundamental reconhecer que a Educação Ambiental permeia todas as relações sociais, desempenhando um papel de extrema importância, especialmente nas comunidades periféricas. Logo, é preciso que haja mais estudos que articulem a Educação Ambiental Crítica e Transformadora com os dilemas e demandas comunitárias, a fim de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Outrossim, o Trabalho Técnico Social necessita ser cada vez mais utilizado como um elemento teórico-metodológico importante para alcançar tais objetivos.

6.3 O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL: SUAS POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES EM UM CONTEXTO SOCIAL DE UM BAIRRO PERIFÉRICO NA CIDADE DE RIO GRANDE

O Serviço Social e o Trabalho Técnico Social surgiram em uma situação de guerra civil, limpeza étnica e outros conflitos. Porém, no Brasil, esse processo decorreu da simbiose, onde participaram uma pequena parcela elitizada da intelectualidade brasileira, da década de 1970, especialmente aquela influenciada pelo sociólogo paulista Florestan Fernandes, que a partir de 1961 demonstrou interesse em compreender o papel dos movimentos sociais ligados à questão do campo e ao movimento sindical brasileiro da época, que buscavam melhorias nas condições de vida da população de baixa renda, visando proporcionar uma qualidade de vida superior aos mais desfavorecidos da sociedade. Entre as reivindicações, estavam acesso à moradia, reforma agrária, combate ao analfabetismo e distribuição mais equitativa da renda (MARICATO, 2000).

Na década seguinte, a década de 1980, com o fim do regime militar, de acordo com Iamamoto (2003), os cursos universitários, especialmente os da área das ciências humanas, começaram a utilizar o Trabalho Técnico Social como uma ferramenta metodológica para estudar as situações relacionadas à habitação. Cabe destacar que Gramsci (2001) e Paulo Freire (1987) influenciaram fortemente o desenvolvimento dessa ferramenta metodológica no Brasil.

Ratificando a ideia de Gramsci (2004) quanto à articulação como meio de superação, a utilização do TTS pode ser dada por meio da circulação de ideias dos grupos menos favorecidos economicamente que abre espaço para a existência dos Círculos de Cultura. Isso retoma a compreensão de Gramsci (2001) quanto à ocupação de espaços culturais e dos meios de formação de opinião para conquistar o poder. Diante disso, surge a seguinte pergunta: quais são os espaços do campo cultural preconizados pelo intelectual italiano como forma de promover mudanças sociais?

Para responder a essa pergunta, concorda-se com Loureiro (2004) que a vivência com as comunidades que enfrentam dificuldades econômicas e sociais pode auxiliar as essas pessoas a conscientizarem-se sobre sua situação social e encontrar maneiras de mitigar ou modificar essa situação.

Ademais, é importante ressaltar que qualquer processo de deslocamento

territorial ou desterritorialização que ocorra de forma abrupta tende a ser traumático para as pessoas e grupos sociais que passam por ele.

Considerando isso, foi aplicado um questionário socioeconômico (ANEXO A) para os moradores dos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II pela equipe do TTS-FURG. Esse questionário foi formulado com 40 questões e disponibilizado na plataforma *Google Forms*, sendo enviado a cada morador por meio de um *link*. Para os condôminos que não tinham acesso a aparelhos celulares e *internet*, o questionário foi aplicado presencialmente durante visitas domiciliares e nos plantões sociais realizados pelos membros do Trabalho Técnico Social PAC BGV, onde o autor desta tese atua como pedagogo/educador socioambiental.

FIGURA 1 - *Layout* do questionário na plataforma *Google Forms*.

The image shows a screenshot of a Google Form interface. At the top, the title of the form is "DADOS POR FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS RESIDENCIAL BGV I E II" with a subtitle "Programa Educadores Sociais da FURG". Below the title, there are two questions:

1. Nome do Morador (a) que está respondendo o formulário *
Short answer text
2. Reside em qual condomínio? *
 BGV I
 BGV II

The interface includes a top navigation bar with "Questions", "Responses" (with a count of 0/0), and "Settings". On the right side, there is a vertical toolbar with icons for adding, deleting, and duplicating questions, as well as a "Send" button.

Fonte: *Site* da plataforma *Google Forms*.

Após a conclusão da coleta de dados, foi realizada uma triagem para agrupar os moradores de acordo com o conjunto residencial em que vivem, com base nas respostas da questão 2 "Reside em qual condomínio?". Em seguida, as questões fechadas foram quantificadas organizadas em tabelas. Para fins dessa análise, as perguntas foram agrupadas nos seguintes eixos temáticos: Perfil sociodemográfico (questões 4, 8, 9); Programas Sociais (questões 10 a 15); Emprego e Renda (questões 16 a 19); Organização e saúde da família (questões 20 a 25); e O Condomínio: vivências e experiências de uma nova forma de morar (questões 26 a 40).

As alternativas fornecidas nas questões fechadas são as variáveis

apresentadas nas tabelas e os números representam a totalidade de respostas, tanto em termos quantitativos como percentuais. Com base nas respostas sistematizadas e categorizadas obtidas do questionário, os perfis socioeconômicos dos moradores de ambos residenciais foram delineados. Para análise e interpretação dos dados, as questões foram agrupadas por categorias, em consonância com os eixos temáticos.

Sobre o “Perfil Sociodemográfico”, cabe salientar que se caracteriza por uma análise cujos os estudos procuram captar dados e conclusões sobre uma parcela específica da sociedade, objetivando “traçar uma linha de pensamento que inclua a dinâmica e as características” de um determinado expoente da população (MARTINS, 2020). Diante disso, destaca-se que os perfis sociodemográficos são ferramentas importantes para delinear ações e políticas públicas. Para traçar o perfil sociodemográfico dos residenciais, foram utilizadas as variáveis “Gênero”, “Estado Civil” (Questão 4) e “Escolaridade” (Questão 9).

Os “Programas Sociais” consistem em ações governamentais das esferas federal, estadual e/ou municipal, que visam às melhorias da condição de vida material da população. Eles atuam nas lacunas deixadas na área social, que são causadas pelo sistema econômico e/ou quando o governo não realiza ações. Para se beneficiar dos programas sociais governamentais, como já mencionado anteriormente, o cidadão precisa fazer o Cadastro Único, que é um registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. Esse cadastro foi criado pelo Governo Federal, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras de forma gratuita. Ao se inscrever ou atualizar os dados no Cadastro Único, o cidadão se torna apto a participar de vários programas sociais. Esse tópico refere-se às questões 8, 10, 11, 12, 13,14 e 15 do questionário aplicado.

Na categoria “Emprego e Renda”, são apresentados os dados referentes ao tipo de atividade remunerada exercida pelo respondente, quem é o provedor da família, se há atividades para complementação da renda familiar e quais seriam essas atividades (Questões 16 a 19). E, na categoria “Organização e Saúde Familiar”, foram quantificados dados referentes às respostas sobre o número de pessoas que moram na residência e a composição familiar (Questões 20 e 21). Em relação à saúde, foi questionado se havia algum membro na família com alguma doença que necessitasse de medicação e tratamento específico, bem como se tinham acesso a medicações (Questões 22 a 25).

Ademais, na categoria “O Condomínio: vivências e experiências de uma nova

forma de morar”, os dados analisados e interpretados reportam-se às questões sobre o processo de mudança para ambos os residenciais, como ocorreu, se houve dificuldades e quais os problemas os respondentes enfrentaram tanto no processo de mudança quanto com as estruturas físicas dos apartamentos (Questões 26 a 29). Foi perguntado como avaliavam sua adaptação à vida e quais os principais problemas enfrentados em relação à organização do condomínio (Questões 30 e 31).

Outros pontos abordados categoria foram: (a) se estavam cientes da cobrança da taxa condominial antes de realizarem a mudança; (b) se estavam conseguindo pagar as despesas básicas (luz, água e a taxa condominial) e, se inadimplentes, quais os motivos que levaram a isso (Questões 32 a 34). Também foi questionado o que consideravam que melhorou com a mudança para o condomínio, o que precisaria melhorar no local e se essa nova forma de morar havia mudado suas vidas (Questões 35 a 37). Por fim, considerando que viver em condomínio implica em tomada de decisões coletivas, foi perguntado qual seria o melhor dia, turno e se haveria possibilidade de realizar reuniões virtuais (Questões 38, 39 e 40).

A apresentação dos dados iniciou pelo residencial Getúlio Vargas I e, posteriormente, pelo residencial Getúlio Vargas II. Cabe salientar que a organização textual dos dados não tem o intuito de fazer uma comparação entre os dois residenciais, uma vez que o BGV I é, proporcionalmente, mais populoso que o BGVII, apresentando, portanto, dados mais extensos e uma situação mais complexa.



**OS CONJUNTOS HABITACIONAIS
BGV I E BGV II: A POSSIBILIDADE
DE CONSTRUÇÃO DE UMA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE VIÉS
TRANSFORMADOR?**

7 OS CONJUNTOS HABITACIONAIS BGV I E BGV II: A POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE VIÉS TRANSFORMADOR?

7.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE VIÉS POPULAR E TRANSFORMADOR: UM ESTUDO DE CASO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS BGV I E BGV II

Os conjuntos habitacionais BGV I e BGV II, conforme exposto anteriormente, são resultados do processo de expansão portuária ocorrida na cidade de Rio Grande. Segundo Fernandes (2004), o processo de expansão urbana e as mudanças na organização do espaço citadino implicam em deslocamentos e remoção das moradias de grupos mais humildes em prol de um processo de crescimento que se apresenta como benéfico para toda a sociedade. Diante dessa situação, o educador ambiental precisa refletir sobre com o que está lidando e de que maneira esse campo do conhecimento permite entender esse fenômeno.

O Campo da Educação Ambiental reúne um conjunto de saberes e epistemologias distintas, porém, essa tese se relaciona ao estudo ambiental de viés emancipatório que une o legado teórico de Marx, Engels e Gramsci, acrescidos aos do educador pernambucano, Paulo Freire, e do principal teórico do campo da Educação Ambiental de caráter transformador, Carlos Frederico Loureiro. Feita essa ressalva, pensar a Educação Ambiental Popular e Emancipatória é reiterar que o pensamento marxista, nascido com Karl Marx e Friedrich Engels, representou um momento de abertura do campo científico no que se refere à questão da relação do homem com a natureza e da distribuição desigual dos recursos naturais.

Engels (2014) entende que a relação do ser humano com a natureza é dialética. Ao mesmo tempo em que o ser humano se utiliza do meio ambiente para satisfazer suas necessidades existenciais e pessoais, a ação humana modifica o meio ambiente e expõe as diferentes correntes de poder em voga no processo social. O ser humano, sob a ótica marxista, assume seu papel social a partir do momento em que ingressa no mundo do trabalho. Fazer parte desse universo, de acordo com Marx (1982), é reconhecer que o homem é produtor de mercadorias, mas produzi-las não significa ter o controle sobre elas. No modo capitalista, a produção de bens materiais é determinada pelo mercado e o trabalhador é alienado, ou seja, ele não possui as condições para deter esse processo, a não ser que tome consciência dessa situação e decida se associar a indivíduos que vivam a mesma situação. Em decorrência desse

processo de conscientização, surgem os sindicatos e as associações de trabalhadores, que têm como papel problematizar as desigualdades sociais e buscar mecanismos de superá-las. Para a corrente clássica marxista, os sindicatos trabalhistas, ao perceberem sua situação, buscariam identificar o sistema capitalista como um entrave para sua situação, tornando sua superação fundamental. O marxismo, em especial após a morte de Marx e Engels, percebia na revolução proletária e na tomada de poder a possibilidade de a classe operária ter melhores condições de vida.

Somente com o pensamento de Antônio Gramsci que a ideia de revolução dos trabalhadores começou a ser questionada, para se pensar na mudança do pensamento vigente e na construção de ideias que questionem o que se entende por legítimo e ilegítimo, aceitável e inaceitável. Gramsci (2004) destacou-se pelo fato de ter dado importância para o tema da educação, pois compreendia que ela era determinante para que a classe operária conseguisse adquirir força e mudar a situação histórica de espoliação a qual estava submetida no processo capitalista. O impacto da obra de Gramsci foi grande, especialmente, no continente europeu, mas, devido à morte do intelectual italiano em razão da prisão perpetrada pelo regime fascista, durante muito tempo suas ideias ficaram restritas às discussões teóricas da esquerda mundial, em vez de se tornarem atuantes nos partidos esquerdistas.

Segundo Loureiro (2004), a partir do momento em que Stálin morre e os membros do poder soviético denunciam os crimes e censura realizadas pelo regime stalinistas, abre-se caminho para ideias voltadas à conquista do domínio da opinião pública e à abolição da tomada de poder por meio de um processo revolucionário, estabelecendo alianças e uma agenda em comum que expusesse as posições dos setores mais humildes da sociedade. Na Europa, esse processo começou a se solidificar em meados da década de 1960, sendo a década posterior, os anos 70, um período em que os partidos de esquerda europeus adotaram uma atuação política mais simpática ao pluralismo político, à disputa eleitoral e à aproximação de setores que não, necessariamente, fossem egressos ao campo trabalhista. No caso brasileiro, a situação é ainda mais peculiar. Enquanto os principais países europeus viviam um processo democrático e de rediscussão de temas como a classe social, sociedade civil, poder popular e, até mesmo, a questão ambiental, que começava a se tornar um assunto de interesse social, o Brasil estava envolvido na discussão de um regime civil-militar que interrompeu, durante 21 anos, o direito da população brasileira de

eleger o presidente da república e reduziu os quadros partidários do país a dois partidos, a Arena, que apoiava o regime ditatorial, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se opunha a ele.

Paralelamente a isso, as lutas por participação popular emergiam em diferentes locais do Brasil e a tomada de consciência por parte de segmentos ligados à classe trabalhadora, em especial os sindicalizados, de que os trabalhadores unidos e com uma pauta mais ou menos coerente poderiam gerar uma mudança na sociedade.

Loureiro (2004) chama a atenção para o fato de que, entre o final das décadas de 1970 e 1980, a obra de Paulo Freire, que vivia um processo de invisibilidade no campo teórico brasileiro, voltou a ser discutida e popular. Paulo Freire, ao retornar do exílio, vinculou-se ao Partido dos Trabalhadores e desenvolveu suas reflexões teóricas com foco no oprimido e no sujeito pobre, aquele que não possui as condições de se apropriar das benesses do poder capitalista, mas que, ao tomar consciência de sua situação, poderia reverter esse processo.

De acordo com Loureiro,

'Conscientizar vira sinônimo de informar ou de no máximo ensinar o outro o que é certo; de sensibilizar para o ambiente; transmitir conhecimentos; ensinar comportamentos adequados à preservação desconsiderando as condicionantes socioeconômicas e culturais do grupo com o qual se trabalha (LOUREIRO, 2004, p. 80).

Diferentemente do pensamento marxista clássico, que via a luta de classes próxima da violência e da sublevação popular, a proposta teórica e a práxis de Paulo Freire se aproximam do legado gramsciano, pois tanto o pedagogo pernambucano quanto o filósofo italiano do início do século passado acreditavam que a transformação da sociedade dependia da modificação da mentalidade das pessoas, o que poderia ser alcançado através da educação, além disso, ambos criticavam a educação bacharelesca, que priorizava a obtenção de títulos e a criação de conceitos que aprofundavam as divisões entre as classes sociais. Em vez disso, eles defendiam um modelo de educação mais voltado para a sociedade, prático e capaz de capacitar os trabalhadores a intervir na sociedade e desenvolver a "leitura de mundo", Paulo Freire (1987) chamava.

Fernandes (2004) entende que o legado de Paulo Freire para as populações mais empobrecidas e para os estudos acadêmicos que visem estudá-las é muito

significativo, pois ele foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a se aproximar dos indivíduos mais pobres e assumir uma posição de defesa em relação a eles. No entanto, compreende-se que, no caso dos conjuntos habitacionais estudados nesta tese, a implementação de um modelo de Educação Ambiental Emancipatório enfrenta dificuldades devido à enorme desigualdade social no Brasil e na cidade de Rio Grande, à falta ou fraqueza de políticas públicas que busquem enfrentar as disparidades sociais e econômicas do país e à falta de articulação dos moradores para buscar melhorias em suas reivindicações pessoais e coletivas. Mesmo com essa evidência, Loureiro (2004) considera que o educador ambiental que decida seguir o legado de Paulo Freire e acreditar na possibilidade de transformação social precisa ter esperança de que o processo histórico não é fixo, mas sim construído aos poucos, com avanços, recuos, possibilidades, projetos em disputas e questões que, inicialmente, podem parecer insignificantes para o pesquisador.

Além disso, deve-se pontuar que o ordenamento jurídico brasileiro entende que os conjuntos habitacionais se enquadram na categoria de condomínios. De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), o direito à propriedade é assegurado e um grupo de pessoas pode se reunir e constituir residências. Embora o direito de associação seja garantido pela Carta Magna brasileira, ninguém é obrigado a manter uma relação de conjunto habitacional ou condominial, podendo rejeitar ou desistir desse formato a qualquer momento.

Corroborando esse entendimento, ressalta-se que o artigo 1.320 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, define a relação condominial como sendo divisa ou indivisa, ou seja, passível de divisão ou não passível de ser dividida (BRASIL, 2002). No caso dos conjuntos habitacionais, que foram criados pelo poder público, eles se enquadram na categoria de indivisos, pois a existência de uma moradia depende da outra, considerando-se, dessa forma, uma moradia de viés popular. Maricato (2000) admite que, apesar da Constituição Brasileira ter garantido o direito à propriedade e sua função social, ela não problematizou a questão da posse do solo nem combateu o processo de especulação imobiliária, que é responsável pela valorização de algumas zonas da cidade e desperta interesse do capital estrangeiro, enquanto outras não.

Loureiro (2004) também entende que a questão da posse do solo e a compreensão do ato de morar e de habitar precisam ser refletidas e problematizadas pelo educador ambiental que se vincula a uma educação de viés crítico e

emancipatório. Portanto, estar presente na dinâmica das comunidades e acompanhar o seu cotidiano é fundamental para que se realize uma pesquisa científica séria e eficaz.

Segundo Sato (1999), o modelo emancipatório não pode ser datado. Ao optar por estudar uma comunidade, é preciso inserir-se nela e mapear as mudanças e transformações pelas quais ela vem passando ao longo do tempo, para compreender os avanços e as dificuldades enfrentadas.

Ademais, salienta-se que Carvalho (2004) admite que a pedagogia de projeto é um meio bastante adequado para a formação da ideia de sujeito ecológico, que compreende o meio ambiente e busca estabelecer uma relação mais sustentável com ele, evitando a reprodução do modelo da desigualdade social, pobreza e miséria, três mazelas fortemente presentes no bairro Getúlio Vargas.

Na sequência, analisar-se-á como as populações desses conjuntos habitacionais se organizam e se há a presença do Círculo de Cultura, entendido por Paulo Freire como o embrião de um modelo societário emancipatório.

7.2 CÍRCULOS DE CULTURA: A POSSIBILIDADE DA CRIAÇÃO DE UMA FEIRA EMPREENDEDORA COMO UM CAMINHO DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Praticamente seis anos após a construção dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II, as populações reassentadas nesses locais enfrentam a necessidade de aprenderem a gerir seu cotidiano e buscar condições para desenvolver projetos de geração de renda. Loureiro (2004) destaca que o educador ambiental precisa estar conectado com as necessidades das comunidades que estuda, buscando entender e interagir com as demandas dessas comunidades criadas ou politicamente escolhidas por elas. Durante esse período decorrido, pôde-se verificar as mudanças na forma como eles se estruturaram nos conjuntos habitacionais. Enquanto o residencial BGV I enfrenta dificuldades em relação à adesão da comunidade a projetos de geração de renda e capacitação na mão de obra, o BGV II, através do TTS, tem buscando fomentar junto aos moradores ferramentas para divulgar o trabalho artesanal e autônomo realizado pelas mulheres de ambos os residenciais. Em outubro de 2022, foi realizada, de forma coletiva, a “1ª Feira das Mulheres Empreendedoras dos Residenciais Getúlio Vargas I e II”, na qual um pequeno grupo de mulheres moradoras tiveram a possibilidade de mostrar suas habilidades e divulgar seus produtos para os

moradores dos referidos conjuntos habitacionais e dos arredores.

Freire (1996) defendia a importância dos Círculos de Cultura no contato do educador popular com as comunidades periféricas. Embora salientasse que o formato mais comum era uma reunião entre educadores sociais, líderes comunitários e moradores, Freire (1996) não tinha a intenção de criar um modelo de círculo de cultura ortodoxo, permitindo que cada educador e comunidade escolhessem suas demandas e o formato de organização mais adequado.

No caso dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II, as questões dos projetos de geração de renda e a falta de um emprego formal, incluindo casos de subemprego, surgem como as principais demandas, especialmente no BGV I. Como forma de minimizar esse problema, surgiu a ideia de criar uma feira de empreendedoras, resultado dos encontros com os grupos de moradoras e da necessidade de melhorar as condições de trabalho informal nos residenciais, principalmente para as mulheres, que são um contingente populacional expressivo na comunidade. Ao considerar a questão das mulheres, a pesquisa abre espaço para discutir o feminismo e meio ambiente. Embora esta tese não analise, diretamente, o feminismo e essa teoria não seja sua fundamentação, é relevante abordar a presença feminina nesse contexto e entendê-la dentro dos desafios socioambientais enfrentados pela comunidade estudada. Nesse sentido, a historiadora feminista Joan Scott (2011) sempre buscou compreender a razão por trás da emergência do feminino como categoria de reivindicação e de estudo histórico. Para Scott, a postura das mulheres pode ser compreendida como:

Utilizo o termo “ movimento” deliberadamente para distinguir o fenômeno atual dos esforços anteriormente disseminados por alguns indivíduos para escrever no passado sobre as mulheres, para sugerir algo da qualidade dinâmica envolvida nos intercâmbios no nível nacional e nos interdisciplinares pelos historiadores das mulheres, e ainda, para evocar associações com a política (SCOTT, 2011, p. 66).

Se Joan Scott (2011) reconhece o movimento que coloca as mulheres em destaque como categoria de estudo analítico e científico, ela compreende o processo das mulheres buscando reivindicar os seus direitos e obter maior visibilidade social como um processo contínuo de negociação com o modelo hegemônico, no qual a presença masculina e as desigualdades entre homens e mulheres tendem a favorecer os primeiros. Para Scott (2011), o movimento feminista ganha relevância a partir do momento que muitas mulheres passam a exigir igualdade de direitos em relação aos

homens, principalmente com o processo de desenvolvimento industrial iniciados na Inglaterra e, gradativamente, espalhado para outros países do continente europeu, tendo chegado, posteriormente, nos Estados Unidos e, entre o fim do século XIX e o início do século XX, ao Brasil.

A segunda fase do movimento feminista ocorre com a publicação da obra “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, em 1949. Nesse livro polêmico, Beauvoir (1980) defendia o direito das mulheres de escolherem o que queriam ser, indo de encontro ao papel, muitas vezes, atribuído socialmente a elas, como se casarem com um homem, terem filhos e serem donas de casa. Para Scott (2011), o impacto das reflexões teóricas de Simone de Beauvoir e sua militância política levaram o movimento feminista para a sua terceira fase, com temáticas híbridas e complexas.

Na terceira fase do movimento feminista, houve um processo de reflexão sobre as duas fases anteriores e a incorporação de outros grupos e categorias que não eram considerados nos estudos feministas, como etnias indígenas e negras, pessoas homossexuais, bissexuais e transexuais e as trabalhadoras operárias presentes não apenas nos países ricos do capitalismo, mas, principalmente, nas nações periféricas do capitalismo ocidental e, em alguns casos, oriental.

Nesse sentido, entende-se que é possível incluir as mulheres moradoras dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II nessa categoria, uma vez que a maioria delas são mulheres negras e afrodescendentes que buscam adquirir um papel não passivo socialmente e atuar nas áreas em que possuem habilidades, como serviços domésticos, culinária, bordado, costura, venda cosméticos, roupas e calçados porta a porta, além de outras atividades de importância social.

Wallerstein (2001) chama a atenção para o fato de que o sistema capitalista e os estudos sociológicos que o abordam precisam levar em consideração que, mesmo havendo grupos críticos ao capitalismo ou vivendo à margem dele, como é o caso dos moradores estudados nesta tese, as próprias demandas do sistema capitalista abarcam as necessidades desses moradores e, por diversas vezes, abrem espaços para que possam se inserir, mesmo que de maneira subalterno ao sistema. Para o sociólogo estadunidense, Wallerstein (2001), isso explica o fato de diversos negros, mestiços e moradores rurais decidirem se mudar para áreas urbanas e acabarem assumindo certas profissões e funções sociais que, por vezes, são diferentes e, até mesmo, incompatíveis com aquelas às quais foram culturalmente ensinados. Por outro lado, o próprio modelo social em que esses grupos foram, historicamente,

inseridos podem servir como base para que possam escolher as profissões nas quais desejam atuar.

Diante disso, surge a grande problemática: a feira de empreendedorismo é o tipo correto de emancipação social para esses moradores, incluindo as mulheres que fazem parte desses dois conjuntos habitacionais? Essa questão será respondida a seguir.

7.3 EMANCIPAÇÃO DE COMUNIDADES PERIFÉRICAS: O CASO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS BGV I E BGV II

Para que se analise o impacto o porto de Rio Grande sobre os cidadãos, é preciso retomar a contribuição teórica marxiana deixada por Karl Marx e por Friedrich Engels, que se debruçaram sobre a questão do modo de produção no sistema capitalista e seu impacto na forma de organização social. Segundo Nestor Kohan (2016), em seu famoso livro “Dicionário Básico de Categorias Marxistas”, o pensamento de Marx e de Engels é deveras complexo e multifacetado, exigindo do pensador o uso desses conceitos para compreender e problematizar a situação.

Kohan (2015) destaca duas categorias básicas para analisar o pensamento de viés marxista: acumulação e modo de produção. Enquanto a acumulação está relacionada à capacidade de adquirir capital e, por meio dele, aumentar o existente, permitindo que as classes dominantes tenham poder e controle sobre a produção de mercadorias, o modo de produção está ligado à forma como a mercadoria é produzida e ao motivo por trás dessa produção. Portanto, Kohan (2016) entende que o modo de produção é a categoria mais historicizável do pensamento marxiano, uma vez que não pode ser compreendido sem considerar as contradições e determinações históricas de cada sociedade e das forças políticas existentes.

No caso de Rio Grande, ratifica-se que o modo de produção dominante é o portuário, com os donos das grandes agências marítimas e o complexo portuário exercendo o controle nesse sistema. Além disso, o Estado atua como instância política na mediação dos conflitos entre as classes capitalistas e trabalhadoras. É importante mencionar que, conforme Konder (2015), o capitalismo não é um sistema fechado em si, ele é histórico e, embora possua características universais, também apresenta determinantes particulares de cada época, lugar e forma de articulação dos grupos sociais em relação ao modelo social vigente.

Os moradores do BGV I e BGV II, evidentemente, fazem parte da classe operária, pois não são proprietários das agências portuárias e não possuem posição de comando no sistema estatal para controlar a acumulação e exploração capitalista. No entanto, isso não impede que essas pessoas possam influenciar, de alguma forma, o processo histórico de expansão portuária e que suas demandas estejam inseridas e presentes no sistema capitalista.

Wallerstein (2001) ressalta que a capacidade mais notável do capitalismo é se adaptar às demandas sociais e incorporar elementos críticos, permitindo que grupos marginalizados no processo de acumulação da riqueza se integrem e, até mesmo, gerem mais excedentes, levando, inevitavelmente, a uma maior produção de mercadorias e fortalecimento do próprio sistema capitalista.

Desse modo, os moradores dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II, que outrora assumiam uma posição periférica em relação ao sistema capitalista, passam a ser vistos como consumidores e criadores de riqueza, potencializando o capital.

Ao serem percebidos como possíveis consumidores de produtos do sistema capitalista e são capazes de criar mercadorias que possuem valor de uso. No entanto, a situação de periferização no sistema capitalista dos moradores desses conjuntos habitacionais permanece, pois essas pessoas continuam ocupando uma posição subalterna em relação aos grupos portuários e ricos da cidade de Rio Grande. Antes que esses moradores sejam reconhecidos pela sociedade em geral e por eles mesmos como um grupo social gerador de renda e mercadorias, existem desafios, medos, inseguranças e entraves a serem superados.

Nesse contexto, cabe a Loureiro (2004) compreender que, em um país situado em um cenário paradoxal do capitalismo como o Brasil, o educador ambiental precisa compreender a realidade das comunidades que estuda, mas não pode deixar de lado a visão crítica dessa sociedade e dos seus dilemas.

A seguir, será discutida a relação entre o legado de viés marxiano, baseado nos escritos de Karl Marx, Friedrich Engels e Antônio Gramsci, e as teorias de Paulo Freire e Carlos Frederico Loureiro.

7.4 O LEGADO TEÓRICO DE VIÉS MARXISTA: O ENTRECRUZAMENTO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA.

Como mencionado anteriormente, o legado marxista desempenhou um papel extremamente importante na história do pensamento ocidental, pois conseguiu modificar o modelo de estrutura do pensamento cognitivo. Konder (2015) menciona que Karl Marx foi um intelectual visionário que percebeu as mudanças que a revolução industrial geraria na sociedade. Sua originalidade reside na compreensão de que o sistema capitalista se caracteriza pela divisão da sociedade em: burguesia, detentora dos meios de produção; e proletariado, composto pelos trabalhadores que vendem a sua força de trabalho em troca de salário. Para Konder (2015), Marx percebeu que esses dois polos viviam em um contexto de conflito, que poderia variar em intensidade, mas era sempre presente. Outro aspecto que Marx (2000) conseguiu identificar foi que o capitalismo era um sistema que necessitava de expansão e que, em determinados períodos, para o seu processo de expansão, era necessário conquistar territórios e desalojar populações.

Gramsci (2001), que reinterpretou a obra de Marx, admitia que não se poderia entender a dinâmica do sistema capitalista sem levar em consideração sua forma de funcionamento e as ideias em que ele está ancorado. Desse modo, Gramsci (2001) entendia que a classe operária só poderia reverter sua situação de miséria e falta de poder se conseguisse, paulatinamente, tornar suas ideias e anseios socialmente conhecidos e reconhecidos por diferentes elementos da sociedade. De acordo com Gramsci (2001), a “revolução passiva” consistiria na disseminação de ideias por toda a sociedade, na mobilização e criação de movimentos sociais, bem como no estabelecimento de pautas e agendas em todos os setores sociais. Embora Gramsci (2001) enxergasse o socialismo como um caminho de superação do capitalismo, ele acreditava que ocorreria gradualmente, não por meio de uma revolução armada, como proposta por Marx e Engels. Ele reconhecia que não havia determinismo histórico e as lutas das classes populares se dariam no dia a dia, com avanços e recuos simultâneos.

Loureiro (2018) concebe que, enquanto a União Soviética existia, mesmo que em seus últimos anos, principalmente como um símbolo de oposição ao capitalismo e, especialmente, ao modelo norte-americano, havia esperança de que os escritos de Marx, Engels e a releitura feita pelo filósofo italiano, Gramsci, pudessem ser

efetivamos. Todavia, o desmantelamento desse bloco, que incluía várias nações, e com o avanço do capitalismo como ideia e sistema em diferentes partes do mundo, incluindo a China, os movimentos de contestação do capitalismo sofreram um duro golpe.

Para Loureiro (2018), a Educação Ambiental representa hoje um campo fértil para o questionar o sistema capitalistas e as ferramentas que o caracterizam. O capitalismo, que se caracteriza pela maximização dos lucros e pela minimização de ganhos, pela expansão territorial e pela alienação da força de trabalho, subjugando operários à ideologia capitalista burguesia, começa a ser questionado pela ideia de Educação Ambiental que busca um modelo de sustentabilidade, em que a produção material deve ser o menos prejudicial possível ao meio ambiente. Loureiro (2004) salienta também que, ao se utilizar o conceito de Educação Ambiental, o senso comum tende a entender que qualquer modelo de educação que busque preservar o meio ambiente e ser menos agressivo a ele está visando superar o capitalismo. Apesar disso, esse intelectual chama a atenção para o equívoco desse pensamento, pois existem diferentes tipos de Educação Ambiental, incluindo aquelas de viés mecanicista, fomentada, até mesmo, pelo próprio capitalismo.

Uma Educação Ambiental que tenha uma abordagem crítica ao capitalismo tende a assumir um caráter popular e emancipatório. Esse tipo de educação, segundo Loureiro (2004), deve defender a atuação do povo, a superação das desigualdades sociais, valorizar os saberes locais e populares, sem limitar-se ao conhecimento acadêmico e científico, e deve estar enraizada na realidade das comunidades periféricas, percebendo suas dificuldades, aspirações, avanços e retrocessos.

Um dado interessante a ser observado é que o Brasil, mesmo situado na periferia do capitalismo mundial, possui uma tradição de Educação Ambiental com viés emancipatório e popular, realizada por Paulo Freire que jamais se preocupou em ser um educador ambiental teoricamente, mas o era na prática.

Considerando isso, cabe contextualizar que ¹¹Paulo Freire era formado em Pedagogia e Direito, mas optou por seguir a carreira de pedagogo, buscando modificar o padrão de ensino burguês, no qual o conhecimento é transmitido de forma crítica aos estudantes, e os professores e agentes do ensino desempenham um papel limitado à transmissão de conteúdos e ao cumprimento das burocracias educacionais,

¹¹ Fonte: https://www.ebiografia.com/paulo_freire/

sem levar em consideração o aspecto humanístico inerente ao ato de educar.

No final da década de 1950, mas, principalmente, durante a década de 1960, Paulo Freire (1987) estabeleceu um modelo de educação popular na região pobre do Nordeste, no povoado de Angicos, no interior de Pernambuco, que modificou a agenda pedagógica e os estudos voltados à ideia de educação, inclusive ambiental. Freire (1987) reunia um grupo de trabalhadores pobres, tanto do meio rural quanto do urbano, que desejavam se alfabetizar. Cabe ressaltar que, conforme Vieira Pinto (1959), já existiam programas populares de alfabetização no Brasil, bem como tentativas anteriores. Porém, o ineditismo de Freire era abordar a alfabetização com uma nova forma de leitura de mundo. Não era suficiente que o indivíduo apenas soubesse ler, era necessário compreender o ambiente ao seu redor e as forças em voga. É interessante observar que o contexto histórico em que Paulo Freire desenvolveu essa reflexão foi durante o governo de João Goulart, um político de origem getulista, que buscava uma abordagem popular no poder e implantar reformas sociais. Isso fez com que o projeto de Paulo Freire fosse bem recebido pelo governo federal da época, assim como pelos movimentos de esquerda no Brasil e ao redor do mundo, que reconheceram a atuação do pedagogo pernambucano como algo inovador na época.

Os conceitos freirianos tem íntima relação com a ideia de educação popular de viés emancipatório e isso será abordado a seguir.

7.5 OS CONCEITOS FREIRIANOS E A RELAÇÃO COM A IDEIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE VIÉS TRANSFORMADOR

A Educação Ambiental passou por grandes transformações no Brasil nos últimos anos como campo do conhecimento científico. Inicialmente, seu foco era apenas preservacionista, visando preservar o meio ambiente e impedir a ação humana danosa à natureza. No entanto, após a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente, conhecida como Eco-92, no Rio de Janeiro, o Brasil assumiu um papel importante na discussão da relação entre o homem e o meio ambiente, e, nesse contexto, as ideias de Paulo Freire ganharam relevância. Segundo Marcotti (2012), Paulo Freire foi o pedagogo brasileiro mais importante do século passado, pois seu modelo de estudo teórico-metodológico transcendeu o campo da pedagogia escolar. Para esse autor, Freire percebeu que a

relação entre educando e educador, embora interligada, vivencia situações distintas. Enquanto o educando deseja aprender e construir seus próprios desejos e projetos de vida, ele se sente oprimido pelo educador, detentor do conhecimento e com superioridade hierárquica, o que impede a configuração de um modelo educacional mais humanizado (FREIRE, 1987; MARCOTTI, 2012)..

Freire (1987) descreve o modelo educacional como altamente centralizado e autoritário, com pouco espaço para a inovação e a autonomia. Portanto, para garantir a autonomia, é necessário adotar uma nova forma de enxergar e interpretar a realidade. Essa nova forma de interpretação deve, de acordo com Freire (1987), remodelar a compreensão e a estrutura da educação, enfatizando que quem ensina também aprende e quem aprende também ensina. Essa realidade intrínseca ao processo educacional, segundo Freire (1987), torna-se ainda mais necessárias em escolas localizadas em comunidades periféricas, devido ao tratamento desigual que os menos favorecidos recebem no sistema social brasileiro no que tange ao acesso aos bens públicos e à participação política.

Roberto DaMatta (1997) caracteriza a sociedade brasileira como fortemente hierarquizada, exceto no Carnaval, em que há certa flexibilidade nas regras sociais, possibilitando que os pobres se vistam como pessoas ou personalidades ricas, amenizando, temporariamente, a clivagem social que separa os setores mais ricos dos mais pobres. Para esse antropólogo carioca, nos demais períodos do ano, prevalecem o mandonismo e o clientelismo, características de uma sociedade pouco democrática como a brasileira.

É fundamental compreender também que, segundo Lefebvre (1999), o método de abordagem pedagógico freiriano baseia-se em fragmentos. Paulo Freire (1987) considerava diferentes aspectos da realidade das comunidades que estudava, como seus aspirações, dramas, necessidades e percepções, para reuni-los em um modelo totalizante. Ao fazer isso, a intervenção pedagógica poderia ocorrer através de um processo contínuo de diálogo entre os educandos. Lefebvre (1999) concorda que a dialética, um conceito comum na filosofia que envolve argumentos contrários que se confrontam para gerar um novo pensamento, está presente no modelo pedagógico de Freire. Portanto, o debate e o diálogo são indissociáveis do ato de educar.

Outro estudioso da obra de Paulo Freire, o teólogo e pedagogo ligado à Teologia das Libertação, Frei Betto (2007), reconhece que a educação popular de Freire vai além do modelo tradicional de organização escolar, no qual o professor

ensina, o aluno aprende e há aplicação de provas e testes classificatórios para avaliar o o aprendizado. Para Frei Betto (2007), Freire abre a perspectiva de como a cultura escolar e o conhecimento reconhecido como oficial se relacionam com o conhecimento popular. Enquanto o primeiro está ligado à escola, aos cursos técnicos e ao ensino superior, o segundo corresponde à forma como as comunidades periféricas entendem o mundo. Crenças populares, mitos culturais, aspectos da religiosidade popular, elementos do folclore e formas de relacionamento respeitadas com o ecossistema são considerados na forma de ensinar. Ademais, ressalta-se que Freire comprovou, através de seu modelo pedagógico, que não existe uma única cultura, mas sim múltiplos costumes, cada uma com sua forma de entender a realidade e, para a democratização social e a educação popular, elas não podem ser ignoradas (BETTO, 2007).

É interessante observar que Freire não menciona o conceito de Educação Ambiental em suas principais obras, como “Pedagogia do Oprimido” (1987), a “Pedagogia da Esperança” (1997) e a “Pedagogia da Autonomia” (1996). De acordo com Lefebvre (1996), as décadas de 1980 e 1990 foram, especialmente, produtivas para a pedagogia freiriana, pois, após o retorno do exílio em Guiné-Bissau, país africano de língua portuguesa, Freire pôde repensar como estabelecer a educação popular em uma sociedade de massa como a brasileira, repleta de clivagens sociais e certa mobilidade social. Para Freire (1987), é necessário valorizar o conhecimento popular, permitindo que os educandos expressem suas opiniões, pensamentos sobre a realidade, a natureza e sua compreensão do mundo ao seu redor.

Segundo Betto (2007), a pedagogia de Freire, ao final de sua vida, permite que o sujeito não apenas entenda que a uva vem da parreira, mas também compreenda as relações sociais subjacentes a esse processo, reconhecendo quais grupos se beneficiam desse trabalho, quem o financiam e quem, apesar de produzi-lo, não possui condições de desfrutar dessa situação. O método pedagógico de Paulo Freire possibilita a alfabetização e o letramento social, ou seja, a compreensão de como a sociedade é estruturada e como os saberes populares dos alunos podem ser problematizados e incorporados às formas como as relações sociais são estabelecidas. Desse modo, as culturas dialogam e se interpenetram, em outras palavras, o que se aprende na escola reflete na forma como se pensa a sociedade, mas, ao mesmo tempo, o legado cultural do educando e do próprio professor é refletido na escola, permitindo um novo olhar sobre a vida, o meio ambiente e a ideia

de uma educação popular feita com e para a população.

Com essa reflexão, é necessário abordar as condições de vida atuais dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II e a possibilidade de uma Educação Ambiental popular com foco no viés apresentado nesta tese.

7.6 AS CONDIÇÕES DE VIDA ATUAIS DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS BGV I E BGV II: A DIFÍCIL E COMPLEXA ARTE DE CONVIVER E DE CONSTRUIR UM MODELO SOCIETÁRIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA

Considerando o impacto que o processo de expansão portuária acarreta aos territórios próximos ou correspondentes ao BGV, destaca-se que, segundo Cipriano e Machado (2013), ao longo de algumas décadas, o bairro foi alvo de remoção de moradias e deslocamento de pessoas. Nas décadas de 1950 e 1970, essas remoções aconteceram devido ao crescimento expressivo dessa localidade e ao desejo de modernizar a cidade de Rio Grande, realizando um processo de higienização social que expulsava pessoas pobres e consideradas indesejáveis para locais distantes do centro e do poder público.

Essa situação remonta a uma discussão presente nos estudos de inspiração marxista sobre o lumpemproletariado, termo criado por Marx e Engels e que passou por revisões e polêmicas ao longo do tempo. Segundo Marx (2000), a ideia de lumpemproletariado refere-se aos trabalhadores miseráveis, sem condições de sobrevivência, que dependem do Estado ou estão disponíveis como mão de obra excedente, caracterizando o chamado “exército de reserva” na teoria marxista. Marx (2000) centra a sua análise na burguesia, a classe detentora dos meios de produção, e na classe operária, que vende sua força de trabalho em troca de salário. No caso dos conjuntos habitacionais BGV I e BGV II, esses dois elementos estão presentes: operários sindicalizados ou não e trabalhadores pobres ou não assalariados.

Diante dessa realidade, o pesquisador precisa pensar no papel do lumpemproletariado e como a existência desse segmento afeta a desigualdade social.

Um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma reparação particular pequeno mal que lhe é feito, mas não é um mal particular, mas sim o mal em geral (MARX, 2000, p. 10).

Conforme a citação de Marx acima, a ideia de lumpemproletariado não pode estar dissociada da ideia de proletariado, pois a existência de pessoas trabalhando implica na presença daqueles que não trabalham e há uma ligação entre essas duas realidades para que aqueles que têm um emprego possam se empregar e vice-versa. Após o impulso gerado pela revolução industrial e pelo crescimento da classe trabalhadora, na Europa e nos Estados Unidos inicialmente e, posteriormente, em outros continentes, como Ásia, África e América Latina, as tensões entre as classes trabalhadora e empresarial se agravaram devido às condições de trabalho precárias. Havia casos de crianças, mulheres, idosos e pessoas com deficiência exercendo atividades laborais sem segurança e proteção legal.

Conforme Paoli (1973), era comum no cotidiano das grandes cidades industriais, do final do século XIX até meados do século XX, a existência de complexos industriais cercados por pessoas pobres e desempregados, alguns deles envolvidos em atividades ilícitas para garantir sua sobrevivência. Gand *apud* Kowarick (1994) argumenta que os sociólogos norte-americanos do início do século XX passaram a utilizar o termo “*underclass*” para se referir àqueles que não estavam empregados e não pertenciam à *middle class*, considerando essas pessoas como parte de uma subclasse operária, que se tornaria proletariado quando houvesse oportunidades de emprego.

Guy Standing é um exemplo de um sociólogo contemporâneo que estudou o lumpreproletariado, porém, diferentemente da corrente clássica, influenciada por Marx e Engels, ele adota a perspectiva teórica do precariado, termo que segundo Standing (2015), abrange todos os trabalhadores que, após o processo de flexibilização da economia, perderam a estabilidade no emprego ou possuem mão de obra pouco especializada, sendo alvo de crises econômicas frequentes. Evidentemente, em um mercado volátil como o atual, essa interpretação é bastante acurada e ajuda a explicar a situação analisada, embora esteja mais vinculada à Europa e aos Estados Unidos, e possa se distanciar um pouco da realidade da América Latina.

Wallerstein (2001) ressalta que o capitalismo precisa ser entendido como um sistema histórico, assumindo características diferentes em cada país e continente onde se desenvolve. Nas nações europeias, e norte-americanas as mudanças econômicas afetam, primeiramente, essas localidades antes de se manifestarem em outros lugares. No caso latino-americano, a própria história do BGV comprova isso,

as disputas entre capital e trabalho são constantes. Destaca-se que, até a década de 1930, no Brasil, a questão social era tratada como um caso de polícia e muitas greves foram reprimidas com o uso da força policial para evitar levantes populares.

Cipriano e Machado (2013) destacam que, com a consolidação do município de Rio Grande como espaço urbano, o porto desempenhou um papel fundamental como principal modo de produção da região. Portanto, a expansão desse modo de produção influencia todos os negócios e questões comerciais, impactando a vida da comunidade. O BGV, por estar próximo do porto e ser propício à expansão da estrutura portuária, é impactado toda vez que isso acontece. Na tentativa de minorar essa situação, a Prefeitura do Rio Grande, na época da gestão do ex-prefeito Alexandre Lindemeyer, do Partido dos Trabalhadores, buscou retomar a construção dos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II, que havia sido paralisada há alguns anos por um governo anterior. Com a retomada e conclusão das obras, foi possível remover as pessoas da área ocupada e liberá-la para o processo de expansão portuária. Todavia, essa iniciativa de reconhecimento dos direitos de cidadania dos moradores dessas localidades enfrentou dificuldades, tanto pela adaptação à nova forma de moradia quanto pela pandemia de COVID-19, que afetou a organização de diversos locais, incluindo os conjuntos habitacionais mencionados.

Para contextualizar essa situação, é necessário considerar a pandemia de COVID-19, que surgiu no Brasil a partir da segunda quinzena de março de 2020 e se espalhou pelo país em seguida.

Diante disso, este trabalho visa analisar como o assistente social pode prestar um serviço social relevante em um período sensível como o atual, no uma pandemia, além dos problemas de saúde, gerou questões relacionadas ao empobrecimento de vários setores da sociedade.

No Brasil, pensar na questão social e no papel da assistência social é uma das tarefas que mais mobiliza a sociedade. Em um país com um histórico de dívida social em relação aos mais pobres, garantir o direito à saúde foi um dos maiores avanços sociais após 21 anos de regime civil-militar. Esse processo de reestruturação no país é representado, principalmente, pela CF. Nesse código jurídico, em especial em seu artigo 5º está expresso que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (BRASIL, 1988).

O artigo 5º consagra o princípio da isonomia, estabelecendo a igualdade de todos os cidadãos perante a lei. Ao garantir esse direito, o Constituinte e o Estado reconhecem a saúde como um direito do cidadão, que não pode ser negligenciado em nenhuma hipótese. Ademais, no artigo 6º da Carta Magna, estão expostos os direitos sociais assegurados, como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Martins (2003) compreende que o modelo pré-hospitalar brasileiro decorre das mudanças sociais no Brasil nos últimos anos. Embora a legislação brasileira entenda os direitos sociais mencionados no parágrafo anterior, o modelo predominante no Brasil para o atendimento pré-hospitalar é inspirado no modelo norte-americano adotado pelos Corpos Militares, com adaptações de algumas características do modelo francês.

Inspirado na dignidade da vida humana e no direito à saúde, garantidos constitucionalmente a partir de 1988, surgiram experiências de atendimento a vítimas de violência e enfermidades em diversas regiões do Brasil, abordando a inclusão de pessoas com deficiência, indivíduos pobres e em situações de vulnerabilidade social, como aqueles que fazem parte do lumpreproletariado ou do precariado.

Carvalho (2011) salienta que a sociedade brasileira, ao promulgar a Constituição de 1988, buscou garantir a todos os direitos básicos de cidadania e rejeitar qualquer forma de discriminação, tanto como política pública quanto como prática social. Reconhecer esses direitos foi um processo de amadurecimento e reconhecimento do Brasil como sociedade comprometida o seu aprimoramento. Nesse caso, os assistentes sociais e profissionais das demais áreas das ciências humanas desempenham um papel fundamental.

A questão da pandemia no Brasil passou por três momentos diferentes. Inicialmente, houve a disseminação a partir da segunda quinzena de março, quando foram implementadas medidas de controle da circulação social para conter a propagação.. Nesse período, não havia vacina disponível contra a doença, portanto dificultar a circulação foi a medida, oficialmente, adotada para contê-la. O segundo momento ocorreu no final de 2020, quando os casos de COVID-19 diminuíram e houve flexibilização das medidas de circulação, resultando no aumento dos casos,

caracterizando a segunda onda da pandemia. Paralelo a isso, no primeiro semestre de 2021, as primeiras vacinas, como a Coronavac, AstraZeneca, Pfizer e outras, chegaram ao Brasil. O terceiro momento corresponde ao período em que a maioria da população brasileira decide se vacinar e, com isso, os casos de COVID-19 diminuem, representando o abrandamento e, posteriormente, o fim da pandemia, embora o vírus continue circulando.

No caso do bairro estudado nessa tese, esse período representou o aumento da pobreza para uma população que já ocupa uma posição subalterna em relação ao capitalismo hegemônico.

Segundo Wallerstein (2001), a acumulação de capital é a razão *d'être* do capitalismo, ou seja, sua razão de existência. Ele argumenta que a transformação envolvida no processo de acumulação de capital é histórica e, no caso de Rio Grande, ela é determinada pela presença do porto e do complexo a ele.

A ocupação de territórios próximos à estrutura portuária favoreceu a busca de formas sofisticadas de acumulação de capital. Loureiro (2018) reconhece que não se pode estudar nenhuma localidade sem se levar em consideração fatores externos e internos que envolvem a comunidade. No caso do BGV, os elementos externos incluem a pandemia e o papel do capitalismo portuário, enquanto os fatores internos estão relacionados à condição de subproletariado ou proletariado da maioria dos trabalhadores.

No questionário socioeconômico realizado nos dois conjuntos habitacionais em 2022, alguns dados importantes foram revelados:

- O residencial Getúlio Vargas I possui 220 unidades, enquanto o BGV II possui 70 unidades;
- A pesquisa foi dividida em duas fases distintas. A primeira foi a pesquisa etnográfica, na qual a equipe de pesquisadores foi a campo estudar o modo de vida da população, compreender como as pessoas se organizam, pensam e percebem a realidade ao seu redor. A segunda etapa correspondeu à análise das informações existentes na bibliografia e em referências relacionadas ao tema da Educação Ambiental, capitalismo e fatores referentes à questão da organização social e ao modo de vida das periferias urbanas; e
- A equipe de pesquisa era composta por pedagogos, assistente social e educador ambiental, cada um contribuindo com sua visão de mundo para auxiliar no entendimento do tema estudado.

Além dessas observações iniciais, outros dados se mostraram importantes:

- No BGV I, 75% dos habitantes são mulheres, enquanto no BGV II, 86% são mulheres;
- Em termos de empregabilidade, é preocupante e reveladora a situação de pobreza vivida por essa comunidade, em que apenas 27% dos moradores têm emprego formal, com CTPS assinada, enquanto 37% possuem algum trabalho remunerado, sendo a maioria comporta por lumpemproletários;
- Os problemas relacionados à limpeza e à convivência entre os moradores, conforme proposto por Martins (2011), distinguem os habitantes daqueles que simplesmente habitam os conjuntos residenciais, estabelecendo uma relação de pertencimento com o local, envolvendo elementos simbólicos e relações de sociabilidade decorrentes dessa convivência; e
- Em relação aos níveis de escolaridade, a pobreza nesses dois conjuntos habitacionais se manifesta novamente, com um número baixo de pessoas com ensino superior completo, correspondendo a 6% dos moradores, enquanto 49% têm o ensino fundamental completo e o restante possui o ensino médio completo.

Na tentativa amenizar parte dessa situação, foi instituído um programa de Educação Ambiental de viés emancipatório de curta duração, que ocorreu de janeiro a março de 2023. A equipe responsável pelo programa era composta por cinco profissionais, incluindo o autor desta tese, três pedagogos, uma assistente social e um educador físico. O projeto foi direcionado para crianças e adolescentes que residem nesses conjuntos habitacionais, com o objetivo de abordar questões relacionadas ao meio ambiente, convivência social e gestão de resíduos sólidos. Além dessas atividades, também foram realizadas atividades lúdicas com as crianças, incluindo lanches coletivos. Destaca-se que foi observada uma boa receptividade por parte desse público infantojuvenil, que abrange faixas etárias de cinco a doze anos. No que tange aos pais, eles têm se mostrado entusiastas dessa abordagem com as crianças nos conjuntos habitacionais, apesar de sua participação efetiva nessas atividades ser limitada.

Portanto, fica evidente que o modelo societário de convivência entre esses dois conjuntos habitacionais e a implementação de uma Educação Ambiental Transformadora são processos desafiadores de se construir. No entanto, não são impossíveis, compreende-se que, sem a melhoria das condições de vida de grande

parte dessa população, seja em termos educacionais ou de renda, é improvável que os problemas abordados nesse capítulo sejam resolvidos e a Educação Ambiental pretendida nesta tese não seja viável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em um modelo de Educação Ambiental que seja, ao mesmo tempo, Transformador é algo desafiador. Quando se relaciona isso a uma comunidade pobre e com um histórico de exclusão como a do bairro Getúlio Vargas, essa tarefa se torna ainda mais difícil. Como exposto ao longo desta tese, essa comunidade foi e é, historicamente, influenciada e atingida pelo processo de expansão portuária, que resulta na tomada de territórios e deslocamento de pessoas, a fim de fortalecer e desenvolver a estrutura portuária. Embora esse processo não tenha sido impedido em nenhum período da história da cidade de Rio Grande, é preciso reconhecer que, entre o fim da primeira década e o início da segunda década do século XXI, foram aplicados esforços para minimizar os efeitos do deslocamento, permitindo que os moradores dos locais atingidos pela recente expansão portuária riograndina tivessem um lugar para morar e não fossem privados de sua moradia, em respeito à sua cidadania e aos seus direitos sociais.

Ciente desse processo, a prefeitura de Rio Grande retomou o processo de construção dos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II em 2016 e isso ocorreu por meio de assembleias, nas quais os moradores foram informados sobre os motivos da construção desses conjuntos habitacionais, como seriam as moradias e como eles poderiam ocupar esses lugares. É necessário reconhecer esse processo, pois, historicamente, o processo de desalojamento do BGV sem levar em consideração a subjetividade dos moradores e suas relações efetivas e afetivas com o local onde viviam.

Em decorrência dessas discussões, os conjuntos habitacionais foram inaugurados em 2018 e, em um curto período de tempo, as pessoas foram ocupando esses condomínios. Inicialmente, a garantia de moradia permitiu que essas pessoas tivessem um lugar para morar, tornando-se condôminas, em vez de apenas vizinhos, como antes da existência dos conjuntos habitacionais. No entanto, o processo cotidiano de viver em um condomínio ensejou uma reconfiguração na forma de ocupar o espaço e poder estabelecer um relacionamento com ele. Viver em um condomínio envolve um processo de partilha, divisão de tarefas e responsabilidades individual e coletiva. Hábitos precisam ser repensados e a solidariedade, muitas vezes, deve prevalecer sobre os desejos individuais, porém a individualidade e o direito de propriedade, característicos de uma sociedade capitalista, não podem ser

desrespeitados. Nota-se que é um cenário irônico e complexo, pois a educação emancipatória e popular é criada com o objetivo de questionar o modelo da sociedade capitalista, mas, ao mesmo tempo, se manifesta e surge dentro dessa mesma sociedade que a metodologia de ação pretende criticar.

As entrevistas realizadas nos conjuntos habitacionais demonstraram que o cenário é complicado tanto em termos econômicos quanto sociais. Há um grande número de moradores desses conjuntos que são pobres, têm baixa instrução e ocupam, principalmente, empregos de baixa renda e *status* social. Outro detalhe significativo é a presença massiva de mulheres, muitas delas mães solteiras, negras ou afrodescendentes.

Além disso, durante quase dois anos, mais especificamente em 2020, houve um agravamento das desigualdades sociais devido à pandemia de COVID-19, período em que muitos estabelecimentos comerciais foram fechados ou funcionaram de modo restrito em virtude das medidas de contenção da disseminação do coronavírus. Enquanto os setores da classe média sentiram os efeitos dessas medidas, os segmentos mais pobres da população foram ainda mais atingidos, enfrentando dificuldades para encontrar emprego e de acesso a bens materiais. Portanto, para solucionar essa situação, é preciso que a Educação Ambiental Transformadora esteja integrada a outras políticas públicas que visem à diminuição da desigualdade social.

Durante muito tempo, no campo das ciências sociais, compreendeu-se que as comunidades pobres precisam ser orientadas a se libertarem de sua situação de miserabilidade e terem as condições necessárias para reverter a desigualdade em que estão inseridas. Inegavelmente, a linha de pesquisa à qual esta tese está vinculada não só concorda, mas também se fundamenta nesse princípio. Todavia, as visitas e observações de campo realizadas pelo autor desta tese demonstraram que, em um contexto de pobreza e miséria, juntamente com a desestruturação social em que essas pessoas vivem, é necessário, pelo menos inicialmente, fornecer assistência social básica para que elas tenham condições mínimas de se alimentar, estudar, trabalhar e viver em um ambiente limpo e, minimamente, seguro, de modo que tenham uma qualidade de vida mínima.

Dessa forma, conclui-se que o processo de Educação Ambiental Transformadora nos dois conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II é um processo inconcluso, que pode avançar e retroceder dependendo do contexto histórico e dos

atores sociais envolvidos. Isso exige que o educador ambiental que lida com essa realidade tenha rigor teórico-metodológico e sensibilidade para entender essa realidade e, na medida do possível, buscar modificá-la.

REFERÊNCIAS

- ABBGNANO, Nicolas. **Dicionário de Filosofia**. Tradução: Alfredi Bosi 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ACLSERAD, Henri. Sustentabilidade e Articulação do Territorial do Desenvolvimento Brasileiro. *In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2.*, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2008.
- ALENCAR, José de. **Iracema**. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- BARBOSA, Kássia Uchoa. **Reflexões sobre o Trabalho Social na Habitação**. Universidade do Maranhão, São Luís, 2011.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico. O que é, como se faz**. São Paulo: Editora Loyola, 1999.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: A Experiência Viva**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980
- BETTO, Frei. **Batismo de Sangue: Os domínios e a morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BIANCHI, A. **Gramsci interprète du Brésil**. Actuel Marx, v. 57, 2015.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006, 293p.
- BOJUNGA, Lygia. **A Bolsa Amarela**. 35ª ed., Rio de Janeiro, Editora Casa Lygia Bonjunga, 2010.
- BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Caderno de Orientação Técnico Social**. 2013. Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/caderno_de_orientacao.pdf. Acesso em: 01 abr. 2017.
- _____. Caixa Econômica Federal. **Manual Normativo Regulamento do Trabalho Técnico Social**. AE 097, v. 21, 2011. 76 p.
- _____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Portal oficial da Presidência da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 03 de julho de 2020.
- _____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras

providências. Portal oficial da Presidência da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 08 de março de 2022

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Portal oficial da Presidência da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 de março de 2022

Brasil, Ministério da Educação. **Lei número 9.795 de 27\04 1999. Política Ambiental Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, Lizete. **Trabalho Técnico Social X Meio Ambiente nos Programas Habitacionais Brasileiros**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tec. Ambiental. Carvalho, V (4) número 4 p. 593-607, 2011.

CIPRIANO, Diego; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. O bairro Getúlio Vargas e a grande faxina dos anos 70: Remoção de Morádias e Consequências Socioambientais na Educação Portuária. **Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço**, [S.l.], v. 2, n. 2, , 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/12121/9491>. Acesso em: 19 de abril de 2022.

DaMatta, Roberto. **Ensaio de Antropologia Estrutural**. São Paulo: Vozes, 2ª edição, 1977.

DE SOUZA, Anderson. **Olhares sobre os processos do trabalho técnico social, junto aos moradores reassentados nos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II na perspectiva da educação ambiental transformadora**. 2018. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DOMINGUES, M. Os conflitos de uso socioeconômico ambientais e o processo de caotização do espaço urbano local. **Informativo Searg**. Rio Grande, março/abril, 1997.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FERNANDES, Edésio. **Direitos e Gestão na construção da cidade democrática no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2004.

FINLEY, Moises. I. Ideias contemporâneas. **Le Monde**. Tradução: Maria Lúcia Blummer. São Paulo: Ática, 1989. p. 119-120.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Esperança**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. RJ: Paz e Terra, 1996.

_____. **Ação Cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

FURG (Rio Grande, RS). FAURG. **Institucional: Histórico**. [S. l.]. Disponível em: <https://faurg.org.br/site/index.php/institucional/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um Sonho: Ensinar e aprender com Sentido**. São Paulo: Grublus, 2003.

GEERTZ, Clifford. **Obras e Vidas: O Antropólogo como Autor**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GLASS, Ruth. **Londres: Aspectos de mudanças**. Londres, MacGibbon & Kee, 1964.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. Tradução Manuel Cruz; revisão Nei da Rocha Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GUATTARI E DELEUZE, Félix e Gilles. **Anti-édipo: Capitalismo e Esquizofrenia**. França, Editora Assírio & Alvim, 1996.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

KOWARICK, Lúcio e ANT, C. **Cem anos de promiscuidade: o cortico na cidade de sao paulo**. Lutas Sociais e a Cidade: Sao Paulo, Passado e Presente. Tradução . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. . . Acesso em: 16 jun. 2021

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEWGOY, A. M. B.; ARRUDA, M. P. Novas tecnologias na prática profissional do professor universitário: a experiência do diário digital. **Revista Textos e Contextos: coletâneas em Serviço Social**, Porto Alegre, n. 2, p. 115-130, 2004.

LOUREIRO, C.F. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Educação ambiental transformadora. *In*: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação Ambiental: o desafio em construção do pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2005

JACQUES, Paola Berenstein. **Corpografias Urbanas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

KOHAN, Nestor. **Introdução ao Pensamento Marxista**. Guia de estudo. São Paulo: Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, 2016. Disponível em: <https://sedes.org.br/site/publicacoes/concepcao-de-educacao-popular-do-cepis/>. Acesso em: 5 dez. 2022.

KONDER Leandro. **Marx: vida e obra**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARCOTTI, Carla Melissa T. **Estudos iniciais sobre as proposições de Paulo Freire**. Maringá: UEM, 2012.

MARICATO, Ermínia. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

_____. **Realidade e Habitação de centros urbanos e habitação social**. In Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, 125-151.

MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, 112 p.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. São Paulo: Rocco, 1997.

MARTINS, P. O Que é Perfil Sociodemográfico e Como Ele Pode Ajudar a Sua Operação de Cobrança? *In*: **Target Data**. 2020. Disponível em: <https://www.targetdata.com.br/localizacao-de-clientes-inadimplentes/o-que-e-perfil-sociodemografico-e-como-ajuda-operacao-de-cobranca>. Acesso em: 02 de novembro 2021.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. 11. ed. Tradução: José Carlos Bruni, Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999.

MÉSZAROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. São Paulo: Bomtempo, 2008.

NEVES, Francisco Das. **Porto de Rio Grande Uma Secular Aspiração que tornou-se realidade**. Rio Grande v 1 e v2: Furg, 2008.

OST, François. **A natureza a margem da lei: a ecologia à prova do direito**. Lisboa: Instituto Jean Piaget, 1995.

OTTO, Hans-Uwe. **Origens da Pedagogia Social**. In: SOUZA NETO, João Clemente.; SILVA, Roberto da.; MOURA, Rogério. (Orgs.) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

PAOLI, Pedri. **Facundo**. São Paulo: Editora Plus Ultra. 1973.

QUINTAS, J. S. **Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória**. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da educação brasileira**. Brasília: MMA, 2004. p. 113-140.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **O Estatuto da Cidade**. 2008. Disponível em: www.cibergeo.org/abgnacional. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

SATO, Michele. **Educação para o Ambiente Amazônico**. 1997. 245 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, jul/dez, 2011.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada de uma anatomia local a sua estratégia global. In: BIDOUC-ZACHARISIAN, Catherine (org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos**. São Paulo: Anablume, 2006.

SPINK, M. J. P. (1993). **O contexto como pretexto**. In: ENCONTRO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA, XXIV. Santiago-Chile, 4 a 9 de julho, 1993.

STANDING, Guy. **Precariado: a Classe Perigosa**. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Silva. **A dialética materialista e a Prática Social**. Porto Alegre v 12, n 2, p-141-142, 1987.

_____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VELASCO, Sírio Lopes. **Ética para o Século XIX:** rumo ao ecomonunitarismo. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

VILHENA, Rui. **Cidade Clandestina.** *Revista do Globo*,
<https://www.ufrgs.br/biev/texto/cidade-clandestina/>, 10 dez. 1949. p.49/56, p. 1-56.

WANDERLEY, L. E. **Educação para a Cidadania.** In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n 62, São Paulo: Cortez, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

ANEXOS

ANEXO I – Questionário Socioeconômico

“DADOS POR FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS RESIDENCIAL BGV I E II” (questões):

1. Nome do Morador (a) que está respondendo o formulário*
2. Reside em qual condomínio? *
 - BGV I
 - BGVII
- 2.1. Qual o número do seu apartamento?
- 2.2. Sua família é proprietária do imóvel, ou aluga ou mora por empréstimo?
 - Proprietários
 - Alugamos
 - Uso por empréstimo
3. Data de nascimento:
4. Estado Civil*
 - Casado (a)
 - Solteiro (a)
 - Divorciado (a)
 - União estável
 - Outros
5. Informe seu telefone*
6. Você tem *Whatsapp*? Se sim, nos informe o número, para podermos criar um canal de contato contigo
7. Nos informe seu CPF, seu RG e o número do NIS*
8. Possui cadastro único? *
 - Sim
 - Não
9. Qual sua escolaridade? *
 - Fundamental Incompleto
 - Fundamental Completo
 - Ensino Médio Incompleto
 - Ensino Médio Completo
 - Ensino Superior Completo
 - Ensino Superior Incompleto
 - Pós-graduação
 - Não frequentou a escola
10. Está inserido em algum programa social? *
 - Sim
 - Não
11. Se a resposta acima foi sim, nos diga qual:
12. Recebe benefício de prestação continuada? *
 - Sim
 - Não
 - Já recebeu
13. Se sua resposta na pergunta anterior foi já recebeu, nos conte porque não recebe mais:
14. Recebe bolsa família? *
 - Sim
 - Não
 - Já recebeu
15. Se sua resposta na pergunta anterior foi já recebeu, nos conte porque não recebe mais:
16. Que tipo de atividade remunerada exerce? *
 - Carteira assinada
 - Autônomo

- Pensionista
 - Aposentado
 - Outros
17. Quem exerce a responsabilidade de prover financeiramente a família? *
- Pai
 - Mãe
 - Filhos
 - Avós
 - Outros
18. Existe atividades-extras para complementação da renda familiar? *
- Sim
 - Não
19. Se sim, qual?
20. Quantas pessoas moram na residência? *
- 1 a 3
 - 4 a 6
 - Mais de 6
21. Nos conte sobre a composição familiar. Na sua família existem*
- Idosos
 - Crianças de 0 a 12
 - Adolescentes
 - Pessoas com deficiência
 - Outros
22. Existe familiar que apresente algum tipo de doença que necessite de tratamento? *
- Sim
 - Não
23. Faz uso de medicação? *
- Sim
 - Não
24. O familiar com doença tem acesso ao tratamento específico?
- Sim
 - Não
25. Se não tem acesso a medicação e tratamento nos conte porque:
26. Nos conte um pouco sobre o processo de mudança para o condomínio. Ele foi?
- Bom
 - Ruim
 - Com algumas dificuldades
27. Se houveram dificuldades, nos conte quais:
28. Quais os principais problemas enfrentados?
- Transporte para realização da mudança
 - Carregamento da mobília
 - Dar destino ao descarte que ficou
 - Os prazos para realização da mudança
 - Atendimento dos profissionais que auxiliaram no momento da mudança
 - Outros
29. Com relação à estrutura física do apartamento, você enfrentou problemas com?
- Ligação da luz
 - Pagamento da taxa de água
 - Vidros
 - Encanamento
 - Pisos e acabamentos
 - Outros
30. Como você avalia sua adaptação à vida no condomínio?

- Boa
 - Ruim
 - Ainda em adaptação
31. Quais os principais problemas enfrentados na organização do condomínio?
- Pessoas que não são moradoras com livre acesso ao condomínio
 - Coleta do lixo
 - Limpeza dos espaços comuns
 - Animais sem donos
 - Falta de local para pendurar suas roupas
 - Som alto em horários ruins
 - Outros
32. Com relação a taxa de condomínio, você estava ciente deste custo antes da mudança?
- Sim
 - Não
33. Das despesas abaixo, qual você não tem conseguido pagar?
- Luz
 - Água
 - Taxa Condominial
34. Se não tem conseguido pagar, nos conte o motivo:
35. Nos conte algo que você considera que melhorou com a vinda para o condomínio
36. O que você acha que precisa melhorar no condomínio?
37. A vinda para o condomínio mudou sua vida? Nos fale sobre
38. Qual o melhor dia para você participar de reuniões sobre o condomínio?
- Segunda
 - Terça
 - Quarta
 - Quinta
 - Sexta
 - Sábado
 - Domingo
39. E qual o melhor turno para realizar as reuniões?
- Manhã
 -
 - Tarde
 - Noite
40. Tem condições de participar de reuniões virtuais?
- Sim
 - Não

ANEXO II – Residenciais Getúlio Vargas I e II

FIGURA 2 - Foto atualizada do Residencial Getúlio Vargas I.



Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

FIGURA 3 - Foto atualizada do Residencial Getúlio Vargas II.



Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

ANEXO III – Imagens Satélite

FIGURA 4 - Imagem de satélite com a área de amostragem, os condomínios Residenciais Getúlio Vargas I e II (BGV I e BGV II).



Fonte: Google Earth.

ANEXO IV – Área desocupada

FIGURA 5: - Imagem de satélite da área desocupada, que deu origem a Av. Pres. Juscelino, que liga a rua Dom Pedro II a BR 392.



ANEXO V – Problemas Estruturais

FIGURA 6 - Alguns problemas enfrentados pelos moradores dos residenciais com relação ao entupimento da rede de esgoto e descarte de resíduos domésticos.



Fonte: Registros feitos pelo autor.

ANEXO VI – Ações TTS - PAC BGV / FURG

FIGURA 7 - Oficina de Educação Ambiental, Assembleia para entrega dos contratos de propriedade dos apartamentos e Feira das mulheres empreendedoras dos Residenciais Getúlio Vargas.



Fonte: Equipe técnica do TTS – PAC BGV / FURG.

ANEXO VII – Antes e depois da desocupação

FIGURA 8 - Fotos da área ocupada junto ao pátio automotivo do Porto do Rio Grande.



Fonte: Registros feitos pelo autor.

FIGURA 9 - Imagens do entorno do pátio automotivo, área oriunda da desocupação, que hoje está localizada uma avenida denominada Pres. Juscelino, que liga a rua Dom Pedro II a BR 392.



Fonte: Registros feitos pelo autor.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Cronograma de Execução.

3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta/Entrega	(Meta) MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA Ações que visem a participação e pertencimento dos moradores
---------------------	--

Consulta de autenticidade em www.furg.br - chave: 9996.31B5.926A.AFA9

3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividade	Formação e Planejamento do grupo TTS		
Descrição da atividade	Encontros formativos e de planejamento com a equipe de trabalho	Ação Relacionada Extensão	
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador), Anderson Pires de Souza (Bolsista), Felix Terra Nazario (Bolsista), Jocellem Pardo (Bolsista), LUCIENE MOURIGE BARBOSA (Bolsista), TATIANE GOUDINHO DA COSTA (Bolsista)		
Indicador fisico	Início 01/12/2019	Fim 30/11/2023	
Atividade	Assessoramento Condominal		
Descrição da atividade	Capacitar uma liderança e os moradores para vida em condomínio, bem como a cobrança e aplicação de taxas.	Ação Relacionada Extensão	
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)		
Indicador fisico	Início 02/12/2019	Fim 31/08/2023	
Atividade	Levantamento de Dados para realização de Diagnóstico		
Descrição da atividade	Realização de trabalho de campo para coletar dados que irão compor o Diagnóstico Social.	Ação Relacionada Pesquisa	
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador), Anderson Pires de Souza (Bolsista), Felix Terra Nazario (Bolsista), Jocellem Pardo (Bolsista), LUCIENE MOURIGE BARBOSA (Bolsista), TATIANE GOUDINHO DA COSTA (Bolsista)		
Indicador fisico	100% de adesão ao preenchimento do questionário nos condomínios I e II do BGV	Início 02/12/2019	Fim 31/07/2023
Atividade	Relatórios mensais		
Descrição da atividade	Elaboração mensal e entrega documentada dos relatórios parciais referentes as atividades desenvolvidas.	Ação Relacionada Extensão	
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)		
Indicador fisico	Início 02/12/2019	Fim 30/11/2023	
Atividade	Assembleias com moradores		
Descrição da atividade	As assembleias serão realizadas para comunicar informações importantes aos moradores, bem como para a constituição da Comissão de Acompanhamento da Obra, ou constituição do Conselho Fiscal.	Ação Relacionada Extensão	
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)		

Consulta de autenticidade em www.furg.br - chave: 9996.31B5.926A.AFA9

3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Indicador fisico	Número de participantes em cada assembleia	Início 06/01/2020	Fim 30/06/2023
-------------------------	--	-----------------------------	--------------------------

Fonte: Retirado do projeto PAC BGV, registrado no SisProj nº 1185.

APÊNDICE B – Declaração de atuação como pesquisador no Projeto Técnico Social PAC BGV.



PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

PROGRAMA EDUCADORES SOCIAIS PROJETO PAC BGV

DECLARAÇÃO

Declaro para devidos fins, que Anderson Pires de Souza, atuou como pesquisador junto ao Projeto Técnico Social PAC BGV, que trata-se de uma prestação de serviço contratada pela Prefeitura Municipal do Rio Grande, tendo como órgão financiador a Caixa Econômica Federal. A realização de um diagnóstico social é um dos produtos contratados no desenvolvimento do projeto. Este processo foi realizado no projeto em duas etapas, uma em 2016/2017 quando construímos o instrumento de escuta junto aos moradores ainda na área de retirada,acompanhando o processo de mudança para os residenciais. Neste contexto, os questionários foram realizados de forma física e junto ao Centro de Referência em Assistência Social - CRAS Zona Portuária. Em 2022, ainda sob os impactos da Pandemia provocada pela COVID-19, os processos de mudança do governo municipal e os trâmites burocráticos, tornou-se necessário nova aplicação de questionário. Agora um questionário virtual, realizado via google formulário, eque foi solicitado pela Secretaria Municipal para que o mesmo pudesse servir de guia na entrega dos contratos individuais dos apartamentos, uma vez que, nos tempos de ausência do desenvolvimento do projeto e de ações da prefeitura a vida nos residenciais foi se modificando e reorganizando de acordo com as demandas sociais, cotidianas e de presença do tráfico. O que ocasionou novos moradores e alguns apartamentos vazios. Reitero que nossa relação com o projeto é de ordem informativa e educativa, cabendo ao coletivo Educadores Sociais, levantar e sistematizar dados, sendo a tomada de decisão e fiscalização realizada pela Prefeitura Municipal.

Declaro neste sentido, que Anderson Pires de Souza, atua como pesquisador no projeto, sendo a realização do diagnóstico um dos compromissos de sua contratação, desde a participação e realização de Assembleia com os Moradores, para apresentar os processos de construção do diagnóstico socioambiental, informar a importância desta etapa do projeto e solicitar aos moradores o uso de dados para trabalhos futuros.

A construção do diagnóstico socioambiental, além de etapa obrigatória da prestação de serviço, é uma ação que corrobora com a produção de conhecimento acadêmico, quando analisado por outros olhares teórico-conceituais, podendo

gerar Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses. Transformar uma ação de extensão, que trata de uma Prestação de Serviço Socioeducacional em conhecimento acadêmico é a certeza de uma ação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

Nas conversas iniciais para a contratação da Universidade no desenvolvimento desta ação de extensão, no desenvolvimento de etapas burocráticas (convênios, cadastro do projeto no Sistemas de Projetos (SISPROJ), reuniões administrativas com a Caixa Econômica e Prefeitura, ...) e na formalização dos pactos por meio da escrita, no ano de 2013, eu não dimensionava a possibilidade da ação oportunizar a formalização dos conhecimentos ali construídos, por meio de pesquisas acadêmicas, em graduação e pós-graduação. Mas, o desenvolvimento do projeto, foi nos mostrando essas possibilidades, que hoje avalio como fundamentais para o desenvolvimento institucional da Universidade, no âmbito da relação com a comunidade, bem como, da construção de um conhecimento social comprometido em atentar para as políticas públicas e os cotidianos de pessoas que têm tantos direitos negados.

Para além da construção de diagnóstico socioambiental, junto aos 290 apartamentos que integram os Residenciais Getúlio Vargas I e II, as ações de educação familiar, geração de trabalho renda, ação social, acompanhamento e assessoramento condominial, entre outros, são ações que nos educam e transformam, e que contribuem para a constituição de um pesquisador no campo da Educação Ambiental.

Neste sentido, reitero que a articulação do pesquisador acima referido, no desenvolvimento dos serviços contratados pelo projeto, possibilitando um olhar qualificado sobre esses processos por meio da produção de uma tese, foi por mim autorizado e constantemente dialogado, por acreditar que as ações de extensão educam, transformam e produzem conhecimento, e portanto, necessitam ser realizadas de forma indissociável.

Documento assinado digitalmente
 DEBORA MEDEIROS DO AMARAL
Data: 06/04/2023 20:40:20-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Débora Medeiros do Amaral
Coordenadora do Projeto PAC BGV Pedagoga
Diretora de Arte e Cultura - PROEXC

APÊNDICE C – Declaração pesquisador vinculado junto a PROPESP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP



Decl. Nº39/2022 - PROPESP

DECLARAÇÃO DE PESQUISADOR VINCULADO

Certifico, a requerimento da parte interessada, que, revendo o que contém nos registros da unidade, nele(s) verifiquei constar que o(a) Sr.(a) ANDERSON PIRES DE SOUZA foi cadastrado como Pesquisador (a) nesta Instituição Federal de Ensino Superior, entre o período 03/01/22-30/09/23, de atuando no projeto EXT 1185 “Trabalho Técnico Social - PAC BGV”, coordenado por Debora Medeiros do Amaral, desenvolvendo suas atividades junto à(ao) Proexc/DAC - Diretoria de Arte e Cultura. Certifico ainda que o(a) requerente atua com a carga horária de 10 horas semanais , participando das seguintes ATIVIDADES DE PESQUISA:

Levantamento de Dados para realização de Diagnóstico: Realização de trabalho de campo para coletar dados que irão compor o Diagnóstico Social.

Elaboração de Diagnóstico: Sistematização e análise dos dados coletados.

Apresentação do Diagnóstico: Apresentação para moradores e gestores da Prefeitura Municipal.

O referido é verdade e ao mencionado registro me reporto. Passada na cidade do Rio Grande, em 16/08/2022, eu, Eduardo Resende Secchi, Pró-reitor de Pesquisa e Pós- Graduação da Universidade Federal do Rio Grande, lavrei e subscrevo.

Em 16 de agosto de 2022

Atenciosamente

Prof. Dr. Eduardo Resende Secchi
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Chave de Autenticidade: 9996.2FBE.71E2.686D

APÊNDICE D – Projeto PAC BGV



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
 PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA
 PLANO DE TRABALHO PARA PROJETO DE EXTENSÃO

1 - DADOS CADASTRAIS

1.1 - Coordenador do Projeto Debora Medeiros do Amaral
1.2 - Unidade Acadêmica Proexc/DAC - Diretoria de Arte e Cultura
1.2.1 - Unidades Envolvidas Proexc/DAC - Diretoria de Arte e Cultura
1.3 - Número da Ata de Aprovação na Unidade Carta de aprovação (PROEXC, 30/08/22) (Ad Referendum)
1.4 - Identificador do Projeto no SisProj EXT - 1185
1.5 - Origem das receitas Recursos de Terceiros - Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande
1.5.1 - Valor Total do Projeto R\$ 280.908,76
1.6 - Instituições Externas e/ou Parceiras Prefeitura Municipal do Rio Grande - Secretaria de Município de Administração e Licitações
1.7 - Projeto Via Faurg Sim

2 - DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

2.1 - Título do Projeto Trabalho Técnico Social - PAC BGV	2.2 - Período de Execução	
	2.2.1 - Início 01/12/2019	2.2.2 - Fim 30/11/2023
2.3 - Objetivo do Projeto		
2.3.1 - Objetivo Geral Atender e desenvolver com qualidade social e dialógica as ações de prestação de serviço solicitada pela Prefeitura Municipal de Rio Grande, nas áreas de Mobilização Comunitária, Educação Ambiental e Geração de trabalho e renda.		
2.3.2 - Objetivo Específico - realizar diagnóstico social para mapear as principais demandas da comunidade atendida, - desenvolver ações e práticas educativas que permitam o reconhecimento e a constituição de lideranças comunitárias, - realização de avaliação e relatório final evidenciando as transformações a partir do empreendimento.		
2.4 - Justificativa		

O município do Rio Grande está localizado na planície costeira do Rio Grande do Sul, a sudoeste da embocadura da Lagoa dos Patos e Sul do Trópico de Capricórnio, limita-se ao norte com os municípios de Pelotas e Lagoa dos Patos, ao Sul com o município de Santa Vitória do Palmar, a leste com o Oceano Atlântico, e a oeste com os municípios de Pelotas, Capão do Leão e Lagoa Mirim; apresenta superfície territorial de 3.338,35 Km², densidade demográfica de 59,9 hab/Km e está dividida em cinco distritos, ficando entre os dez municípios mais populosos e os vinte mais extensos do Estado, concentrando 96% de sua população na área urbana. Possui clima subtropical, com temperatura oscilando no verão entre 17 e 32 graus e no inverno entre 06 e 22 graus, com ventos de sudeste e nordeste predominantes na região. O acesso via Porto Alegre se dá através da BR 116 chegando a Pelotas, se dá pela BR 392, percorrendo 58 Km até Rio Grande e do Chuí BR 471, num trecho de 244 Km até Rio Grande. Em seu processo histórico, Rio Grande registra a presença açoriana como colonizador/fundador (século XVIII) e, mais tarde (1824), foi alvo da imigração alemã, italiana e polonesa, entre outras. O interesse das imigrações, e tempos remotos, se dava muito pela importância do "porto marítimo", cujo, sempre foi visto como pólo de atração para homens em busca de novas perspectivas de vida. Assim, o porto do Rio Grande serviu de base para os colonizadores como estratégia geopolítica, na luta contra os espanhóis, além disso, serviu como ponto comercial onde se comercializavam diversas mercadorias.

O Porto de Rio Grande, com o passar dos anos, sempre manteve posição de destaque para a região. Em 1970, através da dragagem efetuada no canal da Barra, passou a oferecer aos navios uma possibilidade de navegação com até 40 pés de calado, incorporando assim, através da área de expansão para o Super Porto, amplas perspectivas de crescimento e desenvolvimento.

A Lei Estadual nº 10.722, de 18 de janeiro de 1996, desmembrou o Porto do Rio Grande do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, criando a autarquia Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG para administrar o Porto do Rio Grande na qualidade de executor da Delegação da União ao Estado do Rio Grande do Sul, situação atual do complexo portuário do Rio Grande, cuja, vocação é ser o grande centro concentrador de cargas do MERCOSUL.

Atualmente, em razão da expansão portuária, comunidades residentes em localidades próximas, deverão ser reassentadas em áreas adquiridas e cedidas pelo porto rio-grandino nos bairros Getúlio Vargas, Santa Tereza, 4 Secção da BarraBarra Nova. Num primeiro momento, correspondendo à primeira etapa do projeto, serão realocados os moradores do Bairro Getúlio Vargas - BGV residentes próximos ao muro do estacionamento automotivo, onde será aberta uma via conforme projeto elaborado.

O complexo portuário do Rio Grande compreende três segmentos distintos: Porto Velho, Porto Novo e Super Porto.

PORTO VELHO: área que não envolve reassentamento, mas que faz parte do complexo portuário, é formado por instalações portuárias originais da atividade marítima do município, composta de cinco armazéns, hidroviária e cais de atracação e também por uma passagem via balsa que liga Rio Grande a São José do Norte. Situada no centro histórico da cidade, estas instalações são utilizadas somente para atividades culturais (Museu Marítimo e Festa do Mar) e atividades pesqueiras administradas pela Superintendência Regional do Porto -SUPRG;

PORTO NOVO: são instalações portuárias em plena atividade, compostas por silos, armazéns, cais do governo do Estado, área para indústria naval (plataformas Petrolíferas), Pátio Automotivo, etc. situado ao longo do canal de acesso. Tem intensa atividade portuária, principalmente nas cargas e descargas de navios, estas instalações também são administradas pela SUPRG. Possui área pertencente à União destinada à expansão portuária, a qual encontra-se em sua quase totalidade ocupada irregularmente por habitações e sub-habitações. Pela consolidação desta ocupação que vem sendo adensada há mais de quarenta anos, as comunidades do Bairro Getúlio Vargas (BGV) e Bairro Santa Tereza, hoje possuem mais de 80% das casas atendidas por energia

elétrica (CEEE) e água (CORSAN) bem como possuem iluminação pública, grande parte das ruas são calçadas, recolhimento de lixo diário, escolas públicas, creches, Posto de Saúde, entre outros.

Estima-se que o Bairro BGV possui em torno de 17.000 habitantes e o Bairro Santa Tereza cerca de 5.000 moradores. Deste total para cumprimento do Plano de Expansão Portuária, a Superintendência acordou que somente 1.187 moradores do BGV (378) moradias e 512 moradores do Santa Tereza (160) moradias, necessitam ser reassentados, ou seja, cerca de 5% dos habitantes da área. Destacamos que foram realizadas diversas reuniões locais, envolvendo a participação de moradores, da Prefeitura Municipal do Rio Grande, SUPRG, Ministério Público, Câmara de Vereadores, Caixa Econômica Federal, ONGS, Entidades de Classe, entre outros participantes. A partir dessas reuniões, chegou-se à conclusão de que as Famílias que exercem atividades nas áreas portuárias, devem ser realocadas nas áreas adjacentes à área portuária.

SUPER PORTO: Área de Porto Organizado em atividades setorizadas:

I. Área de Produtos Químicos;

II. Área de Grãos;

III. Área de Containers;

IV. Área de Indústria Pesqueira;

V. Base Naval da Marinha;

VI. Área de Ocupação (pescadores artesanais).

Neste segmento portuário encontra-se o grande atrativo para instalações industriais e empresariais que atuam no mercado internacional com atividades de importações e exportações. Esta área possui 2.700 hectares loteados e licenciados para atividade industrial e portuária.

Contígua ao lado da área destinada às Indústrias de Produtos Químicos, onde destacamos os depósitos de combustível da PETROBRÁS e da AMONIASUL, são realizadas as atracções de navios para carga e descarga de combustíveis.

Na área de Containers, ao lado do terminal, instalou-se uma comunidade denominada Barra Nova, formada basicamente por pescadores. Hoje com cerca de 220 famílias está situada numa área destinada à instalação de Terminais de Celulose e Madeira. Esta área deverá ser totalmente desocupada e, a comunidade reassentada de forma integral na comunidade da Barra Velha, visto que, a distancia entre a Barra Nova e a Barra Velha é de cerca de 1,5 km. Além disso, será disponibilizado um Terminal Pesqueiro do Rio Grande, no intuito de preservar a condição laboral destes pescadores.

A primeira etapa do projeto será iniciado no bairro Getúlio Vargas ao longo do muro da SUPRG, a partir da Rua D. Pedro II até a BR 392, reassentando 378 famílias, totalizando 1.187 moradores.

A disparidade estética na construção das casas é evidente, visto que, 61% destas famílias habitam casas de alvenaria, 26% de madeira e 13% de estruturas mistas. Estes aspectos também demonstram a forma desordenada como a ocupação ocorreu, principalmente na última década. Há registros de que a maioria das famílias instaladas nesta área migraram não só de cidades diversas do Rio Grande do Sul mas, também de vários estados, tais como Santa Catarina, Maranhão, Pernambuco, todos com a expectativa de buscarem trabalho.

Contudo, observa-se que as condições de habitabilidade são extremamente precárias, a registrar:

* Esgotamento Cloacal

71% possuem fossa séptica; 4% rudimentar; 15% vala, 6% têm qualquer tipo de esgotamento e os demais não informaram.

* Energia Elétrica

93% possuem; (neste percentual encontraram-se os que "dividem" com os demais moradores do terreno e/ou circunvizinhos) 37% não possuem e 4% não declararam.

* Abastecimento de Água

86% dos beneficiários têm abastecimento de água canalizada pela CORSAN, 6% canalizada apenas no terreno, 5% não canalizada e 3% não informaram.

* Beneficiários do Governo

238 declaram não receber nenhum tipo de benefício governamental, 119 recebem Bolsa Família, 13 recebem Bolsa Escola, 6 recebem Vale Gás e 3 recebem Auxílio Saúde. A realidade exposta demonstra justificável cultura de desapego em relação ao meio ambiente. Vale ressaltar que a coleta de lixo e o transporte público são avaliados como precários. Observa-se, então, que os serviços públicos relacionados ao fornecimento de água, iluminação, saneamento e lixo não atendem minimamente às exigências locais.

A comunidade conta com Associação de Moradores, contudo a mesma não possui sede própria. Na área de intervenção não foi identificada a existência de escola, creche, posto de saúde, etc

Diante da constatação dos diversos e diferentes aspectos habitacionais, econômicos e sociais da comunidade do BGV e, visando a liberação da área física, o Município do Rio Grande no exercício da função que lhe compete no atendimento de necessidades públicas de segurança, saúde, educação, inclusão social, habitação, entre outros, procurou soluções adequadas e possíveis, dando origem ao atual Projeto de Reassentamento.

O empreendimento idealizado e definido para o reassentamento das famílias está localizado a cerca de 400 metros do local de intervenção, próximo ao centro comercial do município. A área consta de terrenos regulares, planos, em zona com toda a infra-estrutura, ou seja, com água, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação, drenagem pluvial, esgotamento sanitário e transporte coletivo. No entorno, temos quatro escolas públicas, creche e escola de educação infantil, posto de saúde, associação de moradores, casas comerciais, instituições de cunho religioso.

O empreendimento é composto por 220 unidades habitacionais distribuídas em um prédio de 5 andares em forma de "U", quadra poliesportiva, play-ground, centro comunitário e 8 lojas comerciais. Destas 08 salas comerciais, 06 serão disponibilizadas aos moradores que possuírem estabelecimentos comerciais na área de intervenção, cujo, os cadastros fazem parte do projeto e, também deverão efetuar o pagamento de uma taxa simbólica, que deverá ser estabelecida pela administração condominial. As outras duas salas comerciais de tamanho bem maior e voltadas para a rua D. Pedro II, serão locadas a preço comercial como forma de gerar sustentabilidade ao condomínio.

Segundo dados apresentados pela PMRG, neste momento a população beneficiária, está sendo atendida pelos projetos e programas existentes nos equipamentos públicos, sendo que o Bairro BGV esta inserido nestes programas. Considerando que o reassentamento em termos geográficos

terá uma mudança inferior 01 Km², esta população continuará inserida e atendida nos atuais equipamentos existentes.

Vale ressaltar que na área de reassentamento já existe um Posto de Saúde, Brigada Militar, Escola Municipal de Ensino Fundamental Viriato Corrêa, Escola Estadual de Ensino Fundamental Juvêncio Lemos, Alcides Barcelos e de Ensino Médio Augusto Duprat. Quanto as Organizações não governamentais (ONG's) que atuam na área encontramos o GAPA - Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS; Grupo de Redução de Danos; Creche Mansão da Paz; Centro de Educação Fraternidade; Comitê Contra a Fome e a Miséria.

2.5 - Fundamentação Teórica

A constante busca da superação dos indicadores de exclusão social impulsiona o grupo de trabalhadores da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura a estreitar, cada vez mais, os vínculos de cooperação e trabalho entre universidade e comunidade.

Numa perspectiva multidisciplinar, a presente ação de extensão, caracterizada como prestação de serviço, pressupõe em sua estrutura teórico-prática o fomento de atividades sócio-ambiental-culturais que permitam o debate existencial e societário, uma formação inicial e continuada voltada à participação, à ética e à cidadania, à promoção da saúde individual e coletiva, à geração de trabalho e renda às famílias, bem como as premissas de uma educação popular em todos os meandros e espaços de ações, com vistas a contribuição de uma proposta de empoderamento da comunidade atendida, em especial, nos aspectos de lideranças comunitárias.

As demandas de vulnerabilidades socioambientais as quais perpassam a vida dos sujeitos intensificam os processos de exclusão e marginalização. Conforme Ayres (1999), a vulnerabilidade está na falta ou na não-condição de acesso a bens materiais e bens de serviço que possam suprir aquilo que pode tornar o indivíduo vulnerável. A reversão dessa condição vivenciada pelo público atendido na instituição implica na formação de uma complexa rede de serviços voltada à garantia dos direitos, articulando as diversas políticas setoriais, buscando a integração de ações com vistas ao atendimento às necessidades e possibilitando que os vários tipos de atendimentos, indispensáveis ao pleno desenvolvimento do ser humano sejam prestados no momento adequado, simultâneo e articuladamente.

Assim, para dar conta dessa problemática, essa prestação de serviço, compromete-se com a execução e articulação das ações de extensão nas áreas educacional, ação comunitária e de saúde, visando o atendimento integral às crianças, jovens e adultos das comunidades, entendendo-se integralidade como "conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso" (Lei 8.080 Cap. II Art. 7º).

Através da incorporação e articulação dos paradigmas das comunidades atendidas pelo projeto, as Macro-Ações nortearão a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam nos Bairros, oportunizando um diálogo efetivo entre teoria e prática e aproximando escola e universidade na construção de uma nova práxis educativa e social. Visa-se, também, a compreensão dos processos sociais vividos pelos sujeitos que constituem esse espaço, buscando ampliar e oportunizar o acesso a novos saberes e oportunidades, pois conforme Freire (2000), "a leitura crítica do mundo é um que-fazer pedagógico-político indicotomizável do que-fazer político-pedagógico, isto é, da ação política que envolve a organização dos grupos e das classes populares para intervir na reinvenção da sociedade". (p.42).

Este compromisso entre os profissionais da academia e da escola, comunidade escolar e comunidade reflete-se nas ações implementadas pelos núcleos, oportunizando um impacto significativo no processo de formação coletiva e contribuindo para a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

É importante ressaltar que o desenvolvimento das diversas ações de extensão que a PROEXC realiza só se materializa em função das importantes parcerias com outros Centros e Núcleos que se constituem no âmbito da FURG. Estas parcerias aprofundam os diferentes olhares e potencializa a busca de novas estratégias que proporcionem justiça social, uma melhor qualidade de vida, a garantia de acesso aos diferentes espaços sociais, bem como o exercício efetivo da cidadania dos sujeitos sociais, pois a construção das novas cidadanias começa por aquilo que se tem, projetando a reflexão, as idéias e as ações para o futuro (Ibernón, 2006).

É com este propósito de intervenção social que a PROEXC propõe a realização deste Projeto, tencionando, permanentemente, o efetivo comprometimento deste espaço e desta universidade com as demandas sócio-existenciais das crianças, dos jovens e dos adultos, homens e mulheres que produzem cotidianamente esta comunidade e vivenciam esta realidade, mas que também fazem-se nesta construção. As diferentes e diversas gentes que constituem os desenhos deste lugar, e que sonham, acreditam e lutam para viverem outras oportunidades, felicidades e efetivas realizações.

2.6 - Metodologia

O Trabalho Técnico Social é o conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento.

O Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) é o documento que sistematiza a proposta de trabalho junto aos beneficiários. Nas intervenções relacionadas ao desenvolvimento urbano, os projetos devem ter enfoque multidisciplinar, fundamentando-se nos princípios de participação comunitária, sustentabilidade dos empreendimentos e preservação ambiental. Os projetos não existem de modo isolado. São componentes de programas e sua utilidade e relevância devem-se ao fato de possibilitar colocar na prática cotidiana os princípios e diretrizes das políticas sociais, que tem como finalidade a transformação da realidade e a melhoria efetiva nas condições de vida da população.

Embora a implantação do PTTS tenha caráter processual, para fins didáticos pode ser pensado em três fases: planejamento, implementação e avaliação PLANEJAMENTO: corresponde à fase de elaboração do PTTS e compreende a sistematização do diagnóstico da área e a caracterização da população beneficiária para subsidiar a formulação do projeto; Com base nas especificidades das pessoas e do território e nos resultados pretendidos são definidas as atividades do projeto, a metodologia, as formas de acompanhamento e avaliação, bem como o orçamento e o cronograma. IMPLANTAÇÃO: consiste no desenvolvimento das atividades previstas no cronograma de execução. AVALIAÇÃO: é um procedimento que ocorre em todas as etapas do projeto, considerando sempre a visão dos beneficiários, através de seus grupos representativos e da equipe técnica. Ela permite o monitoramento das atividades e o redirecionamento das ações, quando necessário.

Neste sentido, a metodologia de trabalho utilizada trata-se de uma reflexão - ação - reflexão, por meio de uma ação dialógica, que propõe-se a construir ações de mediação de conflitos, empoderamento de lideranças comunitárias, acompanhamento social de obra física.

2.7 - Partes Interessadas

2.8 - Comunicações

2.9 - Riscos

2.10 - Premissas	
2.11 - Restrições	
2.12 - Observações	
2.13 - Referências Bibliográficas	
FREIRE, Paulo. PEDAGOGIA DA AUTONOMIA - Saberes Necessários à Prática Educativa. 25ª edição, Editora Paz e Terra, 1996.	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - Caderno de Orientação Técnico Social - Brasília, 2013	
2.14 - Equipe Executora	
Nome	Participação
DEBORA MEDEIROS DO AMARAL Técnico - Proexc/Caic	Coordenador - 01/12/2019 até 30/11/2023 - 10 Horas semanais
	Pesquisador (Bolsa: SisProj) - 01/08/2022 até 30/11/2023 - 10 Horas semanais
ANDERSON PIRES DE SOUZA Discente	Co-orientador - 01/12/2019 até 30/11/2023 - 12 Horas semanais
	Bolsista (Bolsa: SisProj) - 01/08/2022 até 31/08/2023 - 10 Horas semanais
FELIX TERRA NAZARIO Discente	Apoio Técnico - 01/12/2019 até 30/11/2023 - 12 Horas semanais
	Bolsista (Bolsa: SisProj) - 01/08/2022 até 30/06/2023 - 20 Horas semanais
JOCELEM PARDO	Pesquisador - 01/12/2019 até 30/11/2023 - 12 Horas semanais
	Bolsista (Bolsa: SisProj) - 01/08/2022 até 30/06/2023 - 10 Horas semanais
LUCIENE MOURIGE BARBOSA	Pesquisador - 01/12/2019 até 30/11/2023 - 12 Horas semanais
	Bolsista (Bolsa: SisProj) - 01/08/2022 até 30/06/2023 - 20 Horas semanais
TATIANE GOUDINHO DA COSTA	Pesquisador - 01/12/2019 até 30/11/2023 - 12 Horas semanais
	Bolsista (Bolsa: SisProj) - 01/08/2022 até 30/06/2023 - 10 Horas semanais

3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta/Entrega	(Meta) MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA Ações que visem a participação e pertencimento dos moradores
---------------------	--

Consulta de autenticidade em www.furg.br - chave: 9996.31B5.926A.AFA9

3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividade	Formação e Planejamento do grupo TTS	
Descrição da atividade	Encontros formativos e de planejamento com a equipe de trabalho	Ação Relacionada Extensão
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador), Anderson Pires de Souza (Bolsista), Felix Terra Nazario (Bolsista), Jocellem Pardo (Bolsista), LUCIENE MOURIGE BARBOSA (Bolsista), TATIANE GOUDINHO DA COSTA (Bolsista)	
Indicador físico	Início 01/12/2019	Fim 30/11/2023
Atividade	Assessoramento Condominal	
Descrição da atividade	Capacitar uma liderança e os moradores para vida em condomínio, bem como a cobrança e aplicação de taxas.	Ação Relacionada Extensão
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)	
Indicador físico	Início 02/12/2019	Fim 31/08/2023
Atividade	Levantamento de Dados para realização de Diagnóstico	
Descrição da atividade	Realização de trabalho de campo para coletar dados que irão compor o Diagnóstico Social.	Ação Relacionada Pesquisa
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador), Anderson Pires de Souza (Bolsista), Felix Terra Nazario (Bolsista), Jocellem Pardo (Bolsista), LUCIENE MOURIGE BARBOSA (Bolsista), TATIANE GOUDINHO DA COSTA (Bolsista)	
Indicador físico	100% de adesão ao preenchimento do questionário nos condomínios I e II do BGV	Início 02/12/2019
Indicador físico		Fim 31/07/2023
Atividade	Relatórios mensais	
Descrição da atividade	Elaboração mensal e entrega documentada dos relatórios parciais referentes as atividades desenvolvidas.	Ação Relacionada Extensão
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)	
Indicador físico	Início 02/12/2019	Fim 30/11/2023
Atividade	Assembleias com moradores	
Descrição da atividade	As assembleias serão realizadas para comunicar informações importantes aos moradores, bem como para a constituição da Comissão de Acompanhamento da Obra, ou constituição do Conselho Fiscal.	Ação Relacionada Extensão
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)	

3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Indicador físico	Número de participantes em cada assembleia	Início 06/01/2020	Fim 30/06/2023
Atividade	Elaboração de Diagnóstico		
Descrição da atividade	Sistematização e análise dos dados coletados.		Ação Relacionada Pesquisa
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador), Anderson Pires de Souza (Bolsista), Felix Terra Nazario (Bolsista), Jocellem Pardo (Bolsista), LUCIENE MOURIGE BARBOSA (Bolsista), TATIANE GOUDINHO DA COSTA (Bolsista)		
Indicador físico	Relatório do diagnóstico	Início 06/01/2020	Fim 30/09/2023
Atividade	Reuniões com a CAO		
Descrição da atividade	Encontros quinzenais para formação de lideranças e acompanhamento das ações que serão realizadas.		Ação Relacionada Extensão
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)		
Indicador físico	80% de envolvimento e participação dos membros da CAO	Início 03/02/2020	Fim 09/07/2022
Atividade	Apresentação do Diagnóstico		
Descrição da atividade	Apresentação para moradores e gestores da Prefeitura Municipal.		Ação Relacionada Pesquisa
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador), Anderson Pires de Souza (Bolsista), Felix Terra Nazario (Bolsista), Jocellem Pardo (Bolsista), LUCIENE MOURIGE BARBOSA (Bolsista), TATIANE GOUDINHO DA COSTA (Bolsista)		
Indicador físico	Participação de 30% dos moradores , 80% dos gestores públicos e 30% de profissionais dos órgãos públicos	Início 03/02/2020	Fim 30/09/2023

3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividade	Elaboração de boletim informativo		
Descrição da atividade	Produção de boletins virtuais e físicos que tem por objetivo registrar e divulgar o trabalho realizado.	Ação Relacionada Extensão	
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)		
Indicador físico	distribuição de 400 exemplares	Início 02/03/2020	Fim 31/08/2023
Atividade	Plantões Sociais - ETAPA I		
Descrição da atividade	Realização de plantões para escuta atenda as demandas da comunidade	Ação Relacionada Extensão	
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)		
Indicador físico	número de plantões; materiais de divulgação e numero de atendimentos	Início 02/03/2020	Fim 29/07/2022
Atividade	Plantões Sociais - ETAPA II		
Descrição da atividade	Realização de plantões que visam a escuta as demandas da comunidade, bem como informações importantes sobre a obra.	Ação Relacionada Extensão	
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)		
Indicador físico	número de plantões e atendimentos, e distribuição de material de divulgação	Início 01/05/2020	Fim 22/07/2022
Atividade	Ação Comunitária		
Descrição da atividade	Encontros de promoção cultural, educativo e social com os moradores.	Ação Relacionada Extensão	
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)		
Indicador físico	30% de participação comunitária; apresentação de dois grupos culturais.	Início 01/10/2020	Fim 05/09/2022
Atividade	Entrevistas de avaliação final		
Descrição da atividade	Realização de entrevista para medir satisfação dos moradores e elaborar relatório final	Ação Relacionada Extensão	
Equipe			
Indicador físico		Início 01/03/2021	Fim 20/07/2022
Atividade	Relatório Final		
Descrição da atividade	Entrega e produção de documento final com registro de todas as ações e olhar da comunidade sobre a obra realizada.	Ação Relacionada Extensão	
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)		

3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Indicador físico		Início 05/04/2021	Fim 27/05/2022
Meta/Entrega	(Meta) EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL Desenvolvimento de ações educativas que potencializem práticas sanitárias e de educação ambiental		
Atividade	Ajardinamento dos espaços do Condomínio		
Descrição da atividade	Oficinas de plantio de flores e hortas comunitárias.		Ação Relacionada Extensão
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)		
Indicador físico		Início 04/05/2020	Fim 24/08/2022
Atividade	Oficinas Temáticas de Educação Ambiental		
Descrição da atividade	Encontros de educativos que aborde questões ambientais e sanitária, com vistas a transformação de ações e espaços.		Ação Relacionada Extensão
Equipe			
Indicador físico		Início 05/10/2020	Fim 30/07/2022
Meta/Entrega	(Meta) GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA Desenvolvimento de Cursos e ações que potencializem acesso ao mercado de trabalho.		
Atividade	Apoio e ocupação das Salas COmerciais		
Descrição da atividade	Realização de encontros para definir as regras de uso e ocupação das salas comerciais existentes.		Ação Relacionada Extensão
Equipe			
Indicador físico	proposta de regimento das salas aprovada e número de pessoas envolvidas com a realização da ação	Início 03/02/2020	Fim 28/05/2022
Atividade	Encontros para desenvolvimento de empreendedores e do empreendedorismo		
Descrição da atividade	Encontros voltados aos usuários das salas comerciais, visando capacitá-los de acordo com as exigências legais.		Ação Relacionada Extensão
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)		
Indicador físico	75% de participação dos integrantes e número de encontros realizados	Início 02/03/2020	Fim 26/02/2022

3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividade	Curso sobre Cooperativismo e Associativismo		
Descrição da atividade	Fomentar através do curso o empreendedorismo colaborativo e o protagonismo comunitário.		Ação Relacionada Extensão
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)		
Indicador físico	75% das pessoas envolvidas finalizando o curso	Início 02/03/2020	Fim 28/05/2022
Atividade	Oficinas Temáticas e Organização de trabalho Cooperativo e comunitário		
Descrição da atividade	Oficinas de geração de trabalho e renda, embasadas no cooperativismo e associativismo.		Ação Relacionada Extensão
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)		
Indicador físico	número de oficinas realizadas e participação de 75% dos interessados na conclusão da ação	Início 04/05/2020	Fim 20/05/2022
Atividade	Oficinas Comunitárias de Planejamento Familiar		
Descrição da atividade	Encontros voltados à Jovens e Mulheres, visando qualificar para exercer atividade produtiva.		Ação Relacionada Extensão
Equipe	Debora Medeiros do Amaral (Coordenador)		
Indicador físico	Número de encontros realizados e 75% de participação dos integrantes.	Início 03/08/2020	Fim 30/09/2022

4 - PLANO DE APLICAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA		4.3 Valor (R\$)
4.1 Código	4.2 Especificação	
339018	Bolsas - Estudante	R\$6.650,00
339020	Bolsas - Pesquisador	R\$187.280,00
339030	Material de Consumo	R\$13.655,05
339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$3.511,92
339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$15.720,00
3391.47	Encargos Sociais - Serv. Terc. Pes. Física	R\$702,38
449052	Equipamento e Material Permanente	R\$8.444,00
	Ressarcimento FAURG	R\$22.472,70
	Ressarcimento FURG	R\$11.236,35
	Ressarcimento Unidade Acadêmica	R\$11.236,35
TOTAL GERAL		R\$280.908,76

4.4 - CONTRAPARTIDA DA FURG

<p>Não possui contrapartidas cadastradas.</p>

4.5 - RELAÇÃO RECEITAS x DESPESAS

Fonte de Receita	Despesas	Total
Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande (Terceiros)	Aux. Financ. Pesquisadores (R\$ 187280.00) Auxílio Financeiro a Estudantes (R\$ 6650.00) Equipamentos e material permanente (R\$ 8444.00) Material de Consumo (R\$ 13655.05) Pessoa Física (R\$ 4214.31) Pessoa Jurídica (R\$ 15720.00)	R\$235.963,36
TOTAL GERAL		R\$235.963,36

4.6 - ENTREGAS

Não possui despesas vinculadas às entregas.

4.7 - PAGAMENTO DO RESSARCIMENTO

Não possui pagamentos de ressarcimento cadastrados.

5 - DETALHAMENTO DA DESPESA - QUADRO RESUMO

3390.14 - Diárias			
Não possui diárias cadastradas.			
3390.18 - Bolsas - Estudantes			
Bolsas:	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Dt. Início: 18/12/2019 Dt. Final: 30/09/2023 CHS: 20 Horas Justificativa: Desenvolvimento das ações previstas no projeto	1,00	665,00	6.650,00
Total do Elemento Bolsas:			6.650,00
3390.20 - Bolsas - Pesquisadores			
Bolsas:	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Dt. Início: 18/12/2019 Dt. Final: 30/09/2023 CHS: 20 Horas Justificativa: Desenvolvimento de pesquisa social e ambiental junto a comunidade atendida e realização de diagnóstico social	1,00	2.500,00	25.000,00
Dt. Início: 18/12/2019 Dt. Final: 30/09/2023 CHS: 10 Horas Justificativa: Desenvolvimento de pesquisa social e ambiental junto a comunidade atendida e realização de diagnóstico social	1,00	3.990,00	39.900,00
Dt. Início: 01/12/2019 Dt. Final: 30/11/2023 CHS: 10 Horas Justificativa: Coordenador da ação	1,00	3.990,00	59.850,00

3390.20 - Bolsas - Pesquisadores			
Bolsas:	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Dt. Início: 18/12/2019 Dt. Final: 30/09/2023 CHS: 10 Horas Justificativa: Desenvolvimento de pesquisa social e ambiental junto a comunidade atendida e realização de diagnóstico social	1,00	1.465,00	14.650,00
Dt. Início: 18/12/2019 Dt. Final: 30/11/2023 CHS: 10 Horas Justificativa: Desenvolvimento de pesquisa social e ambiental junto a comunidade atendida e realização de diagnóstico social	1,00	3.990,00	47.880,00
Total do Elemento Bolsas:			187.280,00
3390.30 - Material de Consumo			
Materiais diversos:	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Descrição: Cola branca tubo grande Unidade: u	10,00	8,72	87,20
Descrição: EVA cores diversas Unidade: u	40,00	2,00	80,00
Descrição: Balão colorido nº 07 Unidade: u	20,00	8,95	179,00
Descrição: Bola de Futebol Unidade: u	12,00	53,00	636,00
Descrição: Bola de Vôlei Unidade: u	8,00	30,00	240,00
Descrição: Camisetas Unidade: u	320,00	19,90	6.368,00
Descrição: Fita Crepe Marrom Larga Unidade: u	10,00	3,50	35,00
Descrição: Tesouras grandes Unidade: u	10,00	16,90	169,00
Descrição: TNT rolo cores diversas Unidade: u	30,00	2,00	60,00
Descrição: Pirulitos doces Unidade: u	30,00	8,94	268,20
Descrição: Lápis de Cor - com 12 aquarelado Unidade: u	20,00	22,00	440,00
Descrição: Livros infantis Unidade: u	66,00	35,00	2.310,00

3390.30 - Material de Consumo			
Materiais diversos:	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Descrição: Folha Papel A4 Unidade: u	65,00	20,00	1.300,00
Descrição: Caneta esferográfica c/ 50 Unidade: u	4,00	32,00	128,00
Descrição: Camiseta para identificação da equipe Unidade: u	26,00	22,40	582,40
Descrição: Crachás Unidade: u	20,00	10,00	200,00
Descrição: Banners 1,00 x 1,20 Unidade: u	2,00	84,00	168,00
Descrição: Passagens urbanas Unidade: u	105,00	3,85	404,25
Total do Elemento de Despesa Material de Consumo:			13.655,05
3390.33 - Passagens e Despesas com Locomoção			
Não possui passagens cadastradas.			
3390.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			
Serviços Pessoa Física:			Valor Total (R\$)
Descrição: Oficineiro Justificativa: Auxiliar no desenvolvimento de ações técnicas específicas, como ajardinamento, inserção digital, artesanato, ...)			3.511,925
Total do Elemento de Despesa Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física:			R\$3.511,93
3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Serviços Pessoa Jurídica:			Valor Total (R\$)
Descrição: Serviços de assessoria condominial Justificativa: auxiliar no desenvolvimento de ações técnicas específicas e ou atrações culturais			15.720,00
Total do Elemento de Despesa Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica:			15.720,00
3391.47 - Encargos Sociais			
Encargos Sociais:			Valor Total (R\$)
Encargo: Encargos Sociais - 20% sobre Serv. Terc. Pes. Física (20.00%) Serviço: Oficineiro			702,385
Total dos Encargos Sociais :			R\$702,38
Outras Despesas			
Não possui outras despesas cadastradas.			
TOTAL DESPESAS CORRENTES			227.519,36
4490.51 - Obras e Instalações			
Não possui obras e instalações cadastradas.			
4490.52 - Equipamentos e Material Permanente			
Equipamentos e Material Permanente:	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)

4490.52 - Equipamentos e Material Permanente			
Equipamentos e Material Permanente:	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Descrição: Computador laptop Justificativa: Uso nas ações e desenvolvimento de avaliações, diagnóstico e materiais informativos Origem do material: Nacional	1,00	2.866,00	2.866,00
Descrição: Impressora Multifuncional modelo ecotanque Justificativa: Uso para impressão dos materiais do projeto Origem do material: Nacional	1,00	824,00	824,00
Descrição: Máquina Fotográfica Justificativa: Para registro e monitoramento das ações Origem do material: Nacional	1,00	1.840,00	1.840,00
Descrição: Projeter Multimídia Justificativa: Para uso nas atividades educativas Origem do material: Nacional	1,00	1.840,00	1.840,00
Descrição: Caixa de som amplificada Justificativa: Para uso nas ações do condomínio Origem do material: Nacional	1,00	570,00	570,00
Descrição: Microfone sem fio com duas unidades modelo UHF Justificativa: Uso nas ações do condomínio Origem do material: Nacional	1,00	504,00	504,00
Total do Elemento de Despesa Equipamentos e Material Permanente:			8.444,00
TOTAL DESPESAS CAPITAL			8.444,00
Ressarcimentos			
Tipos de Ressarcimentos	Valor Total (R\$)		
Ressarcimento FAURG (*)	22.472,70		
Ressarcimento FURG (*)	11.236,35		
Ressarcimento Unidade Acadêmica (*)	11.236,35		
Total do Elemento Ressarcimentos:	44.945,40		
VALOR TOTAL DO PLANO DE TRABALHO (CUSTEIO + CAPITAL + RESSARCIMENTOS)	280.908,76		

(*) conforme deliberação do COEPEA vigente